Doutrina Nacional-Socialista

Do

Trabalho

Fritz Meystre

Doutrina Nacional-Socialista do Trabalho

Fritz Meystre - Publicado originalmente em 1934 na Alemanha.

Traduzido de uma versão editorial em espanhol

Conteúdo

Advertência da edição Espanhol

Introdução.

Capítulo 1 - A avaliação do trabalho e do trabalhador 10

A. Definições Prévias

B. Obrigatoriedade de Trabalhar

C. O Direito do Trabalho

Capítulo 2 - O Trabalhador

A. O Trabalhador no Nacional-Socialismo

B. A Odisseia do Proletariado

C. A Reconquista do Trabalhador

Capítulo 3 - Os Limites da Liberdade Social

Capítulo 4 - Destinatários e Executores da Política Social

Capítulo 5 - Métodos para Otimizar a Produção

A. A Política Social como parte da Política Geral

B. Conceito Nacional-socialista de Pleno Emprego

C. Uso Racional Do Potencial De Trabalho

1. Educação Geral
2. Escolha da Profissão (Orientação Profissional)
3. A Eliminação dos Obstáculos

Capítulo 6 - Garantir a capacidade de produção da comunidade

A. Treinamento profissional (requisitos profissionais)

B. Aprendizado Político

C. Carreira Profissional

Capítulo 7 - Cuidando do Potencial De Trabalho

1. Segurança do Trabalho
2. Assistência Social

Capítulo 8 - Mulheres e Família

Capítulo 9 - Honra Social

A. O Tribunal da Honra das questões Trabalhistas

B. Deficientes e Feridos

C. Idosos e Aposentados

Capítulo 10 - O Salário

Considerações Finais

Advertência (Da edição espanhol)

A metodologia incomum que foi usada para produzir o presente trabalho requer algumas breves explicações. Dada a farta literatura publicada sobre o assunto na Europa durante a década de 1930, duas posições podem ser adotadas: ou é simplesmente traduzida, deixando a tarefa de síntese e adaptação a critério do leitor; ou então recolhe, não tanto uma obra em particular, mas uma tradição intelectual e política. A experiência obtida em nosso meio com traduções, sem dúvida meritórias, de excelentes trabalhos nos convenceu da conveniência de optar pela segunda das posições indicadas. Há várias razões para isso. Por um lado, as obras em questão já têm mais de meio século; seus autores são inencontrável mesmo no suposto caso em que vivem; O problema tratado não só está ultrapassado no tempo (embora em alguns casos a validade total dos critérios e problemas levantados há cinquenta anos seja realmente surpreendente), mas, em muitos casos, está circunscrito aos casos particulares de certos países. Por outro lado, se o trabalho de síntese e adaptação deve ser deixado ao leitor, o mínimo que se deve fazer é colocar à disposição dele, não uma, mas toda a série fundamental de obras sobre o assunto. Como se pode entender, isso exigiria um esforço editorial para o qual deveriam estar disponíveis meios mais do que abundantes e escusado será dizer que esta abundância de meios não é precisamente o que caracteriza o trabalho editorial do nosso tempo. A variante comumente usada de produzir obras que nada mais são do que meras cópias de vários originais, plagiados sem citar a fonte, foi descartada aqui. Não achamos que essa seja a maneira correta de pegar uma tradição. Nesse tipo de literatura, por mais que se faça o trabalho de adaptação e atualização, é fundamental saber sempre qual é a origem do material e quem é o responsável pela síntese. Este trabalho foi realizado com base no estudo Sozialpolitik im neuen Reich (Política Social no Novo Reich) de Fritz Meystre, Editora Heerschild Verlag GMBH, Munique 2NW, 1934. A tradução, as referências ao presente, a extensão dos critérios expostos pelo autor

original, a adaptação dos conceitos ao atual arcabouço internacional e a atualização do problema tratado, bem como a metodologia de trabalho utilizada foram de nossa responsabilidade.

- Advertência da edição em espanhol

Introdução

A grande questão dos séculos XIX e XX, que dizia respeito a todos os povos por igual e cuja solução parecia impossível até o surgimento do nacional-socialismo, era a questão social, ou seja: a questão referente a uma justa ordenação da vida social das comunidades humanas.

Hoje é evidente que os movimentos do passado nem sequer estavam em condições de criar uma ordem como a indicada e assim resolver o problema que lhes foi colocado. Por isso, a superação do problema ficou reservada aos nacional-socialistas que chegaram ao poder em vários países e que, especificando seus postulados doutrinários, resolveram coerentemente o problema da questão social. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, diante da derrota militar desses nacional-socialistas, voltamos mais uma vez ao zero. Devemos ter em mente que esta questão, colocada nos termos atuais da sociedade contemporânea, já existe há cerca de duzentos anos. Começa nos primórdios da Revolução Industrial e do capitalismo incipiente – instaurado como consequência da subversão da sociedade tradicional europeia pelo liberalismo – e continua até hoje. Ao final desse longo processo, apesar da superabundância de leis, decretos e editais de conteúdo social; apesar das inúmeras organizações que se sentem autorizadas a intervir no assunto; apesar dos quase incontáveis congressos, trabalhos teórico-científicos e estudos sociais, e apesar de os socialistas marxistas terem reivindicado algo como um monopólio teórico para o tratamento da questão social; Apesar de tudo isso, tamanha confusão e injustiça prevalecem por toda parte que, na realidade, não é necessário nenhum argumento elaborado para demonstrar a impraticabilidade dos caminhos até então trilhados pelo sistema vigente. No final deste longo período de experiências social-democratas e social-marxistas, a economia internacional está novamente à beira do caos, e mesmo que o colapso possa ser controlado (o que é bastante provável). É inquestionável e que isso

não melhora as perspectivas para o futuro em termos de dignidade humana e justiça social.

Na situação atual, o que é realmente essencial não é o resultado material do processo liberal-marxista. Muito mais importante do que a queda do poder aquisitivo dos salários, as condições de vida cada vez mais alienantes e o endividamento cada vez maior dos pequenos e médios Estados perante as superpotências, muito mais importante do que tudo isso é a destruição progressiva dos valores essenciais , o crescimento e disseminação de uma psicose de ódio, o desaparecimento do respeito ao trabalho honesto, a busca implacável e austera do lucro a todo custo, o desaparecimento de todos os obstáculos morais diante da supremacia do princípio da lucratividade. E tudo isso não é perceptível apenas nos grandes escândalos nacionais e internacionais - que de vez em quando abalam o público dos meios de comunicação de massa. Esses escândalos e corrupção são apenas a parte visível de um iceberg cujo corpo principal está inserido, às vezes quase inadvertidamente, na condução normal da vida cotidiana.

Muitas décadas de política social, às vezes amargamente pontuadas por sangrentas lutas sindicais, sem dúvida produziram alguns resultados materiais que atenuam um pouco os excessos mais manifestos e intoleráveis. Mas o que não foi alcançado fora dos regimes nacional-socialistas é a condição básica para a construção de uma ordem social justa. E esta condição básica é uma consciência social autêntica, profundamente enraizada nas atitudes cotidianas das pessoas. O liberalismo e o marxismo determinam tanto o conteúdo quanto os objetivos da atual política social. Suas propostas, no entanto, estão esgotadas. Mesmo que ainda consigam enganar os incautos ou os excessivamente otimistas com os espólios de uma visão de mundo obsoleta e fundamentalmente incorreta, eles não podem mais esconder os sintomas manifestos de declínio que estão se tornando visíveis em todos os lugares, muito menos impedir esse declínio que é apenas velocidade cada vez mais.

A abordagem mental dos povos que foram governados por governos nacional-socialistas foi determinada pela visão de mundo nacional-socialista e os fatos mostram que somente essa visão de mundo oferece bases sólidas para o futuro. A visão de mundo nacional-socialista nega categoricamente os falsos pressupostos sobre os quais a doutrina liberal-marxista é construída, e é por isso que os fundamentos da política social nacional-socialista são tão completamente diferentes de tudo o que estamos acostumados a ver hoje.

É que tanto o liberalismo quanto o marxismo vivem de uma atitude mental essencialmente ligada ao passado, enquanto o nacional-socialismo mira o mundo vindouro. O nacional-socialismo não está tão preocupado com o hipotético nobre selvagem de Rousseau quanto com o futuro homem da era espacial. Ele não está tão interessado nas injustiças sociais nascidas da industrialização capitalista da Europa por volta de 1850 - data em que Karl Marx elaborou seu Capital como a justiça social necessária e possível nas grandes sociedades étnicas e geopolíticas altamente técnicas do século XXI.

É por isso que é essencial abordar o nacional-socialismo com uma mente aberta e honesta. As propostas nacional-socialistas são certamente novas, embora existam testemunhos históricos que, por outro lado, apenas confirmam a sua viabilidade. Mas o que há de novo no nacional-socialismo não é uma novidade por si só. O nacional-socialismo aparece como uma proposta genuinamente nova precisamente porque sua preocupação geral não é consertar rancores do passado, mas construir um mundo melhor para as gerações futuras.

Capítulo 1 - A avaliação do trabalho e do trabalhador

A. Definições Prévias

Antes de entrar no assunto, é preciso fazer duas definições fundamentais para evitar as discussões semânticas - sempre tão incômodas quanto estéreis. Por potencial de trabalho entendemos a capacidade seja de natureza mental ou física - desenvolvida por meios adequados e preservada em sua integridade - que o homem possui para realizar uma produção. Por trabalho, entendemos uma atividade realizada para atingir um objetivo transcendente e coerente. Onde a atividade não se manifesta com essas características, não há trabalho no sentido que estamos dando aqui ao termo, mas apenas brincadeira, passatempo, entretenimento, etc. Além disso, embora seja facilmente claro pelo contexto, provavelmente não é supérfluo apontar que por produção entendemos o fruto de todo o trabalho, seja intelectual ou material, manual ou espiritual. Fundamentalmente, o nacional-socialismo nunca admitiu uma diferenciação essencial entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais. Para o nacional-socialismo, o trabalhador é aquele que trabalha - qualquer que seja o tipo de trabalho, e a produção é o resultado desse trabalho - qualquer que seja a natureza. Feitas as definições preliminares necessárias, podemos entrar no assunto.

B. Obrigatoriedade de Trabalhar

A vida de todas as pessoas, como a vida de cada pessoa em particular, só pode ser mantida através da atividade laboral, ou seja: através do trabalho. Os meios de subsistência de que a comunidade necessita devem ser desenvolvidos e colocados à disposição de quem deles necessita, as riquezas naturais devem ser extraídas, exploradas e manufaturadas, todo o processo deve ser orientado, supervisionado e gerido, etc. A atividade laboral produtiva do homem é a única coisa que, absolutamente, torna possível sua sobrevivência. Não é o capital, ou propriedade, ou riqueza natural inexplorada que é o pré-requisito mais importante para a vida humana. O que constitui o único, maior e natural bem fundamental de todas as pessoas é o seu potencial de trabalho. É por isso que a questão da harmonização do capital com o trabalho é colocada de antemão erradamente. Se capital e trabalho estão em conflito nos regimes liberal-marxistas, é porque o trabalho perdeu a prioridade natural que lhe corresponde de fato e de direito. Tudo o que possuímos em bens materiais e imateriais e que é útil para o nosso consumo é fruto do trabalho daqueles que convivem conosco e das gerações que nos precederam. Visto desta perspectiva, o trabalho adquire uma importância dominante na vida de todas as pessoas. Embora seja comum ouvirmos afirmações como a que acabamos de fazer, com muito menos frequência, se não muito raras - é também que se tirem as conclusões práticas que derivam dessa verdade. As concepções socioeconômicas atuais colocam o trabalho no lugar errado. O trabalho é valorizado apenas por sua utilidade econômica; sua relação com a vida imediata faz com que muitos percam de vista que ela também se relaciona com a vida histórica da nação. Portanto, no mundo de hoje, o valor imanente do trabalho não encontra meios de expressão válidos e concretos.

Além do que foi apontado, é indiscutível que a quantidade e a qualidade dos bens materiais e imateriais que um povo possui, dentro dos limites traçados pela natureza, depende apenas da

produção geral que aquele povo foi capaz de realizar. Uma vez que tanto o nível cultural quanto a oferta material de um povo dependem, portanto, do grau alcançado por essa produção geral, a tarefa política mais importante do Estado nesse campo é alcançar e possibilitar a otimização qualitativa e quantitativa da produção do trabalho. Quanto maior o grau qualitativo e quantitativo da produção nacional, mais alto será o padrão de vida em todos os sentidos dentro da nação. Cada indivíduo concretiza sua produção pessoal através do uso voluntário de seu potencial de trabalho em um emprego. Para expressá-lo em uma fórmula simbólica:

Potencial de trabalho + Vontade de produzir + Emprego = Produção

Basicamente, o potencial de trabalho é uma aptidão mental ou física; um talento criativo ou prático; um dom essencialmente inato e, portanto, geneticamente condicionado. Portanto, em grande medida, o potencial para o trabalho individual é um patrimônio herdado.

Sabemos que os talentos humanos não estão distribuídos uniformemente entre os diferentes povos da Terra. Conhecemos toda uma série de diferenças, especialmente típicas, na idiossincrasia e na aptidão dos diferentes povos e raças. O liberalismo, no entanto, nega essas diferenças - que surgem de uma herdabilidade do talento cientificamente comprovada - e acredita que, por meio da educação, é possível dar a cada ser humano a capacidade que lhe falta. O que é sistematicamente esquecido nisso é que, mesmo quando em alguns casos a transmissão do conhecimento é possível através do uso de métodos pedagógicos adequados, o que nunca é determinado pela educação é a forma, a intensidade com que esse conhecimento será aplicado. Podemos ensinar física ou medicina ocidental a algum negro particularmente inteligente; o que nunca poderemos ensinar a ele é como usar esse conhecimento para construir um mundo como o que queremos para

nossos filhos. Com o conhecimento ocidental, os japoneses criaram uma grande indústria que oferece conquistas verdadeiramente respeitáveis, mas é mais do que duvidoso que um ocidental possa se desenvolver plenamente dentro da estrutura da sociedade japonesa.

Mas assim como habilidade e talento são distribuídos de forma desigual na Terra, eles também são distribuídos de forma desigual entre as pessoas que compõem uma comunidade. Todos nós encontramos essa desigualdade de capacidades diariamente. Todos conhecemos pessoas especialmente talentosas para a música; um tem um talento especial para matemática e o outro aprende facilmente qualquer idioma; Este destaca-se pela facilidade com as palavras e o outro pela dedicação ao trabalho. Até as capacidades físicas são distribuídas de forma desigual: ao lado do levantador de peso pesado e musculoso encontramos o pequeno e ágil acrobata. Não existem duas pessoas no mundo inteiro que sejam exatamente iguais em termos de tendências e habilidades. A genética explica esse fenômeno mais do que satisfatoriamente. Mesmo o fato de um povo ser dotado de certas características não significa que essas características sejam distribuídas igualmente entre todos os membros desse povo. Quando apontamos que um povo é tradicionalmente corajoso e audacioso, isso não significa que todos os seus membros o sejam da mesma maneira e no mesmo grau e ainda é perfeitamente possível que encontremos mais de um covarde entre eles. Quando se percebe essas verdades que, no fundo, nada mais são do que verdades banais que, sendo tão óbvias, chegam até a enfadonha ter que apontá-las, não se compreende como é possível levar a sério as doutrinas liberal-marxistas que proclamam a igualdade essencial de tudo o que meramente parece humano.

O nacional-socialismo leva em conta e respeita o fator natural da desigualdade dos seres humanos. A multiplicidade de talentos dentro de uma sociedade é precisamente o que garante que as variadas necessidades culturais e materiais de uma comunidade

possam ser constantemente satisfeitas. Naturalmente - e em contrapartida - isso também significa que o indivíduo só poderá alcançar o desenvolvimento máximo de suas potencialidades biopsíquicas dentro de uma comunidade que lhe garanta as reais possibilidades de fazê-lo.

Desta forma, vemos como a vida do indivíduo repousa sobre as atividades dos outros. É por isso que o indivíduo tem o dever de produzir, de acordo com sua capacidade, para permitir a existência e atividade de outros membros da comunidade. É a partir desses fatos simples e diretos que o Nacional-Socialismo elabora o princípio da solidariedade em virtude do qual todos os membros da comunidade nacional são considerados inextricavelmente ligados uns aos outros. O interesse do todo, ou seja: o interesse da nação e do povo, deve, portanto, prevalecer sobre o egoísmo individual ou setorial. Uma atitude positiva do homem em relação ao seu trabalho é a condição fundamental para uma estrutura saudável da vida social da nação.

Um tempo estéril e materialista fez com que o trabalho - especialmente o manual - fosse desprezado e até difamado. O objetivo final desta idade é a renda sem esforço: propriedade herdada, previdência social sem emprego, juros bancários. Não é de surpreender que, em tal mundo, todas as barreiras morais e éticas estejam desaparecendo gradualmente enquanto uma economia de usura, especulação, exploração, etc, floresce.

No entanto, não há razão para ser excessivamente pessimista. O homem saudável e autêntico ainda existe aos milhões. Esse homem sabe no fundo, embora circunstancialmente inveja o conforto e o prazer que os especuladores têm - que neste mundo nada foi alcançado sem esforço e sem trabalho. A grande maioria dos seres humanos que vemos todos os dias sabe muito bem que o trabalho é a única maneira decente de pessoas decentes ganharem a vida. É por isso que a pessoa que ostenta bens geralmente adquiridos de

forma ilícita pode ser invejada, mas nunca respeitada. As pessoas, o tipo de pessoas que criaram e ergueram um Ocidente que é copiado, imitado e usado por todas as outras culturas do planeta, essas pessoas não apenas sabem que o trabalho é essencial para qualquer sucesso, mas eles realmente e honestamente querem trabalhar. Porque você não pode viver de outra maneira. Porque você se sente mal se não usa seu tempo e seus dons em algo realmente produtivo. Também é verdade, porém, que um talento não exercitado é desperdiçado. A capacidade de produção atrofia se não for utilizada. Qualquer atleta sabe que um recorde se perde rapidamente quando falta treinamento, ou seja, quando falta a aplicação sistemática e regular da capacidade que possui. Os países que há muito têm alto desemprego sabem muito bem que o desemprego prolongado do potencial de trabalho não só traz consigo a perda de certos bens de consumo, mas também uma boa parte da capacidade de produzi-los. E não só do ponto de vista individual, o desemprego é uma tragédia; o mesmo é verdade do ponto de vista de toda a comunidade. Como a única riqueza insubstituível de um povo é o seu potencial de trabalho, o desemprego - isto é: a não utilização desse potencial para obter resultados úteis - constitui o maior desperdício. Simultaneamente, o desemprego significa uma redução da capacidade profissional de um povo. A capacidade profissional, não sendo exercida, é perdida ou diminuída. Isso necessariamente se faz sentir mais tarde em uma diminuição quantitativa e qualitativa da produção nacional, mesmo quando o próprio desemprego já foi superado.

A vida de uma comunidade repousa na produção de cada pessoa e, vice-versa, a vida de cada pessoa só é possível no quadro de uma comunidade organizada. *"As maiores conquistas da humanidade são, sem dúvida, o mérito de cérebros especialmente dotados, mas só puderam ser criadas e concretizadas graças à existência de uma comunidade. O espírito seria completamente inútil se a força não fosse colocada à sua disposição"*. (Adolf Hitler, discurso por ocasião do Segundo Congresso Trabalhista, 1934)

Cada um tem o dever de produzir porque só assim ele e seu povo podem viver. Em geral. O que todo ser humano aprende hoje é o conceito egocêntrico do dever de trabalhar, no sentido de que ele precisa de remuneração pelo trabalho para garantir sua própria existência. Dentro de uma visão de mundo liberal-marxista, um orçamento destinado à educação é visto apenas como um investimento de capital de longo prazo que pagará dividendos consideráveis. Isso porque, de acordo com essa mentalidade, os talentos e as habilidades naturais são considerados propriedade exclusiva do indivíduo, deixando-o livre para fazer com esses dons o que quiser. O liberalismo nega à comunidade o direito sobre os dons do indivíduo e, portanto, também não está em condições de exigir a obrigação de trabalhar com base em argumentos comunitários. Desta forma, uma certa obrigação moral de trabalhar ainda é parcialmente reconhecida, por exemplo, para sustentar a família - mas está a anos-luz de reconhecer a obrigatoriedade do trabalho como uma consequência natural da solidariedade comunitária.

"O que a natureza deu ao indivíduo deve ser devolvido por ele como contribuição à sua comunidade. Nesta comunidade só pode haver um direito e é aquele que nasce do cumprimento dos mais altos deveres conferidos. O trabalho não é, portanto, não um opróbrio, mas a mais alta nobreza para aqueles que, pelo trabalho e com o trabalho, colaboram na construção da vida comunitária contribuindo assim para a manutenção da nação."
(Adolf Hitler, discurso de 1 de maio de 1934)
A política social nacional-socialista procura formar os homens na plena compreensão desta obrigação de trabalhar. O que deve ser alcançado é que a consciência social do povo se baseie na aceitação consciente e racional da obrigação de trabalhar que, por sua vez, repousa sobre a prioridade dos objetivos gerais do bem comum. O trabalho obrigatório está em perfeito paralelismo com o serviço militar obrigatório. Mesmo que certos pacifistas procuram destruir essa obrigação natural do homem com as armas e com o combate, a

recusa expressa de se unir à nação em armas quando a pátria está em perigo ainda é, felizmente, condenada por todos os justos como a mais abjeta das traições. Assim como a recusa em participar da defesa nacional põe em risco a segurança da nação, a recusa em participar do trabalho nacional prejudica seriamente toda a comunidade. Portanto, ambos os crimes devem ser julgados e condenados como tais.

C. O Direito do Trabalho

Um país em que se reconhece esta grande importância do trabalho, que sabe da nobreza de todo trabalho honesto executado com lealdade; um país em que quem não cumpre esta obrigação é considerado desonesto, tal país tem que opor o direito ao trabalho à obrigação de trabalhar. Deve oferecer a cada um a possibilidade absolutamente garantida de produzir, pois só assim cada um pode proteger sua honra por sua própria decisão e por seu próprio mérito.

O direito ao trabalho nada mais é do que o direito à fonte de trabalho. Sem um emprego adequado, o potencial de emprego existente não pode ser integrado à produção. É esse direito que foi consagrado e garantido pela legislação nacional-socialista e, para comprová-lo, basta rever, ainda que brevemente, tanto a legislação trabalhista nacional-socialista alemã quanto a fascista italiana. O importante é que, com essa abordagem sociopolítica, toda a vida social dos povos envolvidos recebeu um fundamento indiscutivelmente novo.

A obrigação de trabalhar é uma obrigação moral elevada que não pode ser exigida quando não estão dadas as condições para que todos a cumpram. Portanto, para que a norma moral seja plenamente válida, é imprescindível criar os instrumentos e as condições para que ela seja plenamente cumprida. Quando o direito natural ao trabalho é implementado corretamente, cada um não só

encontra trabalho simplesmente procurando, mas também o trabalho é organizado de acordo com o talento e as necessidades existentes. Com essa abordagem, a hegemonia do capital financeiro sobre o trabalho é erradicada porque, atualmente, é o retorno do capital investido a juros altos que determina quando e quanto trabalho pode ser feito. Em um regime nacional-socialista, a produção não é mais limitada por essa hegemonia financeira. Cada indivíduo pode usar sua capacidade ao máximo e isso significa que o direito ao trabalho é simultâneo ao um direito de produzir. Desta produção, que se traduz em conquistas, tanto pessoais como nacionais, surge a plena satisfação do homem que cria e também cultiva os meios que garantem a sua subsistência.

As doutrinas liberal-marxistas ignoram a inter-relação indissolúvel que existe entre o dever e o direito ao trabalho. Embora algumas constituições proclamem o dever de trabalhar, o direito ao trabalho geralmente é estabelecido apenas como um vago princípio geral ou como uma expressão de desejos mais ou menos intensamente sentida. Para piorar a situação, esse direito quase nunca é regulamentado de forma consistente. É por isso que quase todos os regimes liberais buscam no seguro-desemprego, ou em outros dispositivos similares, uma via de fuga que permita ao Estado eximir-se de sua responsabilidade de garantir efetivamente o direito ao trabalho e de exigir, consequentemente, a obrigação de trabalhar. Os diferentes sistemas sociopolíticos que suplantam a garantia do direito ao trabalho por diferentes meios de subvenção do desemprego apenas conduziram a uma imoralidade social generalizada, mais ou menos manifesta. É fácil ver nesses sistemas que o subsídio é apenas um substituto muito imperfeito da real possibilidade e obrigação de trabalhar. A vida vazia e desprovida de conteúdo real em uma sociedade que não regulou naturalmente e consistentemente seu ambiente de trabalho é extremamente manifesta. Tradições e moral se dissolvem facilmente na inatividade forçada, especialmente quando essa inatividade se torna bastante confortável graças aos subsídios. E, no entanto, por mais seguros

sociais oferecidos, em todos os casos verificou-se que a insatisfação e a instabilidade crescem de forma alarmante quando a subsistência de seres humanos com potencial produtivo não é garantida por sua própria produção.

Quando o direito ao trabalho não se torna algo concreto e tangível, uma vez que o Estado nem sequer tenta alcançá-lo seriamente, ninguém pode esperar que o dever de trabalhar seja levado muito a sério. De fato, no mundo capitalista não se fala muito em obrigação moral de trabalhar, nem se exige que essa obrigação seja cumprida sem exceções. Para isso, todo o sistema financeiro teria que ser desmantelado. O resultado de tudo isso é que, apesar de algumas belas frases oratórias, nem o direito ao trabalho nem a obrigação correspondente constituem a base da convivência social nos regimes capitalistas.

Pelo contrário, a obrigação de trabalhar e o direito que lhe corresponde são entendidos pelo Estado Nacional Socialista como a base fundamental e vital da existência da comunidade. É por isso que um dos pontos do programa do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores dizia: *"O primeiro dever de todo cidadão deve ser trabalhar, espiritual ou fisicamente."*

Já vimos que, segundo a cosmovisão nacional-socialista, esse dever de trabalhar constitui uma obrigação comunitária, ou seja: uma obrigação que deve ser cumprida para o bem de toda a comunidade. Isso também é diferente em outros regimes políticos. De acordo com a visão de mundo liberal, todos são livres para usar suas habilidades como bem entenderem. Se alguém põe em risco a própria vida por meio de uma existência doentia, estúpida ou irresponsável, isso é problema seu, pois, de acordo com a concepção liberal, está apenas prejudicando a si mesmo. Pelo contrário, o nacional-socialismo afirma que o potencial criativo e de trabalho do indivíduo é parte integrante do vigor e da força de toda a

comunidade, da mesma forma que a saúde do indivíduo é parte da saúde integral de todo o povo.

No mundo liberal-marxista, o trabalho não é feito para si mesmo, ou seja: para que o trabalho final seja feito, mas para obter os meios materiais de subsistência. O restante do potencial de trabalho disponível é dedicado ao lazer estéril. Dessa forma, mesmo as atividades mais claramente subversivas podem manter aqueles que as realizam enquanto forem lucrativas. Contra isso, o Nacional-Socialismo afirma que o trabalho deve ser feito apenas em benefício da comunidade. Isso, em primeiro lugar, significa que o interesse da comunidade vem antes do egoísmo privado. É por isso que o programa do NSDAP diz: *"A atividade do indivíduo não pode atacar os interesses do bem comum, mas deve ser desenvolvida no âmbito da totalidade e em benefício de todos."*

A política social nacional-socialista repousa incorruptivelmente nessa concepção avaliativa do trabalho. Esta política trata de tornar real e concreto o direito ao trabalho. Dá a cada ser humano a garantia de poder cumprir o seu dever de trabalhar, mas também nega a proteção do Estado a quem, por negligência ou má-fé, não cumpra as suas obrigações.

O dever de trabalhar e o direito ao trabalho, como fundamentos morais de uma ordem social justa e coerente com as disposições naturais do ser humano, constituem a base da nobreza do trabalho. Nesta base, tanto a vida social quanto a consciência social são construídas em um regime nacional-socialista.

Capítulo 2 - O Trabalhador

A. O Trabalhador no Nacional-Socialismo

Em seu trabalho seminal, Hitler estabeleceu a seguinte base para a valorização do homem dentro de um Estado Nacional-Socialista: “A qualificação do homem deve basear-se no modo e na maneira como ele se encarrega das tarefas que a comunidade lhe confiou”. A atividade que a comunidade espera de cada um é, portanto, uma tarefa produtiva. Cada pessoa deve realizar a produção que lhe for possível, dadas as capacidades herdadas e as condições desenvolvidas e aprendidas na comunidade. Com isso, a qualificação do ser humano está sujeita a um padrão de mensuração absolutamente justo porque, daqui, a consideração, o prestígio e a honra do homem dependem de sua produção ou, o que dá no mesmo, dependem apenas de si mesmo. Existe realmente a possibilidade de produzir e também existe a possibilidade de ter acesso a formação profissional, a produção é um verdadeiro reflexo do empenho e talento de cada um. Na atitude avaliativa não se trata tanto do tipo de produção, mas sim de como essa produção é realizada. O tipo de produção depende do talento herdado, das potencialidades biopsíquicas características da raça e do seu posterior aperfeiçoamento através da educação e formação profissional. Cada habilidade, facilidade ou talento - tanto pequeno quanto exuberante - tanto fisicamente incrível quanto espiritualmente brilhante - repousa sobre um substrato biogenético que é único e invariável ao longo da vida do indivíduo. A obrigação do homem é usar a capacidade que lhe foi dada pela natureza em atividades que resultem no maior benefício possível para a comunidade que o abriga.

Dessa forma, quem é dotado de potencialidades extraordinárias tem a obrigação de realizar a alta produção que lhe é possível, e essa obrigação é a mesma de quem tem potencialidades menores diante

de uma produção condizente com suas possibilidades. Por esta razão, não é um mérito muito especial que um determinado membro da comunidade obtenha algum sucesso temporário, pois esse sucesso só foi possível graças às suas aptidões inatas. E, vice-versa, não é vergonha embaraçosa que seja difícil ou impossível para uma determinada pessoa atingir certos níveis de produção, pois também os níveis inferiores dependem, em última instância, de capacidades biopsíquicas que o indivíduo não pode determinar nem alterar. A qualificação do homem não deve, portanto, ser dada em correspondência com o tipo de trabalho que desempenha, mas deve ser feita de acordo com a forma e o modo como esse desempenho é realizado. Lealdade, dedicação, entusiasmo, perseverança e a responsabilidade com que se cumpre a obrigação de trabalhar são os parâmetros para avaliar e aferir o respeito que um homem merece. Para o nacional-socialismo, o sucesso material visível é apenas de importância secundária. O que é fundamental na nova ordem social nacional-socialista são os valores de caráter e personalidade.

Com isso, e somente com isso, cria-se uma autêntica comunidade organizada. Só assim uma qualificação desigual será aceita como justa, pois resulta dos valores reais de cada ser humano e não da manipulação de interesses mesquinhos.

B. A odisseia do Proletariado

A concretização do direito ao trabalho implica também assegurar o espaço vital e o espaço produtivo dentro do qual cada um pode atuar sobre o seu meio ambiente, de acordo com a capacidade inerente à sua personalidade e no quadro das leis estabelecidas pelo Estado. O direito ao trabalho é também um direito à personalidade que não pode advir ou ser reconhecido em virtude de privilégios, posses ou diferenças socioeconômicas, mas deve ser expresso unicamente pela conduta e pelo cumprimento dos deveres laborais.

Ao invés dessa qualificação natural e, portanto, justa do ser humano, o mundo liberal-marxista é tratado com um critério de diferenciação baseado exclusivamente em pontos de vista apenas materiais. A sociedade de consumo capitalista concede à posse de bens materiais um valor e prestígio muito maiores do que a honestidade, a força de caráter, o conhecimento ou a produção. Uma idolatria estéril do dinheiro faz com que o homem seja qualificado unicamente de acordo com a quantidade de bens materiais que possui. Para piorar, admite-se que no fundo - a origem desses bens é completamente irrelevante. Então acontece que, no mundo capitalista, vigaristas bem-sucedidos, especuladores impiedosos e agiotas sem escrúpulos acabam sendo vistos como pessoas famosas e até mesmo cidadãos merecedores. A tendência manifesta à renda sem esforço só pode ser levada a seu consequente fim por aqueles que deixam completamente de lado quaisquer considerações de natureza moral ou ética. Não é de surpreender, então, que dentro da comunidade aqueles cujas predisposições biopsíquicas, cuja tradição histórica, religiosa e cultural, tornam singularmente fácil e simples para eles deixar de lado essas considerações, prosperem especialmente. O mundo demo-liberal é realmente um mundo feito sob medida para comerciantes sem escrúpulos.

Mas também em outras ordens apenas as características externas imperam como elementos diferenciadores. Para o sistema de produção liberal-marxista, o trabalhador mental vale mais que o operador manual, por mais demagogia que se faça para escondê-lo. Um agente habilidoso e diligente ganha muito menos por seu trabalho do que um jornalista dócil e complacente, tanto nos Estados Unidos quanto na União Soviética. Um aprendiz de fábrica tem um futuro muito menos promissor pela frente do que o cadete de administração. O homem com as mãos bem cuidadas e bem vestido tem mais status do que aquele com as mãos cheias de calos e cicatrizes. O homem de fala complicada e elaborada, cheio de tecnicismos e barbáries, é considerado culturalmente superior

àquele que se limita a chamar as coisas pelo nome e usa uma linguagem que todos entendem. O homem no carro vale mais que o pedestre; vale mais o homem da casa com jardim do que o homem do conjunto habitacional; o habitante da megalópole é considerado mais educado e civilizado que o homem do campo. Os valores externos sempre recebem notas mais altas, oficialmente ou tacitamente, do que os verdadeiros valores internos do homem.

Acontece, no entanto, que tanto no regime capitalista quanto no marxista - os valores externos que conferem o verdadeiro status dentro da sociedade estão completamente fora do alcance do trabalhador. Muitas vezes se quis comparar a sociedade capitalista de consumo com a soviética com base nas vantagens materiais oferecidas pela primeira sobre a segunda. Essas comparações são falsas. Para o agente soviético médio, o carro do líder do partido é algo que está tão fora de seu alcance quanto a cobertura do plutocrata capitalista para o operador médio norte-americano. Os símbolos de status externos são diferentes em ambos os sistemas, mas é isso. Além disso, em ambos os sistemas, uma propaganda finamente orquestrada ajuda a manter esses símbolos externos em sua posição de privilégio e prestígio. Há, porém, uma diferença: enquanto nos regimes marxistas os privilégios se apresentam como objetivos a serem alcançados em um futuro que depende da conquista de objetivos político-doutrinários ("Quando o mundo inteiro for socialista todos teremos nosso carro"), e nos regimes capitalistas, os privilégios aparecem como recompensa pela capacidade de funcionar dentro do sistema estabelecido (o homem fez alguns negócios excelentes e, portanto, merece o avião privado por sua capacidade comercial) a diferença de nível técnico-industrial nos símbolos de status de ambos os regimes e é bem verdade que, nesse sentido, a sociedade soviética parece mais atrasada. Ser admirado por ter o privilégio de ter uma bicicleta não é o mesmo que ser admirado por ter um jato particular. Mas, essencialmente, a atitude é a mesma: admiração e homenagem são prestadas aos símbolos externos e materiais de uma posição social.

É por isso que, medido em termos relativos que matam as diretrizes dentro de sua própria comunidade, o proletário é o pária de ambos os regimes. A visão de mundo materialista predominante, mesmo com toda a demagogia divulgada, não pode impedir que o trabalhador se sinta marginalizado e desenraizado. Tudo considerado, não pode ser de outra forma: imerso em um sistema de exploração feroz e impessoal, o trabalhador não encontra em lugar algum os elementos necessários para sentir respeito por si mesmo. E somente um auto-respeito que se apóie nos valores naturais do ser humano pode erradicar a mentalidade servil que atualmente prevalece no local de trabalho. Enquanto for restrito o acesso do trabalhador ao conhecimento dos verdadeiros fundamentos biopsíquicos de sua personalidade; desde que todos os seus valores internos e imateriais sejam deliberadamente postos de lado; enquanto as doutrinas atuais servem apenas para aplacar sua insatisfação, seja em nome de desígnios divinos desconhecidos, seja em nome de um messianismo proletário, seja em nome de possibilidades hipotéticas dependentes de um golpe de sorte comercial; Enquanto tudo isso continuar assim, o trabalhador ficará essencialmente indefeso, continuará se sentindo injustamente relegado e, claro, se tornará especialmente permeável a sentimentos de vingança.

É por isso que a doutrina marxista da luta de classes encontra um terreno tão propício para se difundir. Na situação que prevalece nos regimes liberal-marxistas, o proletário só pode se sentir livre e respeitado quando está entre seus iguais; Somente em seu próprio ambiente ele encontra pessoas que, como ele, estão excluídas da posse daqueles bens que supostamente dariam a máxima felicidade terrena. E no momento em que qualquer proletário tem a oportunidade de obter, por qualquer meio, mais bens materiais, um salário mais alto ou um emprego mais bem remunerado, nesse exato momento esse trabalhador privilegiado começa a se distanciar visivelmente de seus pares. Desta forma, tanto no mundo capitalista

como no comunista, o trabalhador fica isolado, divorciado do resto do povo. A sociedade não está organizada em uma grande comunidade produtiva, mas em setores isolados, hostis e concorrentes.

Um dos fatos mais lamentáveis da história do Ocidente é que as massas proletárias, desde o primeiro dia de sua formação e evolução, estiveram imersas em um ambiente conforme indicado. As massas trabalhadoras tornaram-se grandes e fortes fora dos contextos sociopolíticos e etnopolíticos naturais, com os quais acabaram se tornando uma classe social isolada. O fato é lamentável porque, por pouco estudado, é evidente que o destino do trabalhador tem sido um destino compartilhado por todo o Ocidente. As diretrizes da odisseia dos trabalhadores representam, em muitos casos e aspectos, exatamente o futuro de nossa civilização.

Quando a industrialização começou na Europa, os grandes centros industriais não apenas absorveram os artesãos e os indivíduos não qualificados que abundavam nos centros urbanos, mas principalmente atraíram os descendentes das famílias camponesas. O campesinato, tentado pela miragem de uma renda melhor e menos penosa, por uma vida cidadã mais prazerosa e divertida: também movido por aquela sede tipicamente ocidental de viver novas experiências e grandes aventuras em um mundo desconhecido; iludidos, enfim, pela ideia fatal de que a felicidade não residia na estreiteza e simplicidade da vida agrária; aquele campesinato ingênuo e indefeso se voltou em massa para as grandes cidades. Desde então, o fenômeno do despovoamento agrícola não tem feito senão repetir-se constantemente, como se fosse uma consequência necessária e inevitável da industrialização.

Os camponeses assim recrutados logo foram enganados e deserdados ao mesmo tempo. Porque não encontraram nada do que sonhavam obter, mas - por outro lado - o que perderam

irremediavelmente foi o contato direto com a natureza. Desarraigar-se, pois, não só perderam a referência direta ao mundo dos seres vivos e respirantes, mas também perderam qualquer possibilidade de retornar às terras cultivadas e defendidas por seus ancestrais. Eles acabaram usando as correntes de uma dura escravidão assalariada depois de terem perdido suas liberdades de classe específicas. Com sua pequena pátria, que incluía os usos, costumes, dialetos e linhagem de muitas gerações, perderam até a noção do que é a grande pátria. Sem essa noção era impossível para eles entenderem a ideia superior da comunidade etnocultural.

A grande tarefa histórica, cultural e até patriótica daquela época teria sido dar a essa massa trabalhadora em rápido crescimento uma nova posição sólida e digna na sociedade ocidental. A grande missão dos líderes teria sido devolver aos trabalhadores uma posição dentro da comunidade organizada das diferentes nações. Mas a burguesia daquela época já estava há muito contaminada pelo espírito das doutrinas materialistas e não encontrava soluções adequadas para resolver essa questão sócio-política. Ele não os encontrou porque não conseguiu encontrá-los. Ele não conseguiu fazer isso até hoje.

Porque essa questão transcende o arcabouço do meramente material e econômico. No fundo, esta questão tem dimensões marcadamente culturais e, em princípio, só pode ser enfrentada com os instrumentos políticos adequados. A burguesia, graças à supervalorização dos bens materiais, constitui um espólio em que o resultado de uma seleção psicobiológica é determinado mais pela predominância dos talentos mercantis do que pela existência dos talentos políticos essenciais ao estadista de real importância. O burguês que usurpou o poder depois de 1789 não pôde e não pode resolver a questão sociopolítica colocada, simplesmente porque não tinha, não tem, nem terá o talento político necessário para isso. Tanto que historicamente a burguesia foi incapaz de integrar e incorporar em seu estabelecimento o tipo de ser humano que

realmente tem o dom de um grande estadista. Na burguesia faltam estadistas de real calibre. Se é verdade que grandes revolucionários e estadistas saíram da burguesia, não é menos verdade que essa mesma burguesia os renunciou, os rejeitou e nunca os admitiu.

Foi precisamente por esta razão que a direção das massas proletárias, totalmente abandonadas ao seu destino inaceitável, caiu tão rapidamente nas mãos de elementos constitutivos e substancialmente estranhos ao Ocidente. Precisamente por isso, a demagogia proletária abunda até hoje com escritores, juristas e políticos de todos os matizes que não passam de simples aventureiros. Portanto, não é de surpreender que indivíduos como Marx, Lassalle, Engels, Liebknecht, Lenin, Trotsky, Kautsky e muitos outros - inimigos declarados e militantes de tudo o que significa cultura ocidental autêntica - obtiveram rapidamente grandes e fáceis sucessos iniciais. Em uma terra fertilizada por condições de trabalho e salários duros ao ponto da desumanidade, dadas as condições indignas do trabalhador ocidental, esses supostos apóstolos da classe trabalhadora orquestraram todas as suas ações em torno da luta de classes, do ateísmo e do internacionalismo.

Em alguns países e em alguns casos o Estado reagiu tarde. O Estado liberal estava atrasado até para seu próprio funeral. Hoje já sabemos que o Estado liberal não pôde reagir porque lhe faltavam os meios adequados para o fazer. A tragédia é que ainda carece deles. Hoje, o liberalismo e o marxismo se entrincheiravam muito profundamente na superestrutura ideológica de nosso tempo e isso impede que quase todos os estadistas percebam que as causas da insatisfação social não residem principalmente na condição material do trabalhador, mas em seu patrimônio cultural, imaterial, ambiente histórico e político. Desde que a questão social seja compreendida. exclusivamente de bens materiais, nenhuma ação social - por mais vantajosa que seja materialmente para os trabalhadores - deixará de ser um mero reformismo burguês que em

nada altera as condições essenciais que alimentam o avanço da vingança social encerrada em o conceito de luta de classes e quão habilmente o imperialismo soviético usa para expandir sua esfera de poder.

É por isso que as lutas sindicais, enquanto permanecerem limitadas ao quadro do que os regimes atuais permitem e permitem, estão fadadas ao fracasso. No sistema soviético, as organizações sindicais nada mais são do que um mero apêndice do monopólio estatal cujo poder é detido pela tecnoburocracia do partido. No sistema capitalista, as organizações sindicais têm apenas alguns meios para melhorar o bem-estar material dos trabalhadores, e mesmo esse objetivo mais que restrito só pode ser perseguido através da pressão constante de um confronto perpétuo com os donos da produção e dos meios de produção. Tanto o estado capitalista quanto o estado comunista entendem a política social exclusivamente do ponto de vista do bem-estar social que busca melhorar a posição material do trabalhador.

C. A Reconquista do Trabalhador

Que os regimes nacional-socialistas tenham recebido o apoio maciço dos trabalhadores é algo tão óbvio e conhecido que dificilmente valeria a pena mencionar. Nem a Marcha de Mussolini sobre Roma, nem as vitórias eleitorais esmagadoras de Hitler, nem o avanço constante de outros líderes nacional-socialistas menos conhecidos, mas não menos importantes, na França, Bélgica, Espanha, Hungria, Romênia, Suécia, Noruega e até na mesma Grã-Bretanha; Nada disso teria sido possível se o nacional-socialismo não tivesse autenticidade real e não tivesse conseguido conquistar os trabalhadores.

Na Itália, a estrutura corporativa do Estado Fascista absorveu rapidamente as organizações operárias de classe e, embora não eliminou totalmente nem mesmo os últimos vestígios da luta de

classes, começou bem ao parar os confrontos fratricidas. Precisamente este ponto de partida foi a única coisa que Mussolini tentou alcançar com o Estado corporativo. Além dessa estrutura provisória estava, e Mussolini não se cansava de repetir, o objetivo final da revolução nacional-socialista italiana, que não pôde ser alcançada devido à guerra, mas que o líder italiano delineou muito claramente em seus últimos escritos.

Na Alemanha, os eventos se precipitaram rapidamente após 30 de janeiro de 1933. No entanto, esses eventos não marcam uma mudança tão repentina na evolução do sindicalismo alemão como muitos afirmam ou acreditam. A verdade é que o classicismo na Alemanha já vinha perdendo terreno há muitos anos. O sindicalismo marxista alemão, mesmo em seu apogeu, nunca agrupou mais de 40% dos trabalhadores (7.895.000 membros em 1922) A partir deste ponto culminante, o marxismo não fez nada além de dar lugar ao avanço do nacional-socialismo. Em 1922, o nacional-socialismo alemão mal estava emergindo; os quase 8 milhões de afiliados marxistas daquele ano caíram rapidamente para 3.977.000 em 1926 e 3 milhões em 1933. Em pouco mais de dez anos de luta, o nacional-socialismo havia arrancado mais da metade de seus afiliados do marxismo. Nunca, nem antes nem depois, o comunismo sofreu uma derrota tão clara e categórica. Algo muito semelhante aconteceu com os sindicatos democratas-cristãos. De 1.077.000 membros em 1920, esses sindicatos acabaram com apenas 578.000 membros em 1931.

Assim, não é de surpreender que 1º de maio de 1933 – o primeiro Dia do Trabalho comemorado sob o novo regime nacional-socialista – também tenha marcado o momento em que o sindicalismo de classe entrou em colapso total. Após o comício de massa daquele dia, no dia seguinte, 2 de maio de 1933, os trabalhadores alemães, agrupados em formações SA, ocuparam todas as instalações sindicais marxistas sem disparar um único tiro e sem encontrar resistência de qualquer lugar. Os heróicos líderes marxistas

simplesmente colocaram os pés para cima. As uniões democratas-cristãs não foram dissolvidas. Em 3 de maio de 1933, eles se juntaram à Frente Trabalhista Alemã, a organização nacional-socialista que reunia todos os trabalhadores. No entanto, esses sindicatos também acabaram por ruir e sua dissolução, que ocorreu no final de junho de 1933, foi algo tão inevitável quanto nada espetacular.

Assim, em apenas alguns meses, uma única organização trabalhista coerente conseguiu estruturar a força de trabalho de toda a nação em torno dos princípios nacional-socialistas.

Capítulo 3 - Os Limites da Liberdade Social

A vida humana plena só é possível dentro da comunidade. A forma como a vida da comunidade é organizada é, portanto, determinante do campo de ação do indivíduo. É nesse campo de ação que o indivíduo e a comunidade interagem, influenciando-se mutuamente. A forma como a vida comunitária é organizada depende principalmente, embora não exclusivamente, de três fatores:

a) As condições naturais dadas (raça, solo, clima, posição geopolítica, riqueza natural, etc.)

b) A orientação da consciência social predominante.

c) O quadro legal que regula a vida das pessoas.

O campo de ação do indivíduo está assim sujeito a uma limitação múltipla; uma liberdade total e absoluta só é pensável para a divindade. A paz social dentro de uma comunidade só prevalecerá quando cada um estiver convencido de que os limites de seu campo de ação são justos. Como esses limites são traçados pela mão do homem, principalmente por meio de leis, a tarefa legislativa adquire importância singular para o estabelecimento de uma ordem social. Quanto maior a diferença que se abre entre o que foi estabelecido pela lei e o que o homem sente como justo, maior o descontentamento e a tensão social.

Se você revisar os séculos e milênios da história, é fácil ver que a grande maioria dos conflitos foi causada por aqueles que buscavam a maior liberdade possível, pois supunham que não tinham essa liberdade na medida em que tinham. ... eles acreditavam viável. A luta entre subjugados e subjugadas é constantemente renovada; entre homens que gozam de maiores liberdades à custa de outros e

homens cujo campo de ação é limitado pelas liberdades muito amplas dos outros.

A liberdade absoluta e incondicional, ou seja: a concepção de um campo de ação sem limites, é – na medida em que é possível imaginá-la – uma injustiça até para o homem que a possui. Uma liberdade hipotética de tal magnitude é antinatural e contraria as reais possibilidades de qualquer ser humano. Nenhuma pessoa real poderia ser legitimamente responsável por ter liberdade irrestrita, porque isso não apenas exigiria colocar sua existência acima e fora de qualquer comunidade humana, mas também exigiria qualidades e aptidões que nenhum ser humano jamais possuiu. Uma liberdade deste tipo, embora tenha sido proclamada e perseguida muitas vezes, nunca poderia ser alcançada e nunca será alcançada. Mesmo em tempos em que certas pessoas acreditavam ter tal liberdade, os fatos mostram que não eram absolutamente livres. Assim, por exemplo, o salteador medieval estava completamente ligado à vontade - e até mesmo à própria existência de seus capangas; dependia da fraqueza daqueles que atacava; dependia de condições de vida que, embora lhe dessem um campo de ação relativamente amplo por sua frouxidão e fraqueza, não garantiam a inexistência de outro bandido igual ou mais forte que ele. Deste modo, também este personagem, que em certo sentido acreditava ser absolutamente livre, acabou por se tornar dependente de toda uma série de circunstâncias. A tentativa de expandir a liberdade do indivíduo para além de uma medida natural sempre foi causa de graves interferências orgânicas no corpo social. A aparição do banditismo aparece como expressão da ausência de verdadeiros líderes políticos na sociedade européia da época. Essa ausência de comando foi uma das causas mais eminentes da terrível situação econômica e da pobreza generalizada daqueles tempos. Da mesma forma, o liberalismo e sua doutrina da maior liberdade econômica possível já levou várias vezes a economia mundial à beira do colapso ou a situações catastróficas como as de 1929. O desastre moral, produzido em grande parte pela liberdade de expressão tantas vezes

proclamada como mal utilizada, certamente não precisa ser sublinhado de maneira especial. Como constante em todos esses exemplos, podemos inferir que o atentado à liberdade natural sempre foi causa de sofrimento e morte para indivíduos e povos inteiros.

Se o capitalismo-mammonista demonstrou alguma coisa, foi sua incapacidade de realizar o ideal de justiça social. Em todos os países em que atuou, o capitalismo só fomentou o caos social mesmo quando em alguns casos conseguiu enquadrá-lo em um contexto de bem-estar egoísta e materialista. O socialismo marxista, que surge com o objetivo declarado de resolver todas as dificuldades sociais da humanidade, mostrou também em todos os casos em que chegou ao poder sua total incapacidade. O óbvio opróbrio dos regimes marxistas nega categoricamente a alegada bondade da ditadura do proletariado. O comunismo, que teve várias décadas e vários países à sua disposição para demonstrar sua viabilidade, só conseguiu se cristalizar em um capitalismo de Estado que, de fato, acabou liquidando todos os últimos vestígios de justiça que ainda restavam no mundo liberal. O marxismo e o comunismo, como teorias políticas de viabilidade prática, falharam. A única coisa que ainda está de pé é o aparato estatal soviético que usa essas doutrinas - e é justo admitir que as usa muito bem - como arma ideológica para afirmar seu imperialismo.

Por sua vez, os vários nacional-socialistas não apenas elevaram o padrão de vida material de seus povos (um trabalhador nacional-socialista alemão ganhava o dobro do que ganhava na era pré-nacional-socialista; e isso em uma economia sem inflação), mas também encontraram uma forma justa de estruturar a vida comunitária. Ou seja: eles desenvolveram uma consciência social e elaboraram uma jurisprudência social, que se aproximava o máximo possível do que as próprias pessoas entendiam como justiça social.

O campo de ação do homem é restrito pela própria natureza. A primeira limitação das possibilidades humanas ocorre no próprio momento do nascimento: o homem nasce em uma família no quadro de uma tradição cultural, na cadeia de uma linhagem, uma linhagem é uma raça. Essas condições lhe conferem sua potencialidade biopsíquica, uma potencialidade que ele realizará - ou não - ao longo de sua vida.

É fato comprovado que o pleno desenvolvimento da potencialidade biopsíquica só pode ser alcançado no âmbito de uma comunidade cujas normas sejam compatíveis com as características naturais herdadas. Um homem, fora de seu contexto étnico, cultural, histórico e tradicional, está completamente perdido. Ele não encontrará seu lugar, nem entenderá o que se espera dele, nem poderá propor a coisa certa. No ser humano há uma tendência inata à convivência com seus pares, no sentido estrito da palavra, e uma ideologia igualitária, cosmopolita e decadente terá tentado abafar essa tendência natural, mas certamente não conseguiu eliminá-la. Nesse sentido, tudo o que o nacional-socialismo fez foi reconhecer – à luz da realidade concreta – que a eliminação dessa tendência não é possível nem desejável.

Por isso, em primeiro lugar, é preciso estar ciente de que o homem é organicamente parte integrante de seu povo. Ele só se desenvolve plenamente quando, consciente dessa subordinação natural, dedica sua vida ao serviço deste povo; seja multiplicando as possibilidades de sua comunidade, seja oferecendo o produto do trabalho que você pode fazer em virtude de seu talento e habilidade. O cidadão é uma parte orgânica do povo. Por isso, o conceito de povo não representa apenas a soma aritmética de todos os cidadãos. Uma aldeia é um grande organismo vivo que, assim como todos os outros organismos vivos na natureza, consiste em muitas partes complementares e inter-relacionadas que atuam organicamente.

A liberdade social tem, portanto, um fundamento etnobiológico. O condicionamento biopolítico da liberdade e sua dependência das possibilidades gerais de todo o povo tem como consequência um fato transcendental: os povos que, enquadrados por um Estado eficiente, formam uma unidade biopolítica relativamente homogênea são mais propensos a alcançar os mais altos ideais de liberdade .possível para a espécie humana. De modo recíproco: onde o corpo social é puxado por fatores etnopolíticos muito diversos, essas probabilidades são menores, pois parte das liberdades teoricamente possíveis deve ser deixada de lado para garantir a unidade essencial do corpo social.

Além disso, é justo supor que, mesmo que todos os povos da Terra tivessem cumprido seus ideais de liberdade, esses ideais seriam realizados de maneira diferente em cada caso. A relação direta entre a forma específica de liberdade buscada e as características biopsíquicas de um povo necessariamente trará consigo a proposição de um modelo diferente para cada situação particular. Precisamente por isso, a legislação social de um Estado não pode ser determinada internacionalmente. Nem o nacional-socialismo de uma dada nação pode se tornar um item de exportação, nem pode ser determinado por critérios universalistas. A validade de um critério de liberdade social começa e termina no tipo de homem que o formula.

Em segundo lugar, o homem tem os limites de seu campo de ação delimitados por suas próprias capacidades individuais. O ser humano nasce com um potencial bio psíquico herdado e estabelecido. Mas os talentos e habilidades humanos não são distribuídos igualmente entre todos os indivíduos. Haverá aqueles dotados de maior capacidade mental ou espiritual; o corpo de um será mais forte, ou mais resistente, ou mais adaptável que o do outro. As potencialidades naturais são, portanto, diferentes em quantidade e qualidade. Além disso, uma potencialidade

verdadeiramente notável, uma habilidade brilhante, é herança de muito poucos homens.

No entanto, é justamente essa multiplicidade de capacidades - causa da desigualdade funcional dos seres humanos - que permite que todas as atividades necessárias a um povo, em todas as áreas, sejam efetivamente realizadas. O que seria de um povo se, de repente, todos os seus membros se tornassem filósofos? O que seria de uma grande nação sem as milhares de mãos que dia a dia preparam seus alimentos, extraem matérias-primas, fabricam seus artigos ou dirigem seu Estado? O que seria de um povo sem homens armados capazes de garantir sua integridade, sua segurança e sua soberania? O que seria de uma cidade sem bons empreendedores e sem bons criadores? O que seria de todos nós sem a multiplicidade de nossos talentos? É por isso que em uma comunidade todos são necessários, qualquer que seja a magnitude e o tipo de talento natural que cada um traga consigo desde o berço.

O nacional-socialismo reconhece essa grande diferença que existe entre os membros de uma comunidade. Com isso, ele rejeita a estranha ideologia que proclama a igualdade dos seres humanos. Além disso, também rejeita a necessidade, e mesmo a viabilidade, de uma organização unitária e internacional dos trabalhadores, uma vez que o seu destino e bem-estar integral só podem basear-se numa estreita relação entre o trabalhador e a comunidade etnopolítica que o integra.

Por outro lado, talentos e habilidades não foram dados ao indivíduo isolado exclusivamente para seu próprio benefício. A comunidade que a integra precisa desses talentos e habilidades para melhor estruturar a vida comunitária e, além disso, só serão úteis ao próprio indivíduo se ele puder aplicá-los dentro da comunidade. É por isso que um grande fluxo de aptidões obriga, em primeiro lugar, a um serviço à comunidade. A pessoa capaz deve colocar essa capacidade a serviço do bem comum. Como ele só pode viver

trocando o que produz com o que os outros membros da comunidade produzem, ele terá direito à produção alheia somente quando tiver cumprido o dever de oferecer a sua. Esse dever, naturalmente, implica limitações em termos de seu campo de atuação, mas aqui estamos lidando com limitações que são imediatamente percebidas como justas porque assentam em fatos naturais e necessários.

As diferentes capacidades individuais nos levam diretamente às diferentes atividades econômicas e sociais. Cada pessoa age sobre e sobre seu ambiente, de acordo com a intensidade e a natureza de suas capacidades. A multiplicidade de ofícios e profissões (assumindo aqui que a escolha de uma determinada atividade foi determinada pela vocação e não por fatores alheios) demonstra como o tipo de cada dom natural leva a uma delimitação diferente, mas natural, do campo de ação das pessoas. Cada um deve ter à disposição aquele campo de ação que melhor se coaduna com o desdobramento total de sua vocação inata e as limitações da atividade individual devem ser aplicadas onde o bem comum o exigir. Assim, o campo de ação do indivíduo é limitado pelo tipo e alcance de sua própria produção. Mas essa produção depende de sua vocação ou em outras palavras – depende do próprio indivíduo, então não pode haver mais limitação justa.

Os limites individuais não dependem apenas da atividade produtiva. O caráter e a personalidade do indivíduo também ajudam a definir seu campo de ação. Um posto de comando, qualquer que seja a sua natureza, não pode ser conferido unicamente com base na aptidão profissional. Isso é igualmente influenciado decisivamente por considerações de caráter e personalidade que, em suma, conferem - ou não - aquilo que se conhece como capacidade de comando, esse dom indispensável à liderança de qualquer núcleo humano. Que o chefe tenha mais liberdade do que o subordinado é algo que não precisa ser comprovado porque é óbvio. A questão, porém, é o traçado dos

limites, pois deve assentar em bases naturais e justas. A posição do homem dentro da comunidade não é simplesmente a posição de uma mera partícula. O todo, a comunidade, não é simplesmente a totalidade de suas partículas, da mesma forma que o corpo humano não é feito da simples soma das células que o compõem. Essas diferentes partículas, as células do corpo humano, de repente formam diferentes órgãos. No contexto geral, esses órgãos têm determinadas funções e somente a interpelação coordenada e orgânica dessas funções é o que determina a totalidade. A vida na aldeia não é muito diferente disso - embora deva-se tomar cuidado para não exagerar nas analogias. Em cada comunidade, os indivíduos são distribuídos por diferentes organizações comunitárias que se caracterizam por suas funções e seus deveres. Conhecemos muitos órgãos e membros do corpo social: a família, cuja função é preservar e multiplicar a espécie, a comunidade profissional, cuja função é o desenvolvimento da aptidão profissional e a transmissão de sua experiência de geração em geração; a comunidade de produção, cuja função é organizar todos os homens que trabalham no mesmo local para produzir os bens de que a comunidade necessita. De um lado temos os homens que se dedicam à distribuição de mercadorias, do outro os que criam valores culturais, mais ainda os que se dedicam à produção de alimentos, e assim por diante. Outros núcleos orgânicos podem ser detectados na sociedade tomando-se outros critérios de classificação. Assim aparecem os núcleos étnicos que agrupam indivíduos relativamente homogêneos entre si em termos de raça e cultura; os núcleos colonizadores que agrupam todos os que vivem enraizados em determinada região; os núcleos religiosos daqueles que compartilham a mesma fé, etc. Para a grande multiplicidade de formações comunitárias, estes exemplos bastam aqui.

Um ser humano que, por algum motivo, perde a função de um de seus órgãos pode, eventualmente, continuar a viver. Sua família, seus amigos, a comunidade em geral, o cercarão dando-lhe apoio e afeto efetivos para que ele possa superar o transe. Aqui termina a

possível analogia entre o corpo humano e o corpo social. Porque uma cidade da qual um órgão importante foi removido; um povo cujo corpo constitutivo deixa de funcionar deve sucumbir porque ninguém ajuda o povo. E isso não os ajuda porque não há ninguém para ajudá-los. Aqueles que acreditam que um Estado cortado em alguns de seus membros pode subsistir esquecem as leis da constância do poder enunciadas por Francis Parker Yockey. Essas leis são formuladas da seguinte forma:

1) Em todos os momentos, a quantidade de energia dentro de um sistema interestadual é constante. Se uma unidade orgânica for diminuída em poder, uma ou mais outras unidades aumentarão em poder na mesma quantidade;

2) Dentro de um corpo político o poder é constante. Se indivíduos e grupos, ou ideias, pertencentes ao organismo, vêem seu poder diminuído, outros indivíduos, grupos ou ideias aumentarão o seu na mesma medida. Quando, graças à loucura econômica liberal, milhões de pessoas ficam sem trabalho, o corpo social adoece, não importa quantos substitutos sejam inventados para mitigar o desemprego. Quando um sistema suicida permite que a luta de classes se espalhe – ou, o que dá no mesmo: um estado de surdo e guerra civil generalizada; quando a plutocracia internacional e o comunismo são autorizados, em conjunto, a financiar e pregar a subversão da pouca ordem natural que resta; quando tudo isso acontece, a cidade em questão é politicamente ameaçada de morte. E quando esta morte ocorre, as próteses que se pretendem implantar não funcionam, a suposta união internacional do proletariado não funciona; as Nações Unidas são inúteis; Parlamentarismo, pluralismo ou sufrágio não funcionam. Todos esses pseudo-recursos são inúteis pela simples razão de que uma cidade desaparece politicamente do mapa quando seus órgãos comunitários deixam de funcionar. E quando isso acontece - como aconteceu e continua acontecendo - o vácuo sócio político deixado por aquele povo é imediatamente ocupado pela vocação imperial de

outro povo. No presente estudo, entretanto, nosso foco de atenção não está particularmente direcionado para esse fato. O que devemos reter aqui, para o tema em questão, é que a família, o comércio, o local de trabalho, etc, são elementos determinantes da vida comunitária e, portanto, são elementos determinantes da liberdade.

Além disso, os limites da liberdade natural são estabelecidos pela existência do espaço físico ocupado por um povo, pelo seu clima, pelas características do seu solo, pela maior ou menor disponibilidade de recursos naturais, pela relação existente entre o tamanho da população e a constituição física do meio ambiente. Todos esses fatores influenciam muito as possibilidades vitais de um povo. Em alguns aspectos, esses elementos são modificáveis pela mão do homem, como, por exemplo, através da colonização, da tecnologia agroindustrial, da exploração racional dos recursos primários, etc. Mas o espaço vital de uma cidade não está apenas sob a influência dessas características permanentes, mas também sob a ação de fenômenos naturais como colheitas fracassadas, inundações, terremotos e epidemias. Esses fenômenos são evitáveis em uma extensão muito limitada. As variações meteorológicas podem ser conhecidas por meio de informações de satélite, mas não podem ser evitadas; os terremotos podem ser medidos e até previstos dentro de certos limites, mas não podem ser suprimidos.

Esses fenômenos naturais, como regra geral, envolvem apenas parte do espaço vital de uma cidade e, portanto, apenas parte da população. No entanto, deve-se sempre ter em mente que eventos como os mencionados reduzem o campo de ação de toda a comunidade. Uma colheita ruim afeta toda a cidade; a perda de centros de produção em uma cidade destruída por um terremoto é sentida por toda a comunidade. Este fato obriga o Estado a garantir que, dentro do humanamente possível, os efeitos de tais catástrofes não sejam suportados apenas pelos diretamente afetados, mas por toda a comunidade, de forma solidária.

Os limites da liberdade social são assim estabelecidos de forma natural. O potencial biopsíquico hereditário do homem, o fato de ser parte de seu povo, o solo que ocupa e sobre o qual vive: tudo isso são fatores que o homem não pode negar. Ao ignorar esses fatores, ele só se prejudica ao distorcer a influência dessa limitação natural. Assim, eventualmente, ele poderá deixar sua elite governante ser formada por pessoas bio psiquicamente estranhas ao restante da população; pode deixar talentos não utilizados; você poderá explorar eficientemente as riquezas naturais de seu solo. Da mesma forma, o indivíduo pode acabar adotando um estilo de vida tão estúpido que ameaça sua própria saúde. No entanto, em qualquer campo, onde o homem se encontre com uma limitação de seu campo de ação, se essa limitação for baseada em causas naturais, a pessoa acabará respeitando a situação. Você vai sentir isso como justo porque, em última análise, é baseado nas próprias leis da natureza. O Estado, portanto, tem a obrigação de garantir que essas e não outras sejam as causas que limitam o campo de ação das pessoas. Junto a esses fatos, dificilmente modificáveis, que limitam a liberdade social, encontramos outros que dependem mais do poder criativo e transformador do homem. Devemos pensar aqui, antes de tudo, no que conhecemos como liberdade nacional. Essa liberdade, porém, é supraindividual, é patrimônio de cada pessoa pelo simples fato de ser membro ativo de um Estado. Ora, o Estado - como já vimos na primeira das leis de Yockey citadas - não está isolado, mas se localiza entre os demais Estados do planeta, mantendo com eles relações mais ou menos ativas no quadro do atual sistema interestadual. cada época. Essas relações estão a cargo da atividade diplomática, mas a diplomacia só muito raramente determina os limites reais de um Estado. Será tão infeliz quanto você quiser, mas a única coisa certa é que os limites da liberdade nacional são traçados com canhões. O espaço vital de todos os povos da Terra sempre foi duramente conquistado pelos guerreiros e somente os povos com vocação e potencial militar conseguiram assegurar o espaço vital de que necessitavam.

Aquele que quer justiça, ou seja: a máxima liberdade possível dentro do espaço vital de seu povo; quem quer um socialismo autêntico, tem que querer - por tudo o que foi dito e em primeiro lugar um alto potencial militar e tem que desenvolver uma vontade sadia, viril e honesta de afirmar a liberdade de seu Estado. Por esta razão, o verdadeiro socialismo nunca pode ser associado a um pacifismo sem Estado como acontece - em detrimento de todos os povos e em benefício exclusivo do Estado Soviético - com a ideologia marxista oficial em matéria de política internacional. A realização concreta de uma liberdade natural requer inevitavelmente uma política externa forte.

A grandeza de uma nação está intimamente relacionada ao seu destino histórico. José Antônio, com razão, salientou que nem todos os povos constituem uma nação, mas apenas aqueles povos que têm uma missão histórica diferenciada no universal. Este destino, esta missão histórica, manifesta-se externamente de muitas maneiras: no prestígio internacional, no nível de organização, no grau cultural, no potencial militar e sobretudo na vontade política de um Estado. Por isso é especialmente necessário destacar que, ao contrário de tudo o que se afirma hoje, a prioridade é dada pelo político e não pelo econômico (Charles Maurras). uma política de patologia e não sua causa.

No entanto, é verdade que a primeira coisa que chama a atenção, quando se trata de ordenar o contexto em que se desenvolve a convivência humana, é a economia. É inegável a grande influência que a estrutura econômica e os critérios econômicos vigentes exercem sobre a vida social, embora, como já dissemos, não seja de forma alguma predominante, muito menos exclusiva. A abordagem marxista, segundo a qual a economia decide o destino do político, é falsa. É óbvio que o tipo de economia e o critério econômico também contribuem para estabelecer os limites do campo de ação, mas ambos os fatores são completamente determinados pela vontade política do homem e, portanto, não constituem grandezas

naturais dadas. Por isso, a missão da economia não é dar a si mesma uma certa estrutura, apenas lamentar depois e qualificar como inevitáveis as consequências que dela decorrem. Ao contrário: é obrigação do comando político do Estado dar à economia a estrutura condizente com as liberdades naturais. Não são os homens que devem estar a serviço da economia: é a economia que deve estar a serviço da nação. Isso nunca será repetido demais. Não se trata de estabelecer os limites da liberdade social de acordo com o tipo de economia ou de acordo com a orientação econômica. A questão é ordenar a economia segundo os imperativos da liberdade natural. Isto pode ser feito:

a) Por meio de legislação adequada.

b) Tolerar tradições, usos e costumes não estritamente estabelecidos por lei.

c) Pela formação mental das pessoas dentro de uma certa concepção da economia.

Quanto menos uma concepção econômica, que determina grande parte do tipo econômico operante, se desviar das condições exigidas para uma ordem social livre, mais adequada e coerente ela será, inclusive materialmente, para os interesses vitais de um povo. A economia liberal é um exemplo claro de até que ponto uma doutrina e uma estrutura puramente racionais levam a um tipo de economia que é necessariamente injusta e associal porque não se enquadra nos limites naturais.

Milhões de pessoas em todo o mundo nem sequer conseguem se alimentar decentemente dentro dos sistemas social-marxista e liberal-capitalista, enquanto outras esferas econômicas, se melhor, dependem de espaços geopolíticos enormemente desproporcionais em relação à população que sustentam. Aqui está a prova de que um

critério econômico que perde de vista a prioridade do político está fatalmente fadado à ineficiência.

A ideia mais tragicamente incorreta do nosso tempo é aquela que concebe a economia como a potência dominante. Dentro dessa ideologia, o capital (especialmente financeiro) ocupa um lugar próximo ao da divindade. Quando surgem os inevitáveis tempos de crise, quase se poderia dizer que esse tipo de divindade é conjurado para que, por alguma arte de magia, produza toda uma série de milagres. A luta contra fenómenos como o desemprego, a recessão e a inflação torna-se ineficaz porque, no fundo, espera-se constantemente o milagre de uma recuperação internacional da economia e assume-se que as pequenas e médias nações são impossíveis de pôr em ordem a sua maquinaria econômica sem pedir pela ajuda dos grandes centros financeiros. A profundidade com que essa atitude se enraizou foi ilustrada em muitos, muitos casos.

Por exemplo, os economistas muito eruditos e sábios da época zombavam abertamente de Hitler quando ele afirmava que a eliminação do desemprego e da inflação era algo que o nacional-socialismo poderia fazer sem dificuldades. Quando Mussolini começou a obter resultados, a zombaria aberta já havia afundado e restavam apenas sérias dúvidas, acompanhadas de ironias mal disfarçadas. Após a tomada do poder em 1933, restaram apenas algumas dúvidas e. Após o primeiro ano do governo nacional-socialista, os economistas tiveram que guardar suas dúvidas, suas pastas, sua seriedade e suas ironias. Eles apenas gaguejaram que os resultados haviam superado todas as expectativas.

Outra das disputas tradicionais, dentro do tema que estamos tratando, é a que se refere à propriedade e posse de bens. Por muito tempo, a forma e a maneira como os bens materiais, herdados e adquiridos, são distribuídos na sociedade atual foram criticados. A

maioria das pessoas percebe a situação atual como algo injusto e disso - correspondendo às diferentes visões políticas de mundo - surgiram diferentes critérios relacionados à propriedade.

Hoje, ao lado da distribuição real e dada da propriedade, ao lado das possibilidades concretas que existem - ou não existem - de acessá-la, estão as ideologias que defendem eliminar ou modificar o estado de coisas. Temos nesta questão todas as nuances imagináveis: desde o conceito de propriedade coletiva sustentado pelo comunismo até as formulações conceituais éticas das Igrejas cristãs. Quanto à realidade dos diferentes regimes, os resultados são visíveis. Sem ir muito longe, digamos apenas que uma legislação muito fraca permite que mesmo os mais ineptos herdem todos os bens materiais da nação sem exigir nenhum mérito equivalente. Em inúmeras ocasiões, grandes contribuições no campo das artes, ciências e até ocupações normais ficam sem remuneração adequada. Esses fatos, por si só, só podem aumentar a sensação de desconforto. Consequentemente, amplas camadas da população mundial estão visivelmente insatisfeitas com a distribuição de bens comunitários que resulta da prática usual nos sistemas atuais.

A desculpa de que o dono sempre será invejado, pelo simples fato de ter o que os outros não têm, é fortuita. A inveja é um sentimento pessoal. O povo percebe como injustiça apenas a propriedade que não foi merecida. Nunca uma alta renda ou uma grande fortuna foi contestada com sucesso quando era evidente que ela havia sido obtida legalmente por uma grande contribuição, ou alcançada à custa de grande esforço, por uma pessoa excelente. Pelo contrário, o ressentimento dos despossuídos tem sido dirigido insistentemente contra aqueles que vivem parasitariamente às custas da comunidade: contra especuladores, vigaristas e comerciantes improdutivos. Compreende-se claramente que renda imerecida e propriedade imerecida - isto é, obtida sem igual contribuição - significa espoliação, pois quem as obtém leva uma vida à custa dos outros. E também é evidente que se algumas pessoas poderem viver

como parasitas, será porque muitas outras pessoas terão negado o retorno total de sua produção. Por isso, vale lembrar, o primeiro ponto do programa do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores dizia: "[...] exigimos a eliminação da renda sem trabalho e sem esforço."

Por outro lado: "O direito de propriedade não pode basear-se exclusivamente no argumento de que o proprietário deve poder dispor dos seus bens graças às garantias legalmente estabelecidas para a sua atividade, no quadro legal. O direito de propriedade só tem fundamento pleno quando todos têm o mesmo direito de trabalhar." (ver: Bernhard Kohler: Das Recht Auf Arbeit, NS Monatshefte N28/1933) Nesta concepção está a solução nacional-socialista para o problema legal da propriedade.

Só quando cada um pode efetivamente realizar a produção que lhe é possível, dada a sua capacidade herdada e adquirida, só então é dada a qualquer um a possibilidade de ter acesso à propriedade por meios legais. Como as capacidades de produção são desiguais, os bens não podem passar para a propriedade privada em partes iguais, mas em partes proporcionais à produção fornecida. Deste modo, quando o direito ao trabalho é especificado com fiabilidade, consegue-se também uma solução justa para a questão da propriedade; porque uma distribuição de acordo com o mérito da produção não pode ser questionada. Ao fazer desaparecer os privilégios do capitalismo liberal, o nacional-socialismo não quer insinuar que rejeita a possibilidade de uma herança de bens materiais. Mas a sucessão legal, como a herança biopsíquica, deve ser entendida como um dever de produzir. Propriedades sem produção equivalente não são naturais e, portanto, injustas. O campo de atuação individual também é delimitado pelas disposições legais sobre a sucessão de bens materiais e sobre as possibilidades de renda. A delimitação estabelecida pelos sistemas liberal-marxistas é comprovadamente incorreta. O direito nacional-socialista é um assunto que merece um estudo à parte e,

por sua extensão, não pode ser tratado aqui. Basta, portanto, assinalar que a legislação dos regimes nacional-socialistas têm o cuidado especial de manter essa delimitação dentro da orientação natural e justa, condizente com a visão de mundo que orienta sua doutrina.

Outra questão social especialmente importante é a da revolução agrária proposta pelo nacional-socialismo, que durante séculos assistimos à especulação descontrolada de que era objeto o direito à terra e à terra. Se por um lado surgiram grandes latifúndios (às vezes disfarçados com recursos legais transparentes, às vezes até como propriedade de empresas internacionais), por outro lado ficaram para trás pequenas propriedades de produtividade ineficiente. É até possível detectar situações em que as pessoas, em sua maioria, não têm acesso razoável à propriedade da terra.

O nacional-socialismo sempre teve em mente a antiga lenda grega do gigante Anteu, que, cada vez que era derrubado, ganhava novas forças da mãe terra. Mesmo na sociedade moderna e tecnológica de hoje, o homem ainda está unido para o bem ou para o mal, com a terra que o sustenta. É que a importância do solo não se mede exclusivamente pela quantidade de proteínas produzidas ou pelo valor das matérias-primas que é possível obter. O solo, com suas características peculiares como a paisagem, o clima, as belezas naturais e seu essencial equilíbrio imanente, etc., tem uma importância para o homem que vai muito além do meramente material e econômico.

Os sistemas liberal-marxistas despovoam sistematicamente o solo das nações, permitindo que os grandes centros industriais sugassem a grande maioria da população camponesa. Agora, hipócritas e completamente esquecidos da revolução agrária nacional-socialista, estão arrancando os cabelos impondo o tema ecológico como mais uma moda entre tantas outras do nosso tempo. Esse ambientalismo, deixando de lado o fato de que é frequentemente bandido por certos

setores marxistas como uma forma de criticar o capitalismo com firmeza - tem uma peculiaridade insuperável: chega tão tarde que não se pode mais acreditar em sua boa fé além de certos bucolismos líricos. Além disso, não só chega na hora errada como também visa modificar os efeitos sem modificar as causas reais que nos levaram à atual poluição do planeta. O ambientalismo, por mais pouco estudado que seja, embora aponte eventos catastróficos reais, só tem paliativos a oferecer porque carece do respaldo de uma autêntica abordagem revolucionária que mude os critérios que o homem moderno tem em relação à natureza. Não é possível pregar o respeito à ecologia e, simultaneamente, desconsiderar as leis naturais da genética e as leis biopolíticas que regem a convivência humana. Nisto, apenas o Nacional-Socialismo foi totalmente consistente. Se vamos respeitar a natureza, a primeira coisa que devemos fazer é começar por respeitar a forma e o modo como ela se manifesta no próprio homem. De nada serve chorar líricas lágrimas de crocodilo pela extinção da baleia azul, dos pinguins ou do tamanduá, se não começarmos por nos preocupar com o destino das raças humanas. O ambientalismo, que não começa com o homem, nada mais é do que sentimentalismo. O ambientalismo, que lida com o homem apenas na medida em que sua saúde é afetada pelos efeitos colaterais da industrialização descontrolada, é simples miopia tecnoburocrática. O nacional-socialismo começa focalizando o homem corretamente, colocando-o no contexto da natureza e das leis naturais. É por isso que, em sua revolução agrária, ele busca fundamentalmente enraizar cada homem em seu solo. Na época, isso foi alcançado por meio de toda uma série de medidas legislativas relacionadas à propriedade agrária e, fundamentalmente, pela implementação de um novo critério de valorização do homem do campo e de seu trabalho. A legislação agrária nacional-socialista tende a dar ao pecuarista a segurança de que necessita, tanto em termos de propriedade quanto em termos de sua produção, pois esta, como todos sabem, depende de toda uma série de fatores que resultam imprevisíveis em muitos aspectos. Além disso, por meio de um adequado dimensionamento

urbano dos bairros populares, os trabalhadores industriais também têm a possibilidade de possuir não apenas moradias dignas, mas também espaços verdes e terrenos para a agricultura familiar. Qualquer um que tenha visto, mesmo que apenas em fotografia, um dos muitos bairros operários construídos pelo nacional-socialismo notará imediatamente a enorme diferença entre eles e as jaulas para seres humanos que estão sendo construídas hoje em ambos os lados da rua. Para concluir, deve-se notar que existem inúmeros campos - além dos aqui indicados - onde é possível aplicar consistentemente a visão de mundo nacional-socialista. Portanto, como no âmbito deste estudo é impossível esgotar o assunto, as questões que foram abordadas devem ser entendidas apenas como uma série de exemplos, retirados de um contexto muito mais amplo e profundo.

Capítulo 4 - Destinatários e Executores da Política Social

De acordo com os critérios atuais, a política social é uma política dos trabalhadores, assim como a questão social é uma questão dos trabalhadores. Com a rejeição absoluta de uma estratificação de classes da sociedade - uma posição sustentada pelo nacional-socialismo - esta definição conceitual não pode mais ser válida. Tampouco se pode admitir que o comportamento das pessoas que trabalham, na medida em que esse comportamento implica uma atitude de oposição ao Estado, tenha uma influência decisiva na política social. O Estado Nacional-Socialista não é mais um Estado meramente legal-formal, mas um que se identifica com o povo. Esse povo, integrado pela validade da cosmovisão, não tem mais motivos para constituir organizações que operam contra o Estado.

Com o desaparecimento das diferenciações de classe, a palavra trabalhador adquire um novo significado, mais condizente - aliás - com seu significado fundamental. Porque não só o trabalhador é trabalhador, mas todo aquele que exerce um trabalho, independente de ser dependente ou independente; se você ocupa um posto de comando ou um posto de execução. Assim, pode-se continuar dizendo que uma política social é uma política trabalhista ou uma política trabalhista, mas o conceito terá um significado decididamente diferente. Uma política operária se verá, portanto, dirigida a todos os que trabalham; uma política laboral para todos os que trabalham. O fundamental é que uma política social não deve ser dirigida apenas para um setor de todos os homens ativos, mas fundamentalmente orientada para todos. O destinatário da política social nacional-socialista não é exclusivamente o trabalhador assalariado em relação à dependência, mas todo o povo trabalhador. Indiretamente, a palavra povo também adquire um novo significado. É bastante comum que esta palavra seja usada para designar um setor, geralmente o dos deserdados, despossuídos e marginalizados de qualquer tipo. Isto não deve continuar a ser o

caso. Para o nacional-socialismo, a palavra povo não significa nem uma classe particular da sociedade, nem uma generalização nebulosa sem definição exata. Em uma nação onde todos trabalham, todos são um povo e o povo é a totalidade do povo consubstanciado com o destino da nação. Essa determinação dos destinatários da política social também se baseia em um fato que sempre foi verificado. É a que aponta que, em todos os casos, o excesso dos direitos sociais de um setor da comunidade corresponde a uma limitação dos direitos de outro setor. Isso se verifica porque o limite do ordenamento justo e ideal da relação social que os homens estabelecem entre si não pode ser transgredido, nem para baixo, nem para cima, sem a aparência de confronto pelas vantagens obtidas por um setor em detrimento dos demais.

Enquanto a política social for considerada como uma política praticada em benefício de um bem-estar especial dos trabalhadores em relação à dependência, esta política de bem-estar social não será mais do que uma prática de concessão de regalias pelas quais o beneficiário deverá mesmo demonstrar gratidão, como normalmente se pretende. De fato, é comum que certos círculos se queixem da falta de gratidão por parte de quem foi e é objeto de assistência social como a indicada. E, por outro lado, os destinatários dessa assistência, conceito que deve ser erradicado nesse sentido - os trabalhadores que se beneficiam dessas conquistas sociais, limitaram-se sempre e constantemente a agradecer cerimoniosamente os privilégios concedidos apenas à demanda, ao no dia seguinte, o direito deles, ou seja: a justiça social que lhes corresponde. Realmente, a única coisa que se espera de uma política social é que ela estruture as relações sociais de forma justa. No entanto, é difícil estabelecer o que devemos entender exatamente quando as correntes de pensamento são tão difusas e contraditórias quanto as que prevalecem no mundo liberal-marxista. Ninguém deve partir do critério de que um estado de coisas idealmente justo pode ser alcançado, assim mesmo, pois a

ordem terrena é obra de seres humanos e, portanto, está sujeita a erros. Mas é igualmente compreensível que a tendência para o ideal de construção de uma sociedade justa esteja operando e deva operar na vida de todas as pessoas que realmente acreditam em seu futuro. O que é decisivo, então, é quão perto uma ordem social conseguiu chegar ao estado ideal desejado. Nessa questão, o Nacional-Socialismo está melhor posicionado em termos de possibilidades concretas de sucesso. É mais provável que alcance o objetivo ideal desejado do que os sistemas de uma era ultrapassada porque, pelo menos, traz consigo a coerência e a força de um povo unificado em uma visão de mundo comum. Os fundamentos teóricos do nacional-socialismo determinam realmente um novo conceito em termos de justiça social.

Por estas razões, o trabalhador assalariado é, antes de mais, um membro da comunidade nacional. Não possui privilégios ou prerrogativas especiais que modifiquem este critério. O Estado, em princípio, não tem de lhe conceder um estatuto especial que o beneficie excepcionalmente acima de todos os outros. A missão do Estado consiste em garantir que o trabalhador não se restrinja no desdobramento de sua personalidade, que possa desenvolver a capacidade que lhe foi conferida pela natureza como todos os outros, que seja apreciado e valorizado por seu caráter e pelos resultados obtidos, e que nenhum outro membro da comunidade pode ser colocado em condições de usufruir de vantagens que não tenham sido merecidas por uma produção, lealdade e personalidade que as justifiquem. A avaliação política nacional-socialista não parte, em cada caso específico, do maior ou menor benefício material que uma determinada medida legal pode trazer, mas da real necessidade de tomá-la e do grau de sua viabilidade prática. Mais adiante veremos como esse critério, que tem como ponto de partida o bem comum necessário e possível, leva a resultados sociais muito mais satisfatórios do que o critério utilitarista e materialista do marxismo liberal.

O destinatário da política social, do ponto de vista nacional-socialista, deve ser absolutamente todo o povo da nação.

Quanto aos executores da política social, estes têm sido até agora: em certa medida, o Estado, mas, principalmente, todo um conjunto de instituições com estatuto jurídico, organizações de classe, grupos sectoriais partidários e associações sócio-políticas de todo o tipo.

As organizações classistas e divisionistas devem ser superadas, pois sua importância atual nos países liberal-marxistas atingiu um ponto tão patológico que ultrapassa substancialmente as possibilidades do Estado. Em tudo relacionado à legislação social, o Estado liberal, por exemplo, depende quase inteiramente das ações e decisões sociopolíticas adotadas pelos partidos, guildas, sindicatos, associações empresariais e grupos financeiros. O estado liberal simplesmente não está em condições de tomar as medidas sociopolíticas necessárias sem antes garantir o apoio de uma maioria circunstancial que emerge de qualquer setor eleitoral. Dessa forma, o Estado, em sua função de executor da política social, fica quase totalmente relegado e reduzido à mera função técnica de legislar. No mundo liberal, a autoridade decisiva não é mais do Estado, mas de uma maioria eleitoral anônima, constantemente variável e frequentemente dependente de fatores espúrios. Apenas em raras ocasiões foi possível a um político responsável exercer uma influência decisiva e positiva sobre essas maiorias casuais. E a probabilidade de isso acontecer é ainda mais restrita se forem levados em conta os métodos usuais impostos pelo mercantilismo eleitoral.

As consequências dessa impotência do Estado para decidir a orientação e o conteúdo da política social, essa incapacidade de exercer o poder de decidir ou ter a última palavra, estão à vista. A responsabilidade da política social, transferida para a máquina demo-parlamentar, leva: por um lado, à total disparidade de critérios que leva a contradições e à falta de objetivos claros; por

outro, à intolerável lentidão e frequentemente à a única solução parcial das questões sócio-políticas. Com uma instabilidade económica progressivamente crescente que, em última análise, nada mais é do que uma consequência da ineficiência política do Estado, ao mesmo tempo existe um grande perigo de subsistência de questões sociopolíticas que não são resolvidas, ou mal resolvidas. tornar-se uma ameaça direta ao próprio Estado. Nesses casos, o recurso de governar por decreto - tão típico dos governos de fato sul-americanos - é apenas o recurso fraco de um Estado que, de alguma forma, tenta evitar a loucura eleitoral. No entanto, como já foi demonstrado em várias ocasiões, esse recurso não é garantia de nada.

O conteúdo sociopolítico desses decretos é uma prova irrefutável de até que ponto a cosmovisão liberal-marxista - mesmo em suas versões mais ou menos autoritárias - passou de um critério racional para a ordenação da vida comunitária. Além disso, a mera existência de regimes liberal-marxistas de fato é também uma prova irrefutável da capacidade muito limitada demonstrada por um bom número de governos majoritários para construir algo verdadeiramente satisfatório. Porque, salvo raríssimas exceções, a legislação social vigente nada mais é do que um conjunto cada vez mais complexo de paliativos que buscam apenas evitar dolorosamente o acúmulo cada vez maior de injustiças. Não há objetivos sociopolíticos de real importância. Desta forma, a única coisa que se obteve é um corpo legislativo, tão vazio por dentro quanto frondoso por fora; um andaime monstruoso de milhares e milhares de artigos e parágrafos; uma desordem complicada, praticamente insondável, de dispositivos legais que, no final, ninguém cumpre. Se não considerarmos agora os benefícios materiais obtidos pelo setor assalariado em termos de luxo e conforto após árduos confrontos sindicais, se passarmos a analisar os sucessos positivos e os resultados concretos obtidos pela legislação liberal-marxista na matéria que realmente importa e o que é justiça social, veremos que muito pouco é saudável e

duradouro que se estabeleceu desde a Revolução Industrial até esta parte. A única exceção a essa tendência materialista de colocar o bem-estar acima da justiça é a política social e trabalhista dos regimes nacional-socialistas. Seria realmente muito simples mostrar que a grande maioria das disposições que realmente significaram um avanço em termos de justiça social foram copiadas descaradamente, sem citar as fontes, seja da legislação fascista, seja da legislação nacional-socialista alemã. Naturalmente, fora do contexto político geral que lhes deu origem, nem mesmo esses plágios conseguiram mais do que paliar com sucesso regular - as injustiças insuperáveis do marxismo liberal. Os verdadeiros protagonistas da política social atual, os partidos políticos, são pressionados por todos os grupos setoriais imagináveis. As considerações eleitorais levam a que a posição desses partidos, em tudo relacionado a qualquer questão vital, seja determinada pela possível reação do eleitorado. No entanto, através dos meios de comunicação de massa, esse eleitorado é manipulado doutrinária e propagandísticamente pelos setores financeiramente mais poderosos da sociedade. Por outro lado, uma vez que, devido ao seu grande número, os eleitores remunerados são muito importantes para os partidos, a posição das organizações sindicais torna-se extraordinariamente importante. É por isso que, especialmente diante da ameaça das próximas eleições, todos os partidos correm para apresentar generosamente projetos sociais e presentes. Mas, passado o processo eleitoral, as retiradas forçadas de projetos impossíveis, a não regulamentação de leis já sancionadas e o que é mais comum - o não cumprimento de promessas eleitorais, aumentam cada vez mais o desacordo plenamente justificado das grandes arrancado massas desta forma, a primazia das organizações dedicadas à luta de classes - organizações que, para piorar, enfrentam interesses opostos em virtude de uma abordagem que torna virtualmente impossível qualquer colaboração honesta - torna-se mais uma causa de conflito social.

Além de tudo isso, os tribunais - especialmente as instâncias judiciais em matéria trabalhista - também exercem uma influência não desprezível na vida social. Por isso, não é exagero incluir também essas instâncias entre os executores e desenvolvedores da política social. As deficiências gerais do direito demoliberal, especialmente a interpretação formalista, técnica e materialista do direito; também dominam o campo da formulação e aplicação das leis trabalhistas. É por isso que também hoje não se pode esperar deste campo uma influência salutar e positiva na política social.

Ao contrário das condições prevalecentes no mundo liberal-marxista, no regime nacional-socialista é o Estado, e em última análise o próprio Chefe de Estado, o único responsável por estabelecer uma política social. Nesta responsabilidade, assumida sem reservas e sem atenuantes, reside a decisiva e importante garantia de uma ordem justa.

O nacional-socialismo concebe o chefe de Estado como o primeiro e mais importante servidor de seu povo. Entende o Estado como órgão de síntese, consciência e comando da comunidade. Por outro lado, o aspecto socialista de sua visão de mundo coloca em lugar primordial tudo o que tem a ver com a melhoria do destino do povo. Esta tríplice garantia: a responsabilidade pessoal do governante, a estrutura orgânica do Estado e a concepção doutrinária de justiça social; necessariamente se traduz em fatos concretos dentro de qualquer regime nacional-socialista que permaneça fiel aos seus princípios fundadores. São precisamente esses fatos concretos que constituem a única ferramenta com a qual o nacional-socialismo busca o consenso e o entusiasmo das grandes massas.

A ênfase colocada em uma legitimidade baseada em fatos concretos é realmente essencial. Os chefes das organizações dedicadas à luta de classes também frequentemente se proclamam socialistas e fazem belos discursos repletos de belas palavras; também eles se dizem portadores de projetos grandiosos que permitem vislumbrar

por meio de promessas generosas. No entanto, de fato, até agora eles não conseguiram realmente concretizar nenhuma dessas promessas e falharam por dois motivos: primeiro, porque esses chamados líderes não têm absolutamente nenhum interesse honesto na justiça social, pois só concebem a vingança social e , segundo, porque a estrutura sociopolítica que eles propõem é orgânica, organizacional e politicamente incapaz de cumprir as promessas dadas.

Que o chefe de Estado seja pessoalmente responsável pela política social decorre do princípio de comando apoiado pelo nacional-socialismo. A última palavra, a última decisão, num regime nacional-socialista não corresponde a uma maioria anónima ou a qualquer órgão colegial mas, exclusiva e pessoalmente, ao Chefe de Estado. Desta forma, o principal responsável pelos sucessos e fracassos de toda a ação política aparece claramente visível e identificável aos olhos do povo e da História. Isso não apenas introduz o conceito de responsabilidade pessoal na política, mas também evita simultaneamente a fragmentação do poder político em esferas isoladas e opostas ou concorrentes.

Especialmente desastroso nesse sentido é o tipo de guerrilha permanente que sempre se estabelece entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Economia - ou suas instâncias equivalentes. Na prática, essa divisão de funções leva ao estabelecimento de um ministério para empregadores e outro para empregados na estrutura administrativa do Estado. Com isso, a luta de classes se institucionaliza inclusive em nível estadual. Nem mesmo os regimes marxistas em que o Estado é o único empregador, representado por uma estrutura tecnoburocrática controlada pelo partido, escapam a essa aberração. Diante disso, o Nacional-Socialismo afirma que a política social, como qualquer outra política específica, deve ser organicamente estruturada e localizada dentro da política geral aplicada por um governo, pois,

em última análise, é apenas um meio para alcançar o bem comum. pretensões autárquicas ou de primazia.

A contrapartida ao conceito nacional-socialista do princípio do comando é representado pelo conceito de delegabilidade do comando. Esta faculdade assiste-o em qualquer função hierárquica em que a acumulação de tarefas a realizar e a sua diversidade especializada impossibilitem a execução de uma só pessoa. Os vários ministros nacional-socialistas são, portanto, pessoas a quem o Chefe de Estado delegou certas funções específicas. Desta forma, assim como o chefe de Estado é pessoalmente responsável pela política geral adotada, os diferentes funcionários públicos são pessoalmente responsáveis pelas medidas específicas adotadas. Para a execução da política social em um regime nacional-socialista há toda uma série de instâncias responsáveis. Entre eles, vale destacar:

1) Órgãos estatais.

2) Instituições sociais.

3) As organizações sociopolíticas do movimento nacional-socialista.

4) As macroestruturas sociopolíticas da nação.

As funções dessas instâncias são de natureza diversa. Os órgãos estatais, além de monitorar e investigar fenômenos sociais e desenvolver projetos e propostas sociopolíticas, têm o papel prioritário de concretizar operacional e juridicamente as decisões do governo nacional. As organizações do movimento, especialmente aquelas ligadas à esfera trabalhista e econômica, têm a importante função de implantar na comunidade uma consciência social condizente com os princípios éticos sustentados pela visão de mundo nacional-socialista. As instituições sociais setoriais e as macroestruturas sociopolíticas, entre as quais devemos destacar a

instituição que reúne organicamente todas as forças de trabalho em uma frente de trabalho abrangente e não classista, têm múltiplas funções. Além de realizar constante ensino sociopolítico, eles têm a missão de atuar como executores de um amplo espectro de políticas sociais. Todas as referidas organizações também têm a obrigação de contribuir para a política social apresentando propostas e projetos que advêm da rica experiência social que advém de suas áreas específicas de atuação. No entanto, o sentido de suas ações não deve ser entendido como uma representação setorial contra o Estado, mas sim como a consolidação do Estado que, dirigido pessoal e responsavelmente por autoridades superiores, precisa ser apoiado por todo o povo. A política social nacional-socialista implica uma reorientação revolucionária de toda a esfera sociopolítica. Enquanto outras doutrinas defendem, na melhor das hipóteses, apenas um equilíbrio doloroso e instável entre forças fundamentalmente opostas (o famoso princípio de freios e contrapesos dos teóricos liberais norte-americanos), a política social nacional-socialista busca aplicar meios positivos para satisfazer as necessidades e preocupações de um comunidade concebida como um todo orgânico. A orientação da política social torna-se assim revolucionária sem se tornar vingativa.

Capítulo 5 - Métodos para Otimizar a Produção

Em todas as nações, a espinha dorsal da vida comunitária é a produção. A importância desta produção assenta em dois fatos interligados:

a) A comunidade vive graças à produção diversificada de seus membros. A produção de cada um constitui, portanto, uma contribuição para o sustento de toda a comunidade.

b) Uma ordem social justa é otimamente garantida somente quando o critério usado para julgar valorosamente o indivíduo parte da produção que ele contribui para a comunidade.

Tanto o prestígio social quanto a posição econômica do indivíduo dependem de um julgamento social justo e, por sua vez, o grau de bem-estar material alcançado depende da posição econômica. Vê-se assim que, se por um lado a produção sustenta a vida comunitária, por outro também sustenta a vida individual. Por isso, uma das principais tarefas do Estado é garantir que a produção receba a prioridade de valor que merece. É também sua função criar todas as condições necessárias para otimizar essa produção, pois quanto maior a produção, maiores as possibilidades materiais e culturais, tanto para a comunidade quanto para os indivíduos.

Ao colocar esta função do Estado no início de todas as considerações sociopolíticas, obtêm-se consequências novas e revolucionárias aplicáveis em todas as áreas parciais da política social.

A. A Política Social como parte da Política Geral

Já foi apontado quão importante é, em grande medida, por exemplo, a situação política externa de uma nação que pode influenciar as condições internas. Este exemplo pode servir para mostrar que a política geral determina a vida de um povo em todas as direções. E o que foi dito também pode servir para entender a nefasta atitude liberal-marxista que muitas vezes nega categoricamente até as inter-relações mais óbvias. Essa ampla interdependência do político demonstra a desrazão do pensamento marxista que exige a idílica unificação internacional do proletariado como condição para a melhoria definitiva das condições sociais internas de cada povo. O que é possível é exatamente o contrário: as nações socialmente justas são, em grande medida, a pré-condição para uma organização internacional do trabalho justa e aceitável. Uma política social bem compreendida, como a economia, começa em casa.

Salientamos também que a política econômica não pode reivindicar primazia absoluta sobre outras áreas de política. O critério materialista que tenta fazer com que a economia apareça como o fator determinante do destino das nações supõe uma inversão dos fatos reais: não é o estômago que decide como encher o cérebro; é o cérebro que decide como o estômago deve ser preenchido. O economicismo liberal-marxista, no geral, nem faz sentido.

Sempre será possível verificar que, dentro de um Estado, a política geral é prioritária. Maurras apontou com razão: "La politique d'abord!" ("Política em primeiro lugar!"), enfatizando assim naturalmente a prioridade e não a primazia do político. Temos assim uma escala natural de valores: em primeiro lugar encontramos o homem, especificamente um certo tipo etnobiológico de homem; em segundo lugar, encontramos a cosmovisão própria e característica desse certo tipo de homem; em terceiro lugar temos a política geral que responde à visão de mundo

e às possibilidades ambientais dadas e apenas em quarto lugar estão as políticas parciais como política econômica, política social, política externa, etc. Se um povo não compreender plenamente essa relação, se não prestar atenção a essa escala de valores, se não souber determinar corretamente uma sequência efetiva de prioridades, terá que aprender e encontrar seu caminho analisando e corrigindo seus próprios erros. Exemplos disso abundam em todos os lugares.

É claro, então, que a política social nunca pode reivindicar autarquia ou uma existência separada. A política social é apenas uma parte da política geral do Estado e deve, portanto, manter o seu nível correspondente. Mas , como vimos, é errado elevar uma política parcial acima da política geral, é igualmente errado em teoria e em princípio exagerar a importância de qualquer uma das políticas parciais. Se todas as políticas específicas fazem parte da política geral, todas elas são essencialmente incompletas em si mesmas: além disso, um estudo analítico mais profundo revela que não há fundamentalmente uma ordenação hierárquica entre partes igualmente significativas de uma política geral, mesmo quando de maneiras diferentes. e em diferentes situações específicas algumas dessas peças de apoio. momentaneamente um peso maior.

Assim, é perfeitamente admissível e até inevitável que ocorram choques de critérios entre, por exemplo, o dono da ação econômica e o dono da ação social. O que não é admissível, sob qualquer ponto de vista, é que haja divergências nas decisões desses funcionários, pois, acima das opiniões parciais, deve-se encontrar a palavra final definitiva e superior do comando político, que em um regime nacional-socialista é exercido pelo chefe de Estado.

Essa posição da política social como parte de uma política geral garante a evolução retilínea e a firmeza das ações na matéria. Essas características não são encontradas nos sistemas liberal-marxistas

porque estão sujeitos a mudanças abruptas na estrutura de poder, oscilações incontroláveis no círculo de influências partidárias e comportamento altamente inconstante e imprevisível da vida social em geral. A manifesta serenidade, ordem e constância do ambiente sociopolítico, nos regimes nacional-socialistas que se conhecem, constituem a base essencial sobre a qual assentam os métodos de optimização da produção de toda a comunidade.

B. Conceito nacional-socialista de pleno emprego

A produção é o resultado da conjunção entre potencial de trabalho, vontade de produzir e emprego (ver capítulo I) Para obter a produção plena é absolutamente necessário cultivar e fortalecer esses três elementos da produção. Se o potencial de trabalho não pode ser totalmente investido, também não é possível alcançar a desejada otimização da produção. Como o potencial de trabalho de um povo é sua única riqueza essencial, a força de trabalho desperdiçada é - consequentemente - o maior desperdício. Se o Estado quer atingir a meta de aumentar a produção, a primeira coisa que deve fazer é garantir que todo o potencial de mão-de-obra disponível possa ser investido. Ou seja: ele deve cuidar para que haja locais de trabalho suficientes disponíveis nos quais o potencial de trabalho existente possa ser efetivamente aplicado. Se esses empregos não surgem da atividade produtiva livre dos cidadãos, o Estado tem a obrigação de criá-los. Destas considerações decorre o princípio nacional-socialista de investimento no trabalho. No processo indicado trata-se realmente de investir no trabalho para garantir ou otimizar o nível existencial da comunidade. Trata-se de criar locais de trabalho acessíveis ao potencial de trabalho disponível e investir esse trabalho no processo de produção. Assim, é o trabalho, e não o dinheiro, que constitui o investimento primário e mais importante em qualquer empreendimento produtivo.

Ora, uma vez que o potencial de trabalho, uma vez aplicado, adquire um valor universal, o investimento em trabalho não significa apenas trazer o trabalhador para um local de trabalho ou - em outras palavras - o investimento em trabalho não significa dar-lhe um trabalho qualquer para cada um. O investimento trabalhista nacional-socialista implica colocar toda a capacidade de trabalho de uma nação em empregos decentes e produtivos. Portanto, não se trata de localizar indiscriminadamente e quantitativamente o potencial de trabalho em empregos escolhidos ao acaso ou criados sem planejamento prévio adequado. O investimento em mão de obra bem compreendido também inclui a forma e a qualidade do trabalho realizado, razão pela qual, dentro desse conceito, é possível diferenciar entre pleno emprego e uso racional da força de trabalho existente. Somente quando ambos os critérios forem satisfeitos, somente quando o pleno emprego quantitativo for alcançado e o emprego racional qualitativamente for obtido, só então o investimento em mão de obra será bem realizado e só então poderá ser esperada uma produção nacional ótima.

Do exposto, pode-se deduzir que afastar o fantasma do desemprego por meio do pleno emprego baseado na ineficiência produtiva constitui uma fraude contra a comunidade. No entanto, embora o pleno emprego e o emprego racional devam ser alcançados simultaneamente, o primeiro tem certa prioridade. Admitir um certo grau de ineficiência produtiva não alcançará naturalmente a produção ideal; mas razões sócio-políticas facilmente dedutíveis significam que em um dilema excludente como os que muitas vezes ocorrem na prática - é preferível admitir o sacrifício de algo de qualidade para ganhar o equivalente em quantidade. De acordo com o critério nacional-socialista, o pleno emprego deve atender a três objetivos:

a) Eliminar a miséria decorrente do desemprego.

b) Tornar o direito ao trabalho uma realidade.

c) Aumentar as possibilidades produtivas da comunidade.

A eficiência com que os regimes nacional-socialistas acomodaram o problema do desemprego merece mais comentários. O regime nacional-socialista alemão herdou do regime demoliberal anterior uma massa patética de 6 milhões de desempregados, um aparato produtivo paralisado e um sistema financeiro altamente inflacionário com obrigações externas praticamente impagáveis. Em apenas quatro anos de governo, aquele mesmo país havia se tornado uma potência mundial capaz de resistir a uma guerra de seis anos contra quase todo o mundo. Do mesmo país, que o marxismo liberal só conseguiu arruinar em quatorze anos de tentativas fracassadas. O nacional-socialismo construiu um poder de primeira linha em apenas quarenta e oito meses.

Para ter uma ideia da taxa em que o desemprego estava desaparecendo na Alemanha nacional-socialista, veja a seguinte tabela estatística:

Data	Desempregados
31/01/1933	6.014.000
30/06/1933	4.857.000
30/11/1933	3.715.000
30/04/1934	2.609.000
30/11/1934	2.354.000
30/06/1955	1.877.000
30/11/1935	1.985.000
30/06/1936	1.491.000
30/11/1936	1.197.000

30/06/1937	649.000
30/11/1937	573.000

Em setembro de 1937 havia 19.100.000 trabalhadores ativos. O máximo que o regime anterior conseguira atingir era de apenas 17.870.000 em 1929. Sabe-se que, em todos os países e mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, as estatísticas mostram sempre um certo número de desempregados. Isso ocorre porque existem vários tipos de desemprego. Há, por exemplo, o desemprego ocasional que inclui aqueles que estão momentaneamente desempregados porque procuram um emprego melhor ou por outras razões voluntárias. O desemprego temporário engloba aqueles que perdem o emprego devido aos inevitáveis - e às vezes até desejáveis - rearranjos que ocorrem em todas as economias: algumas empresas fecham, outras mudam de ramo de negócios ou métodos de produção, etc. Há também desemprego sazonal para aqueles cujo trabalho depende de determinadas épocas do ano: colheitadeiras, tosquiadores, trabalhadores rurais em geral, trabalhadores da construção civil em áreas de intensa nevasca, etc.

O desemprego que supera os números produzidos pelo desemprego ocasional, temporário e sazonal é o desemprego que surge como resultado de falhas estruturais na economia. Por isso, é chamado de desemprego estrutural.

As causas do desemprego estrutural são de vários tipos:

a) Perda de confiança geral.

b) Espírito mercantil do capitalismo liberal.

c) Custos financeiros, dívidas externas e política comercial interna e externa.

d) Pressão fiscal; superdimensionamento administrativo.

e) Racionalização defeituosa.

Para eliminar essas causas, o combate ao desemprego estrutural deve ser frontal e sem concessões. Somente eliminando completamente esse tipo patológico de desemprego é possível lançar as bases para uma ordem social sólida. Para compreender as características dessa luta, é necessário aprofundar o estudo dos elementos que tornam absolutamente possível o surgimento e a manutenção das causas supracitadas que levam ao desemprego estrutural.

Em termos gerais, a tarefa de exercer alguma influência na área do trabalho é hoje muitas vezes chamada de política do mercado de trabalho ou regulação do mercado de trabalho. Como ponto de partida, o nacional-socialismo - em contraste com as ideologias atuais - nega categoricamente a existência de um mercado de trabalho. Nega a existência desse mercado pela simples razão de que não aceita nem a ideologia nem a mentalidade que leva o trabalho humano a ser considerado uma mercadoria que pode ser negociada ou negociada.

O conceito de trabalho como mercadoria vem da visão de mundo liberal-marxista. Uma quase infindável literatura teórica e doutrinária de pretensões científicas repousa sobre esse critério que estabelece a qualidade mercantil do trabalho. E toda a política socioeconômica, tanto o capitalismo quanto o comunismo, fazem parte dessa descoberta supostamente científica. A partir do momento em que o trabalho é considerado uma mercadoria,

Sua regulação e remuneração estão sujeitas às leis não menos pseudocientíficas que, supostamente, regulam todos os mercados. E quem se opuser, por exemplo, a que os salários sejam estipulados pela oferta e demanda da mercadoria de trabalho, será automaticamente rotulado de intervencionista delirante e incorrigível. Toda a organização social nos regimes liberal-capitalista e marxista está sob a influência, expressa ou implícita, dessa doutrina. Os sindicatos ou grupos de guildas constituem assim a tentativa de estruturar monopolísticamente os vendedores de mercadorias de trabalho. Consequentemente, os empregadores se organizam em organizações de compra de mão de obra. A relação social dos seres humanos ligados pelo trabalho torna-se assim uma relação comparável à dos vendedores e compradores de qualquer mercadoria inanimada. Além disso, com os mesmos métodos especulativos com que se estabelece o valor material de qualquer mercadoria, também se estabelece um salário, que se entende como o preço pago pela mercadoria. As organizações trabalhistas são reduzidas ao papel de meros agentes participantes do mercado de trabalho. Agentes que, para piorar, dependem da capacidade de poder que podem adquirir para lutar pelo nível salarial e pelas condições de trabalho. Nessa luta, naturalmente, alguns buscam os níveis mais altos imagináveis enquanto outros tentam mantê-los o mais baixo possível.

Como se sabe, a situação emergente dessas condições vai diretamente para o jogo das teorias marxistas sobre o ódio de classe. Porque os compradores da mercadoria trabalho, na sua qualidade de proprietários pessoais ou legais dos locais de trabalho e dos meios de produção, bem como da própria produção, têm inquestionavelmente uma posição privilegiada face aos meros vendedores de potencial laboral. Para baixar artificialmente o preço da mercadoria de trabalho, os compradores podem exercer uma enorme pressão de mil maneiras sobre aqueles que só têm seu trabalho para vender. Não surpreende, portanto, que esses compradores organizem suas prerrogativas e privilégios para

explorar ao máximo uma força de trabalho vendida nas piores condições que podem ser impostas. Nas negociações com os representantes trabalhistas, os compradores não se cansam de pintar da pior forma possível a situação econômica de suas empresas. A história dos acordos trabalhistas está repleta de declarações afirmando a impossibilidade de concessão de melhorias salariais ou trabalhistas sem comprometer seriamente a estabilidade das empresas. Em muitas ocasiões, esse mesmo argumento é usado para transferir impiedosamente os aumentos de preços, com os quais a inflação resultante tira do trabalhador, por um lado, o que, por outro, dificilmente poderia obter.

As organizações sindicais, como vendedoras de mercadorias de trabalho, estão, sem dúvida, em situação de inferioridade, ainda mais quando não conseguem reunir em uma única condução centralizada todas as forças assalariadas. Como essa concentração absoluta e monopolista do potencial de trabalho ocorre apenas em raras ocasiões, o que geralmente acontece é que os partidos políticos são chamados a ajudar os vendedores de emprego. Em outras ocasiões, o Estado é usado para atuar como mediador e, geralmente, o recurso falha porque o Estado também não tem condições de intervir - acima do conflito de classes para estruturar uma política salarial e trabalhista consistente, com objetivos claros, para benefício de toda a população. Não é porque, para intervir com sucesso, primeiro teria que resolver politicamente o conflito de classes. Além disso, o Estado também está sujeito a uma enorme pressão dos compradores de empregos. Os partidos, por sua vez, mesmo assumindo intenções honestas nos dirigentes partidários, o que já diz muito, estão absolutamente desorientados diante da dupla pressão das urgências representadas pela necessidade de uma produção indispensável para manter certo padrão de e pelas aspirações sempre insatisfeitas dos diversos setores que sempre buscarão obter mais do que têm.

Desta forma, não é nenhum milagre que os resultados finais sejam extremamente pobres e que, em última análise, o que as pessoas obtêm pelo seu potencial de trabalho investido nada mais é do que o resultado de uma relação de poder implacável e dura. No mundo liberal, essa relação é gerenciada deixando os diferentes setores opostos lutarem entre si. Com isso, o Estado é desmantelado e relegado ao mero papel de espectador administrativo ou conciliador em casos excepcionais. No mundo comunista, as organizações sindicais permanecem numa posição subordinada ao partido e ao Estado; instituições que, na prática, tomam todas as decisões vitais completamente fora de uma estrutura trabalhista cuja institucionalidade é apenas nominal. Dentro do sistema soviético, o sindicato ou guilda tem mais a função de executar sem comentários as diretrizes emitidas pela camada tecnoburocrática dominante do que propor alternativas autênticas de ação na possibilidade garantida de ser ouvido. Nisso, o sistema comunista é consistente com seus métodos: assim como resolve a luta de classes eliminando fisicamente todos os setores acima e abaixo de um proletariado serviu, também resolve o conflito trabalhista eliminando as instâncias localizadas acima ou abaixo de uma tecno submissa. -casta burocrática. No mundo soviético, a relação estado-sindicato é mais uma via de mão única; as ordens descem e são executadas enquanto apenas algumas preocupações sobem, inconsequentes na maioria dos casos. A crítica marxista ao regime liberal-capitalista encontra, no entanto, sólidos pontos de apoio. Isso torna a posição demoliberal tremendamente fraca diante dos argumentos e promessas marxistas, mesmo quando incorretos ou impossíveis de cumprir. Porque é inegável que a negociação contínua do preço de compra de uma obra entendida como mercadoria produz constantes confrontos, atritos e desordem. A greve e o lock-out constituem os recursos de último recurso para os poderes irreconciliáveis nesta guerra civil de preços. Essas medidas roubam da comunidade milhões de horas de trabalho - e, consequentemente, milhões de horas de produção, com os quais os danos causados por essa guerra socioeconômica são, em muitos aspectos, verdadeiramente

tremendos; mesmo quando os teóricos capitalistas liberais os classificam como inevitáveis.

Também a atividade sócio-política do Estado demoliberal – na medida em que se pode falar dela – está sujeita a essa teoria do trabalho-mercadoria em tudo relacionado à legislação trabalhista. As arbitragens e as instâncias conciliatórias dispostas pelas leis não estão previstas para impor uma justiça equitativa. Como sua própria designação indica, eles existem apenas como instâncias mediadoras colocadas entre o fogo cruzado de critérios opostos. As partes em conflito têm assim um recurso legal para se livrar, em alguns casos especialmente espinhosos, da responsabilidade pelo resultado final da luta. Essa responsabilidade, quando o resultado final não satisfaz nenhuma das partes, pode sempre ser imposta ao Estado, que alimenta o critério patológico de responsabilizar o Estado por todos os males sofridos.

Desta forma, o capitalismo liberal cai facilmente em uma situação insustentável. A teoria da mercantilização do trabalho, mais cedo ou mais tarde, leva a uma crescente irresponsabilidade por parte das facções que lutam por salários e condições de trabalho. Por fim, quando o confronto não tem mais solução, assume-se que um Estado carente da autoridade necessária para impor a justiça deve agir como mediador para conciliar as partes. Não é de admirar que, nessa situação impossível, os funcionários do Estado acabam fazendo a única coisa que podem fazer: tornar-se uma máquina mediadora. Todas as instâncias conciliatórias não conseguem fazer mais do que propor como expoente máximo da sabedoria e da justiça o conceito ultrapassado de que o justo salário está sempre situado na média aritmética entre o que se oferece e o que se pede. Sendo assim, a única coisa que um Ministro do Trabalho demo-liberal precisa saber é dividir por dois. Às vezes, é realmente a única coisa que você sabe.

Toda a instabilidade desse sistema, produzida por uma forma totalmente arbitrária e inconsistente de valorização do trabalho, leva a resultados facilmente verificáveis:

1) O salário do acordo torna-se praticamente o salário normal com o qual todos os salários do mesmo tipo de trabalho são nivelados sem consideração do mérito pessoal.

2) As brigas por níveis salariais são um fator permanente de rancor, ódio, confrontos, ressentimentos e desordens. Não pode ser de outra forma porque este nível é o objeto de disputa mais importante para ambos os adversários.

3) Acordos salariais como regra geral - não constituem qualquer garantia contra a sub-remuneração uma vez que vários fatores socioeconômicos se juntam para que, em muitos casos, o assalariado se comprometa a vender seu trabalho por valores significativamente inferiores aos estabelecidos.

O pleno emprego, entendido com critérios nacional-socialistas, nada tem a ver com o pleno emprego da oferta existente no mercado de trabalho. O pleno emprego nacional-socialista parte da base de que toda a mentalidade das pessoas envolvidas na questão deve ser mudada. Para compreender plenamente os fatores em jogo, é essencial deixar de lado a abordagem liberal-marxista e abordar todo o problema de uma perspectiva orgânica e comunitária. Somente priorizando o bem comum de todos os membros da comunidade sobre os interesses setoriais pode ser encontrada uma solução satisfatória. O pleno emprego não significa apenas dar a todos um emprego para que, pior ou melhor, possam viver. O pleno emprego real só é alcançado quando estão dadas e garantidas as condições para que todo o povo possa investir ao máximo o seu potencial de trabalho, numa produção destinada a satisfazer as necessidades de todos e num quadro social em que a cooperação mútua tenha suplantado a ressentimento.

C) O uso racional do potencial de trabalho

Em sua obra fundamental, Hitler apontou que "A grandeza de um povo depende também do fator de sucesso em educar e formar as mentes mais capazes para os campos de acordo com o seu talento, colocando-as ao serviço da comunidade nacional (Volksgemeinschaft)."

Isso, em primeiro lugar, é válido para a liderança política, mas também é aplicável a outras atividades da vida comunitária. Para que cada um tenha a atividade que melhor se adapta à sua capacidade - princípio fundamental da visão de mundo nacional-socialista - é necessário estruturar tanto as atuais formas de escolha de uma profissão quanto os próprios métodos de formação profissional. A utilização racional do potencial de trabalho pressupõe uma solução adequada das seguintes questões:

a) Educação geral.

b) A escolha da atividade e orientação profissional.

c) A eliminação dos múltiplos obstáculos que se opõem à produção.

Então, vamos analisar cada uma dessas questões separadamente:

1. A educação geral

O tipo, a versatilidade e o potencial do talento humano são qualidades inatas. No entanto, essas qualidades desaparecem, deterioram-se, degradam-se ou tornam-se tão fracas que deixam de ser relevantes para a atividade prática, quando não são cultivadas e desenvolvidas.

De muitas maneiras, apenas a educação geral oferece a oportunidade de despertar as forças latentes do ser humano para que certas possibilidades pessoais sejam compreendidas ou percebidas. Por outro lado, certos saberes necessitam de educação e instrução sem uma relação majoritariamente direta com a atividade profissional que o indivíduo terá posteriormente. Ler e escrever, para citar apenas exemplos banais, podem ser considerados nesta categoria, pois sem esse conhecimento é praticamente impossível alguém exercer até mesmo o ofício mais simples e simples do mundo atual. É por isso que é necessário diferenciar claramente entre a educação geral e a formação profissional especializada. A estrutura e função da educação geral dentro do estado nacional-socialista é um tópico específico e extenso que obviamente não podemos esgotar aqui. No entanto, deve-se notar que a educação geral deve necessariamente incluir a educação social de forma coerente, destacada e efetiva.

Um dos fatores mais importantes a este respeito é a educação dos jovens no espírito de uma consciência social coerente com o princípio da solidariedade social. Em relação ao nosso tema específico, devemos destacar a necessidade de educar os jovens para uma nova forma de pensar e conceber o sentido do trabalho. Enquanto nossos jovens conceber o trabalho apenas como uma forma legal de acesso à satisfação pessoal; enquanto se pensar que trabalhar só faz sentido quando se obtém o máximo de dinheiro possível pelo esforço; desde que o local de trabalho não tenha importância, podendo estar no próprio país ou em qualquer canto do mundo; enquanto o trabalho for, em suma, considerado apenas como uma espécie de mal inevitável; Enquanto essa mentalidade não for radicalmente mudada, nem consciência social, nem solidariedade social, nem justiça social serão implantadas, não importa quantas leis sejam promulgadas a esse respeito.

Estacionar uma ordem social, baseada na justa valorização do ser humano que trabalha, jamais surgirá por decreto. Esta ordem social

só pode ser o produto do enraizamento de uma atitude positiva em relação à vida, à justiça e ao trabalho. Que a educação para uma nova consciência social deve começar na escola; que o jovem, e mesmo a criança, deve ser incutido com o valor do que é justo e correto; É algo que - não importa o quão pouco você pense sobre isso - cai da maturidade. Porque somente as pessoas que compreendem plenamente o valor da justiça mais tarde compreenderão a necessidade de alcançar e manter a estrutura de justiça social que toda a esfera sociopolítica precisa. O nacional-socialismo não busca uma politização da educação. Ele confia silenciosamente que uma atitude social correta produzirá a atitude política correta correspondente quando o indivíduo atingir a idade de ter atitudes políticas.

São inúmeros os exemplos com os quais se pode ilustrar a importância da educação geral na esfera social.

Segundo o pensamento liberal, cada um pode fazer ou não com seu talento o que quiser ou, em outras palavras: pode usar em benefício próprio algumas qualidades que recebeu por herança, não tendo, afinal, qualquer mérito em ter eles. Talento e habilidade biopsíquica não são adquiridos por nenhum esforço; você simplesmente nasce com eles, de modo que o mérito não está em tê-los, mas em desenvolvê-los e colocá-los a serviço dos outros. O nacional-socialismo afirma que os talentos e dons que um indivíduo possui, em virtude de seu sangue e hereditariedade, não lhe foram dados para a satisfação exclusiva de seus egoísmos pessoais. As potencialidades bio psíquicas herdadas por uma pessoa fazem parte do fluxo biogenético desenvolvido por um povo. Cada ser humano não é um fenômeno bio psíquico isolado e casual. Cada ser humano é produto de uma longa cadeia de ancestrais e as potencialidades biopsíquicas que possuem não foram adquiridas por acaso. Ele os tem porque faz parte de um povo que os desenvolveu e, portanto, o indivíduo tem a obrigação de aplicar seu potencial em benefício desse povo.

Esta prioridade dada à comunidade etnopolítica em termos de aproveitamento de qualidades que, embora o indivíduo possua, são herança da raça a que pertence, conduz consequentemente ao princípio do serviço sustentado pelo nacional-socialismo. Que o indivíduo, em virtude dos atos de serviço que presta ao seu povo, satisfaça simultaneamente suas necessidades pessoais é certamente muito necessário, mas tem uma relevância de segunda ordem do ponto de vista ético. Porque o indivíduo não poderia satisfazer suas próprias necessidades se outros membros da comunidade também não cumprissem o mesmo serviço e, portanto, não lhe oferecessem a possibilidade de ter bens de que necessita para viver, mas que não pode produzir para si mesmo. É uma verdade óbvia que nenhum indivíduo na sociedade moderna pode produzir todos os bens que consome; de modo que é indiscutível a estreita dependência de cada uma das produções realizadas pelas demais. Chegamos assim ao conceito ético da nobreza do trabalho. Um indivíduo realiza seu trabalho com nobreza - e, portanto, é creditado com o mérito que lhe corresponde quando coloca seu potencial de trabalho a serviço da comunidade. com lealdade e altruísmo e constantemente se sentindo compelidos a realizar o melhor de sua capacidade.

Se a atual mentalidade predominante conduz necessariamente a uma especialização cada vez maior que isola e restringe o fluxo total das capacidades do indivíduo, o que deve ser feito para erradicar a alienação e as neuroses do homem contemporâneo é encontrar uma maneira de reconectar toda atividade parcial com o geral. atividade da comunidade etnopolítica. Não se trata de negar as vantagens técnico-econômicas da especialização; trata-se de entender que cada atividade, da mais simples à mais transcendental, é um ato de serviço ao bem comum.

Do ponto de vista educacional, portanto, é necessário rejeitar as tentativas de produzir deliberadamente uma especialização precoce para incorporar o indivíduo o mais rápido possível ao aparelho

produtivo. O indivíduo deve entrar em produção somente após completar completamente seu estágio de desenvolvimento. A especialização precoce só leva à criação artificial de tecnocracias ou tecno burocracias como as que podemos ver nos regimes atuais. Para uma cidade é muito mais importante que mesmo um simples trabalho manual seja realizado com plena consciência do serviço prestado à comunidade e não que realizações espetaculares de produção sejam buscadas apenas para alimentar algumas estatísticas frias sem sentido ou conteúdo comunitário.

A educação geral tem, como se vê, uma importante missão social a cumprir em tudo o que diz respeito ao uso racional do potencial de trabalho.

2. Escolha da profissão (orientação profissional)

A concepção biopolítica nacional-socialista - amplamente verificada, aliás, durante mais de uma década de práxis política - estabelece que há uma relação direta entre o potencial biopsíquico inato e a atividade desenvolvida pelo ser humano. Consequentemente, rejeita-se a estranha ideia liberal-marxista de que qualquer um pode, em princípio, acessar o Estado para realizar tarefas de governo ou liderança da comunidade.

Mas, assim como a visão de mundo nacional-socialista concebe que somente aqueles especialmente dotados para a tarefa de liderança política podem aspirar a ter poder decisório na estrutura governamental, da mesma forma, apenas algumas pessoas têm o talento necessário para desempenhar certas tarefas na esfera econômica. A comunidade se depara assim com o problema de encontrar, para cada atividade específica, os homens mais bem preparados para realizá-la.

Os maiores obstáculos que existem no mundo atual e que muitas vezes impedem a solução deste problema são de natureza diversa.

Por um lado, há indubitavelmente privilégios socioeconômicos, tanto no mundo liberal quanto no mundo marxista. O filho de um rico industrial ou de um poderoso líder partidário tem, inquestionavelmente, mais oportunidades de acesso a posições sociais e econômicas privilegiadas do que o filho de um simples empregado. Nessa matéria, o critério nacional-socialista é fazer com que qualquer profissão, cargo ou posição social dependa exclusivamente de talento e habilidade.

Para que isso seja possível, a educação e a formação têm de centrar-se, já numa fase muito precoce, no fator genético do talento e das aptidões inatas. Por tudo isso, cabe à política social do Estado dar atenção especial à forma e à maneira como as pessoas escolhem a atividade que vão exercer ao longo da vida.

Felizmente, mesmo em muitos casos a escolha da atividade socioeconômica é feita pelo próprio interessado. Dessa forma, ainda há casos em que essa escolha é produzida mais por uma afinidade instintiva do que pelo raciocínio econômico-material. No entanto, é sabido por todos que esta orientação natural da vocação é fortemente influenciada por fatores externos. Esses fatores vêm tanto do setor social quanto do econômico. Certas atividades, especialmente as artísticas e humanísticas, simplesmente não gozam de suficiente prestígio socioeconômico e isso muitas vezes contribui para desencorajar potenciais candidatos a essas carreiras. Também influencia, sem dúvida, o custo do estudo ou treinamento; seja de forma direta (taxas, material de estudo, etc.), seja de forma indireta (falta no núcleo familiar da renda do aluno que não trabalha)

Além de uma correta consciência social que certamente resolveria boa parte dos problemas apontados - no entanto, são necessárias medidas concretas para facilitar aos jovens uma decisão mais alinhada com suas aspirações, instintos, tendências e talentos biopsíquicos naturais. Nesta matéria, entre muitas outras coisas, é

necessário instituir uma visita frequente e correspondentemente orientada dos jovens que estão prestes a decidir o seu futuro aos mais variados locais de trabalho. Porque é simplesmente mentira que os jovens tenham uma ideia clara e precisa de todos os ofícios e profissões. É necessário regular organicamente um guia, moderado e sábio, mas diversificado e constante, para que os jovens se familiarizem com os fundamentos e fundamentos de cada atividade, a fim de compreender as habilidades necessárias para realizar as múltiplas tarefas essenciais à comunidade. Além disso, ou seja: além de uma vigilância constante dos jovens por quem tem o dever de prepará-los e treiná-los, é também de fundamental importância - pelo menos nas primeiras etapas da revolução - realizar um trabalho com os pais para que os dons e talentos de seus filhos sejam devidamente avaliados o mais cedo possível. Em muitos casos, a escolha profissional correta será alcançada levando em conta apenas as aptidões manifestas de um jovem e considerando suas próprias inclinações ou preferências. Nisto, como em muitas outras coisas, não é de todo necessário que os jovens ditem o que devem fazer, mas simplesmente, bastará não fechar os caminhos possíveis e não regatear as informações honestas e claras que você precisa para tomar suas próprias decisões. Deve-se também ter em mente que a escolha profissional para os jovens de hoje acontece em uma idade relativamente precoce em que o interessado nem sempre está devidamente preparado para tomar a decisão certa. De fato, o fato de um jovem ter que escolher a profissão de toda a sua vida em um momento de seu desenvolvimento em que está sujeito a grandes conflitos emocionais e mentais, é um fator que deve ser levado em consideração tanto pelos pais quanto pelos filhos. É por isso que uma das tarefas mais essenciais é preparar adequadamente os jovens para esta decisão vital.

Nesse sentido, é imperativo educar os jovens em um ambiente de busca constante pelo essencial. Milhares de carreiras foram frustradas e continuam frustradas porque os jovens só consideram o brilho exterior que têm ou não têm – certas ocupações ou as

pessoas que as realizam. Dessa forma, é muito viável que um jovem considere, por exemplo, a profissão de contador público como superior à de técnico eletromecânico porque o primeiro está mais próximo do dinheiro poderoso e onipresente do que o segundo, ou porque o primeiro usa terno e gravata enquanto este pode muito bem ter que vestir um macacão e sujar as mãos. Também é muito comum que muitos jovens iniciem carreiras universitárias simplesmente por considerarem que as carreiras técnicas de nível intermediário são muito baixas e, naturalmente, mal remuneradas. Assim, não é incomum obter de um jovem um pobre engenheiro industrial que daria um excelente técnico mecânico. Do ponto de vista do ensino, este último pode ser evitado ao escalonar adequadamente as diferentes carreiras com graus intermediários. Mas o fundamental continuará a ser dar ao jovem uma imagem real e verdadeira do essencial de cada profissão.

Neste contexto, um meio auxiliar excepcionalmente importante para a escolha de uma profissão não pode ser esquecido: a orientação profissional. Esta atividade cumpre uma missão muito importante ao facilitar a decisão após avaliar os fatores psicológicos e motores do indivíduo. A orientação profissional deve converter-se numa verdadeira e sólida disciplina científica de alto nível. Aqui psicólogos e psiquiatras têm um enorme campo aberto para pesquisa; um campo que certamente tem mais importância social e comunitária do que as patologias psíquicas, em sua maioria incuráveis, de alguns deficientes mentais. Uma política social abrangente, portanto, inclui também a criação de uma estrutura sólida que forme pessoas dedicadas à orientação profissional, colocando à sua disposição todas as facilidades que a ciência pode proporcionar. Naturalmente, não é preciso dizer que o talento necessário para seguir a carreira de conselheiro vocacional merece atenção especial, pois essa atividade não pode de forma alguma se limitar à mera avaliação mecânica de testes de validação duvidosa. Finalmente, a orientação profissional deve trabalhar em estreita ligação com as diferentes instituições laborais e profissionais. Em

um regime nacional-socialista, isso se consegue com a colaboração de todas as guildas e sindicatos chamados a participar da tarefa, embora a instituição mais adequada para realizar um grande trabalho nesse sentido seja o serviço trabalhista, uma das instituições revolucionárias criações do nacional-socialismo.

Uma correcta orientação vocacional constitui o primeiro passo para adaptar, para além de tudo o que foi dito, a relação existente entre os jovens que ingressam na actividade produtiva e a quantidade e tipo de empregos disponíveis. Tem acontecido repetidamente que, para uma determinada profissão, o número de pessoas que se formam no sistema educacional supera os empregos existentes. Este fenómeno patológico já pode ser evitado a partir dos níveis de orientação profissional embora, evidentemente, a sua eliminação definitiva dependa de outras áreas. No entanto, a orientação profissional deve ser uma ferramenta poderosa para garantir que profissões saturadas não geram falsas expectativas nos jovens.

3. Remoção dos Obstáculos

O que o homem enfrenta o seu trabalho. Por isso, é necessário adotar medidas positivas que contribuam para estabelecer e manter esse entusiasmo, pois essa atitude é a garantia mais segura de uma produção ideal. Mas também é necessário adotar medidas negativas para eliminar e prevenir o surgimento de todas as condições que influenciam restritivamente a possibilidade de obter uma produção ótima.

Das múltiplas aplicações que aqui se oferecem a uma política social positiva e bem orientada, destacamos apenas as seguintes questões especialmente significativas:

1) Segurança do trabalho.

2) Ordem de serviço nacional.

3) Consciência social.

4) Estruturação do tempo livre.

Que, além destas, há muitas outras questões a considerar é algo que está além de qualquer dúvida. Poderíamos também apontar, por exemplo, o fator de iniciativa empresarial que, em certo sentido, já corresponde mais ao campo estritamente econômico, mas que também é indiscutivelmente necessário para alcançar uma produção ótima. A desordem na vida sociopolítica das nações e o império irrestrito do capital de empréstimo dificultam não apenas o potencial do trabalho assalariado, mas também, e na mesma medida, o dos empreendedores autênticos.

Hitler muito apropriadamente apontou isso no Segundo Congresso Trabalhista em 1934, dizendo que: "Níveis máximos de produção não podem ser obtidos especificando um princípio que condena à morte, desde o início, toda iniciativa pessoal". Portanto, para realizar a produção ótima da comunidade, é necessário estabelecer liberdade para a força criativa positiva do empresário, bem como medidas que garantam o pleno desenvolvimento da capacidade produtiva dos trabalhadores e empregados. Deve-se entender que trabalhadores e empresários fazem parte de uma mesma comunidade e o ódio de classe só busca cortar injustamente um estrato que é realmente essencial à produção.

Naturalmente, a liberdade de iniciativa empresarial não inclui de forma alguma a autorização do empregador para explorar a força de trabalho empregada ao seu capricho e capricho. No mundo liberal-capitalista, mesmo apesar da existência de organizações sindicais, o trabalhador é frequentemente deixado à própria sorte; um destino que, para ele e sua família, representa uma vida de constante insegurança e instabilidade. Em países com alta taxa de desemprego, essa situação se agrava ainda mais devido às

consequências desastrosas para o núcleo familiar se um de seus membros ficar sem emprego. Nestas economias instáveis, onde é praticamente essencial que todos os membros adultos da família trabalhem (o que leva, entre muitas outras coisas, a uma distorção do papel essencial da mulher), basta que apenas um desses membros seja arbitrariamente demitidos para que toda a economia familiar seja mergulhada no caos. Nessas situações, empregados e trabalhadores são obrigados a aceitar tranquilamente qualquer capricho dos patrões e isso, naturalmente, cria uma atmosfera de amargura e ódio que o classismo marxista explora ao máximo.

O ser humano, constantemente exposto a perder seu local de trabalho por qualquer motivo inconsequente ou caprichoso, torna-se um personagem lamentável. Ele se torna rastejante e lisonjeiro; defensiva e ressentida internamente; amargurado pela preocupação constante de não saber se conseguirá sustentar os seus; indiferente a qualquer coisa que não represente um benefício imediato; exaltado ou, pelo menos, fácil de exaltar, em virtude da amarga luta partidária e - no fundo - envergonhado, incrédulo e sem esperança do mundo ao seu redor. Em um mundo em que a constante é a instabilidade, o ser humano acaba não acreditando em nada nem em ninguém. E esta é uma situação facilmente detectável em todo o mundo liberal-marxista contemporâneo.

Naturalmente, essa pressão psíquica e moral, à qual o assalariado está submetido no regime capitalista e praticamente todos no regime marxista, não só quebra alguns moralmente; não só impede o homem de se sentir satisfeito consigo mesmo; reflete-se diretamente no nível de produção. É absolutamente indiscutível que o equilíbrio emocional e a paz interior aumentam e melhoram o nível e a qualidade da produção. O trabalhador intelectual percebe isso de forma direta e imediata. Mas o trabalhador manual também está sujeito a essas influências. Quando as coisas dão errado, quando sua cabeça está cheia de problemas, quando sua atenção é

constantemente desviada pelas dificuldades diárias, mesmo o trabalho manual mais simples é uma verdadeira provação.

O que acontece é que na vida profissional de hoje já esquecemos o poderoso fator multiplicador que representa tranquilidade e equilíbrio emocional junto com um entusiasmo saudável. Quando esses fatores ocorrem, todas as tarefas são quase simples e até os processos mais complicados são realizados em um tempo mínimo. Mas tais ocasiões são extremamente raras e altamente improváveis de ocorrer em uma fábrica capitalista ou soviética. O que acontece é que nos esquecemos da importância que a paz interior do ser humano tem para a produção. A experiência dos regimes nacional-socialistas revela que todo o campo de trabalho, intelectual e manual. Melhora consideravelmente seus níveis e características de produção apenas introduzindo os fatores de estabilidade e equilíbrio, tanto para o trabalhador quanto para o empregador.

A paz social é um meio que, por si só, aumenta a produtividade nacional sem necessidade de incentivos artificiais, supervisão policial ou políticas de exploração. Mas a paz social surge apenas como resultado da justiça, e essa justiça se aplica tanto ao empregador quanto ao empregado.

A estabilidade no emprego pode ser alcançada, em grande medida, com disposições legais adequadas que regulamentem o despedimento. Mas essas disposições não devem degenerar a ponto de serem usadas pelos empregados como arma de chantagem contra o setor empresarial. É certamente altamente desejável que nenhum empregador seja capaz de demitir seus trabalhadores por capricho ou capricho; mas é pelo menos tão desejável que os trabalhadores não possam aproveitar os longos avisos e valores desproporcionais de compensação para se comportar de forma desonesta, especulando que o custo da compensação dissuadirá a empresa de tomar medidas disciplinares. As leis e disposições destinadas a impossibilitar que empregadores exploradores sejam

desonestos não devem se tornar uma arma que promova a deslealdade e a ineficiência entre os trabalhadores desonestos.

As consequências desastrosas de uma luta de classes e ódio que, essencialmente. eles são promovidos tanto de baixo quanto de cima; a mentalidade puramente materialista dos seres humanos que levou, por um lado, à arrogância e arbitrariedade dos superiores, juntamente com a obstrução e resistência dos subordinados; Tudo isso levou à destruição de uma disposição favorável para alcançar a otimização da produção. Hoje, em vez de tentar alcançar esse arranjo, ele foi instalado em todo o mundo, inclusive na área soviética - um sistema de ativação e monitoramento muito habilmente elaborado, desenvolvido pelo sistema industrial americano. Esse sistema impessoal e às vezes até humilhante de controles e supervisores gerou ódio e diferenças de classe ainda mais irritantes.

As leis trabalhistas nacional-socialistas constituem a primeira tentativa séria de reunir em uma comunidade produtiva honesta e sincera todos os protagonistas da produção, pois estes não apenas coexistem em um determinado local de trabalho; não só são igualmente obrigados a prestar os seus serviços à comunidade; senão que. eles até dependem conjuntamente do sucesso da produção realizada para satisfazer seus interesses materiais pessoais. Em um regime nacional-socialista, os elementos usuais da luta de classes dentro de uma empresa são eliminados e substituídos por um conselho composto por gerentes de empresas e assalariados. A base da relação mútua deixa de ser um contrato comercial entre patrões e empregados para se tornar uma relação de lealdade que une ambas as partes uma à outra e ambas à comunidade.

É inegável que a erradicação de um critério que opõe as pessoas ainda que, paradoxalmente e por outro lado, tenham de trabalhar todos os dias em conjunto, conduzirá progressivamente a um

equilíbrio social que, por acção retroactiva, trará também tranquilidade e serenidade aos espírito de todas as pessoas que trabalham. Mas, precisamente neste objectivo prioritário reside a possibilidade de aumentar a produção sem cair em sistemas de controlo e fiscalização denegridores. Porque uma coisa deve ficar clara: um certo aumento da produção talvez possa ser alcançado por meio de controles quase policiais, mas a produção ótima não pode ser forçada, pois deve ser desejada e desejada por todos aqueles que cumprem seu dever trabalhando para o bem da comunidade.

As leis nacional-socialistas, além de estabelecer bases sólidas para a paz social, introduziram pela primeira vez na história tribunais de honra para garantir ainda mais a regulação justa da vida social. Voltaremos a esta instituição mais tarde mas, no contexto que temos vindo a tratar, é necessário salientar que esta inovação verdadeiramente revolucionária constitui também uma garantia de boa disposição no trabalho, pois, graças à sua existência, todos aqueles que intervêm no processo produtivo sabem que sua honra e orgulho social são protegidos pelo poder do Estado contra qualquer injustiça e contra todo comportamento anti-social. Há, no entanto, uma ressalva importante a ser feita. Com tudo o que dissemos sobre as leis, devemos ter em mente que qualquer lei revolucionária só pode dar frutos positivos se os atuais critérios formais materialistas de interpretação e aplicação da lei forem deixados de lado. Qualquer disposição legal - mesmo o melhor - só será válido de forma muito relativa se não for implementado e aplicado com a mesma elevada consciência social com que foi formulado. Por isso, nunca será demais enfatizar que uma reordenação revolucionária da vida das pessoas depende muito menos de leis e decretos (que, aliás, devem sempre ser ajustados de maneira muito especial à realidade socioeconômica de cada nação), pois depende muito mais do que a atitude social que um povo assume em virtude de uma visão de mundo predominante.

Para piorar a situação, um grande número de mudanças revolucionárias nem sequer se permite formular exaustivamente na forma de lei. Para ilustrar o ponto, vamos mencionar apenas o objetivo nacional-socialista de impor a estética do local de trabalho. Certamente ninguém tentará argumentar que o local de trabalho, um lugar onde todos passam muitas horas por dia fazendo seu trabalho, deve ter certas condições estéticas e ambientais que o tornam agradável. Um local de trabalho bonito e bem organizado não é apenas desejável do ponto de vista de uma melhor produção, mas fundamentalmente do ponto de vista de fazer com que todos os trabalhadores sintam a satisfação de serem considerados seres humanos dignos e respeitados, mesmo em suas necessidades estéticas. No entanto, qualquer um entenderá que é praticamente impossível estabelecer a estética por decreto. Somente uma disposição favorável arraigada, aliada a uma forte consciência social, em uma palavra: somente uma boa vontade ampla e generosa, pode atingir rapidamente o objetivo de locais de trabalho esteticamente aceitáveis. Alcançar essa boa disposição, obviamente, não é tarefa do jurista, mas do político: com o qual vemos novamente sublinhada a prioridade do político.

Os regimes nacional-socialistas foram os primeiros a entender que a política social não poderia se limitar estritamente à área trabalhista, mas deveria ser estendida para abranger o ser humano como um todo. Nesse sentido, a gestão adequada do tempo livre do trabalhador é de grande importância. Este campo de ação é importante, não só do ponto de vista da recuperação física, mas também do ponto de vista do lazer saudável, do enriquecimento espiritual e do equilíbrio emocional adequado. Organizações nacionais-socialistas como a Kraft durch Freude (Força para a Alegria) na Alemanha ou a Dopolavoro (Instituição Nacional Pós-Trabalho) na Itália mostram as muitas atividades culturais, artísticas, sociais, turísticas, esportivas e de lazer que podem ser realizadas quando o assunto a sério. Naturalmente, esta é outra área em que a legislação só pode definir o enquadramento adequado e os

parâmetros necessários. Não adianta forçar as pessoas a assistir a um concerto, participar de um determinado hobby ou praticar um esporte. Mas é possível e necessário oferecer oportunidades nesse sentido e também é possível garantir que essas oportunidades de lazer saudável sejam condizentes com as necessidades do homem trabalhador. Uma pessoa que passa várias horas por dia em um trabalho que consome grande parte de sua energia física e mental precisa recuperar essas energias além de se distrair. É por isso que a mídia de entretenimento, destinada a cumprir essa missão, deve levar em conta que espetáculos histéricos e enervantes - como os produzidos pela atual subcultura de consumo - não só não atendem ao propósito pretendido como são diretamente contraproducentes. Um trabalhador não deve apenas ter a oportunidade de se divertir e se exaltar, mas também de relaxar e descansar para recuperar seu equilíbrio emocional. Além disso, esta é uma excelente oportunidade para enriquecer o seu património cultural, uma oportunidade que não pode perder. O lazer, certamente, é necessário após dias de trabalho intenso, mas esse lazer não precisa necessariamente ser passivo, improdutivo e apenas receptivo. Há um lazer criativo, ou pelo menos instrutivo, que deve voltar a ocupar a hierarquia e a extensão que merece. Nesse sentido, é necessário destacar que muitos países da órbita soviética resolveram essa questão melhor do que a grande maioria dos países liberal-capitalistas; ainda que certos fatores de coerção no regime soviético sejam desnecessários e, portanto, indesejáveis.

O que foi dito refere-se, é claro, também a uma das inovações revolucionárias mais importantes que o nacional-socialismo trouxe: férias pagas. Muitas pessoas esqueceram ou simplesmente nem sabem que as férias remuneradas foram criadas e implementadas em larga escala, pela primeira vez na história, pelo Nacional Socialismo. No entanto, atualmente a origem dessa conquista social é silenciada e até mesmo seus propósitos originais são distorcidos. As férias não têm por finalidade premiar o trabalhador. As férias não são um presente que, na forma de lazer alugado, é concedido ao

trabalhador pelo trabalho realizado ao longo do ano. O objetivo principal e original desta instituição foi e deve ser a recuperação física e mental da pessoa que trabalha. É este objetivo e nenhum outro que deve determinar as características e duração das férias. Como a recuperação necessária varia de acordo com a idade, sexo e tipo de trabalho realizado, a duração do período de férias deve ser estabelecida principalmente em função desses fatores. Jovens, mulheres e todos os idosos devem ter férias mais longas do que os funcionários masculinos de pleno direito. Além disso, os afetados por empregos insalubres, por exemplo, também devem ter um período de recuperação mais longo que os demais. Somente esses fatores devem ser decisivos para estabelecer a duração do período de férias. O costume atual de estabelecer esse período de acordo com a antiguidade na empresa é incorreto porque essa antiguidade nada tem a ver com a necessidade de recuperação do indivíduo. É claro que, se o nível econômico geral permitir a prorrogação das férias, além do necessário para uma correta recuperação, a antiguidade no cargo pode e deve ser utilizada como critério adicional. Mas, fundamentalmente, a posição nacional-socialista original é que as férias não são uma prerrogativa, mas um elemento funcional é necessário que deve ser medido de acordo com as necessidades reais da pessoa que trabalha.

Por outro lado, para que as férias tenham o significado pretendido, é evidente que elas devem ser passadas em um lugar onde a recuperação seja possível. Dadas as condições da indústria do turismo na grande maioria dos países liberal-capitalistas, é absolutamente indiscutível que o trabalhador assalariado só raramente pode arcar com as despesas de passar férias em algum lugar realmente adequado para recuperação. Acontece que a indústria do turismo não está, de forma alguma, coordenada com as possibilidades econômicas dos trabalhadores. Uma gestão adequada do tempo livre deve incluir também a criação de estruturas turísticas adequadas às necessidades e possibilidades das pessoas que delas necessitam.

Capítulo 6 - Garantir a capacidade de produção da comunidade

A. Treinamento profissional (requisitos profissionais)

A capacidade produtiva de um povo depende de seu domínio de matérias-primas, meios de produção e processos produtivos. A capacidade profissional, a capacidade produtiva máxima do indivíduo, é assim dada – além dos seus dons inatos – pela sua formação e qualificação profissional. Dentre todas as culturas do planeta, a cultura ocidental sempre se destacou por sua alta qualidade de produção ou pelo menos por sua indiscutível tendência a alcançá-la. No entanto, manter uma alta qualidade de produção não deve ser apenas motivo de orgulho para todos os homens do Ocidente, mas também se tornou uma verdadeira exigência tecnoeconômica nos mercados mundiais. Qualquer sistema de produção que pretenda desenvolver ao máximo as suas possibilidades deve saber colocar-se à altura dos custos e da qualidade que só são possíveis através da utilização de tecnologias altamente especializadas. Nesse sentido, é fundamental entender que a tecnologia não é propriedade das empresas ou dos países que a vendem, mas sim das pessoas que a controlam. O método atualmente difundido de aquisição de tecnologia é um dos mais caros e ineficientes imagináveis e só se justifica em casos verdadeiramente excepcionais. Para qualquer nação, a única coisa saudável e lógica a fazer é treinar pessoas com a adequação tecnológica necessária. Esta adequação profissional depende, num contexto mais amplo, dos conhecimentos existentes ou conhecimentos gerais. Promover a comunicação de experiências surgidas em qualquer parte do processo de produção, incentivar todas as tarefas de pesquisa estatais e privadas, apoiar decisivamente a imprensa especializada em diferentes assuntos e até criá-la onde ela não existe, todas essas são tarefas que são tão eminentemente sociopolítica quanto proteger e encorajar qualquer espírito de invenção. Não se deve admitir, de forma alguma, que

melhorias produtivas tecnicamente possíveis, invenções engenhosas ou métodos realmente novos não sejam postos em prática para que certos procedimentos obsoletos continuem a ser financeiramente rentáveis.

A qualidade dos meios de produção também tem uma influência decisiva na capacidade global de produção. Os meios de produção devem ser considerados como o aliado natural do homem dedicado ao trabalho. Embora isso quase nunca seja discutido em termos de ferramentas simples, a atitude de certos setores em relação à máquina e automação permanece contraditória e em muitos casos - diretamente retrógrada. A máquina não deve ser entendida como inimiga do homem, mas como sua serva. Naqueles processos em que a mecanização e a automação realmente deixam a mão de obra livre (o que, por outro lado, nem sempre acontece, nem acontece na medida em que muitas vezes é exagerado), essa mão de obra disponível deve ser bem-vinda. possibilidade de realizar tarefas que não haviam sido enfrentadas antes ou que foram realizadas de forma pouco intensiva. É fato indiscutível e inquestionável que somente a máquina tornou possível a grande expansão da civilização e da cultura ocidentais. Também é bem verdade que esse processo trouxe consigo uma série de fenômenos patológicos indesejáveis. Mas deve-se entender que todos eles são solucionáveis com uma abordagem justa e correta, então não faz sentido propor um retorno a formas de produção ultrapassadas.

Intimamente ligado ao tema das máquinas e da automação está o tema do significado que a racionalização produtiva deve ter. Não se pode negar que o conceito de racionalização tem sido usado com critérios extremamente duros e até desumanos pelos regimes liberal-marxistas. Além disso, é inquestionável que na vida de cada nação existem fatores que podem fazer com que ela prefira continuar, por um certo tempo, com métodos menos eficientes do que os tecnologicamente possíveis. Em um determinado caso, pode haver poderosas razões sociopolíticas para isso. Mas tudo isso não é

obstáculo para deixar de colocar a eficiência produtiva no lugar de destaque que ela merece. Um aparelho produtivo ineficiente não tem, a médio e longo prazo, nenhuma justificação ou razão de ser imaginável.

Em geral, a questão do maquinismo, automação e racionalização não é uma questão de princípio. As vantagens produtivas que esses fatores representam são conhecidas e indiscutíveis. Mas, em última instância e em todos os momentos, o que decide não é a possibilidade teórica nem muito menos a cópia irracional de modelos estrangeiros, mas as necessidades e características da comunidade real. Os diferentes procedimentos devem ser sempre analisados do ponto de vista pragmático do que é conveniente ou não para as pessoas. Essa análise pode, portanto, levar em alguns casos à aplicação e em outros à abstenção, mas - e isso é importante - as decisões não devem ser tomadas apenas com base na rentabilidade comercial.

Sob outro ponto de vista, deve-se destacar também que a racionalização efetuada através da divisão do trabalho não deve ir tão longe que o homem perca completamente sua relação vital com os valores que está produzindo. O homem, certamente, não é uma máquina e está provado que sofre graves danos mentais e psíquicos quando, dentro de certas condições de trabalho, a satisfação e a alegria na coparticipação ou na realização unitária de um trabalho visível e compreensível . Para estes fins, não só é possível desenhar adequadamente o processo produtivo ou programar adequadamente a execução de determinados trabalhos; também é viável e necessário esclarecer o trabalhador, fazendo-o compreender as inevitáveis necessidades da tecnologia e da economia modernas.

As exigências profissionais que o Nacional-Socialismo assim estabelece para todos os envolvidos no processo de produção são altas. A capacidade profissional, a lealdade moral e a consciência social são as três principais áreas que toda a formação profissional

deve abranger. A estes devem ser adicionados: capacidade de iniciativa, domínio de procedimentos modernos, eficiência produtiva e visão global. Esses princípios, embora em graus variados, se aplicam a todas as atividades de trabalho. Escusado será dizer que em níveis de produção mais altos eles devem ser mais desenvolvidos do que em níveis mais baixos. Mas num regime nacional-socialista não é concebível a entrada no sistema produtivo de alguém que não tenha sido formado, adequadamente e de forma condizente com o seu nível, nestes conceitos.

B. Aprendizado Político

Muitas vezes é esquecido, ou diretamente ignorado, que a grande maioria dos ofícios surgiu apenas após uma tradição de trabalho que, em muitos casos, já dura vários séculos. Grandes setores da administração e da indústria empregam uma força de trabalho treinada no próprio local de trabalho e não em instituições de ensino. Há várias razões para isso. Certos ofícios - especialmente aqueles que exigem alta destreza manual, juntamente com toda uma série de técnicas pessoais que são desenvolvidas como truques do ofício - simplesmente não podem ser ensinados de uma cadeira. As oficinas que os estabelecimentos de ensino de nível técnico possuem são apenas um substituto, geralmente bastante precário, da verdadeira oficina da empresa. E nas carreiras administrativas, muitas vezes faltam completamente as possibilidades de prática intensiva durante o aprendizado. Desta forma, muitos ofícios são aprendidos diretamente nas empresas. Mesmo graduados com altos níveis de treinamento precisam de um período mais ou menos prolongado de aprendizado para dominar todos os aspectos de um ofício.

Essa verdadeira tradição de trabalho não é algo que se improvisa da noite para o dia, nem é algo que pode ser substituído por um conhecimento puramente teórico. As tradições metalúrgica, têxtil, agrícola, etc. de muitos países levaram várias gerações para se

formar e até hoje não encontramos nenhum método para suplantar esse processo, que claramente possui características marcadamente biogenéticas.

Infelizmente, também neste campo as doutrinas marxistas liberais se devastaram muito. As relações mestre-aprendiz, como eram conhecidas durante o estágio corporativo medieval, desapareceram. O aprendiz, quando não considerado apenas um investimento de longo prazo, é explorado como mão de obra barata. Além disso, a relação foi tão distorcida que, em muitas ocasiões. Os funcionários de longa data têm medo de repassar todo o seu conhecimento aos aprendizes porque acreditam que, mantendo esse conhecimento em segredo, protegem tanto seu emprego quanto sua posição de prestígio e segurança dentro da empresa. O resultado dessa situação é que o aprendiz, mais do que aprender, deve espionar os segredos do ofício com o qual, naturalmente, o tempo de aprendizado se prolonga muito além do necessário. As escolas fabris instituídas por algumas grandes empresas, embora tenham tratado o problema de forma mais eficaz, têm o inconveniente geral de formar o aprendiz apenas em procedimentos e técnicas particularmente úteis para a empresa, ignorando a formação profissional geral e extensiva. Em parte isso é atenuado quando as atividades exercidas pela empresa também são amplas e diversificadas, ou quando disposições estaduais regulamentam em certa medida – esse ensino. Mas é claro que a situação nem sempre é assim e, além disso, essas escolas de fábrica são uma exceção e não uma prática geral. A maioria das empresas não dispõe de meios suficientes para a instalação e manutenção dessas instituições. Por outro lado, o sistema é muitas vezes viciado por chantagem diretamente imoral: algumas escolas de fábrica admitem exclusivamente ou preferencialmente apenas os filhos dos mesmos funcionários. Assim, esses funcionários veem a educação dos filhos como dependente de uma permanência na empresa e essa permanência, logicamente, está condicionada à aceitação de determinadas situações nem sempre justas. Nessa área, é necessário estabelecer o critério de que o objetivo principal da

aprendizagem não seja apenas a transmissão de determinados conhecimentos ou determinados procedimentos para garantir a reposição da força de trabalho. A aprendizagem prática tem funções muito mais amplas a cumprir.

São inúmeros os exemplos históricos que mostram como o excelente conhecimento profissional pode ser completamente perdido. As técnicas de construção, usadas pelas altas culturas que nos precederam, foram perdidas. Sem ir tão longe, é mais do que duvidoso que hoje possamos encontrar a mão de trabalho necessária para construir uma catedral gótica. Não sabemos como foi feito o famoso aço de Damasco e, ainda hoje, em países de longa tradição metalúrgica como a Suécia, a fabricação de certos aços especiais é um segredo bem guardado. Quase todos os dias os arqueólogos desenterram objetos dos quais apenas assumimos seu processo de fabricação.

A perda de conhecimento é algo que deve ser evitado. Todo conhecimento, todo conhecimento atual é baseado no que as gerações anteriores aprenderam ou descobriram. Desta forma, apenas uma tradição profissional garante a transmissão contínua do conhecimento exigido pelos ofícios manuais de alto nível. Aqui está uma situação semelhante em todos os sentidos à da arte. Você não pode aprender a tocar piano através de simples explicações teóricas e nenhum violinista jamais tocará um concerto de Paganini meramente guiado por um manual. Há certos conhecimentos que se ensinam: mas muito só pode ser transmitido de geração em geração. A relação professor-aprendiz é, portanto, uma relação humana direta com alto conteúdo pessoal, emocional e social. Suas implicações sócio-políticas são evidentes, pois a perenidade ou desaparecimento da tradição profissional depende de um correto relacionamento nessa área. As responsabilidades decorrentes dessa tradição são especialmente grandes, tanto para o professor quanto para o aprendiz. O primeiro tem a responsabilidade de entregar todo o seu conhecimento, da forma mais completa possível para a

próxima geração. E os jovens aprendizes têm a responsabilidade de assumir o máximo possível, a riqueza de conhecimentos da geração anterior para usá-los, cultivá-los, aperfeiçoá-los e, eventualmente, quando chegar a hora, transmiti-los, por sua vez, à geração que vier depois deles.

O nacional-socialismo afirma que o orgulho profissional deve ser restaurado. Durante a Idade Média esse orgulho se manifestou não apenas no desejo pessoal de produzir excelentes obras, mas, sobretudo, no legítimo prestígio de compartilhar o ofício com aqueles que vislumbraram seus contemporâneos com uma produção excepcional. Na sociedade tradicional, o simples fato de pertencer dignamente ao ofício de algum artesão famoso já era motivo de orgulho legítimo: como era pertencer à comunidade produtiva de uma casa ou empresa especialmente notada pelo nome de seus produtos. Esse orgulho autêntico, esse respeito profissional, deve ser totalmente restaurado e alcançado, e tem sido sempre, um objetivo particularmente enfatizado por todos os regimes nacional-socialistas que chegaram ao poder.

Como em outros casos que mencionamos, neste caso pode-se fazer muito com legislação adequada, mas seria cair no erro típico do pan turismo demoliberal acreditar que toda a questão só pode ser resolvida com leis. A instituição mais adequada para transmitir uma tradição profissional é a própria guilda. Por isso, o sindicato deve poder criar escolas sindicais ou sindicais nas quais antigos mestres do ofício, dotados de todas as facilidades técnicas e didáticas de uma escola-fábrica de alto nível, possam transmitir aos jovens todo o conhecimento e todas as experiências adquiridas. Essas escolas, por dependerem diretamente das associações profissionais, ficam à margem de qualquer pressão empresarial interessada. Com eles, evita-se a utilização do aprendiz como mão de obra barata. Além disso, por meio deles, o certificado de aptidão para o exercício de um ofício pode ser adequadamente regulamentado para que não haja situações ambíguas quanto à categoria profissional alcançada

por uma pessoa. Mas, além dessas medidas que podem ser implementadas por lei, o Nacional-Socialismo dá especial ênfase à compreensão correta do conceito de tradição profissional. Somente com uma compreensão completa deste conceito podem ser lançados os fundamentos éticos e morais para a dignidade e o orgulho legítimos e autênticos. Essas bases são destruídas a partir de conceitos puramente materialistas ou utilitários.

C. Carreira Profissional

Se a racionalização do potencial de trabalho visa otimizar a produção, deve-se ter em mente que a produção ótima depende estreitamente da posição produtiva que cada pessoa ocupa. A escolha de uma profissão coloca o homem em contato com um ofício condizente com suas habilidades pessoais adequadamente treinadas pelo processo educacional e formativo. Mas que, em cada ofício, é realmente o talento superior que ganha acesso aos postos de comando, isso é algo que preocupa a política nacional-socialista de maneira muito especial. Para que isso aconteça, as carreiras profissionais devem ser adequadamente estruturadas. O princípio da seleção, baseado na aptidão, capacidade e responsabilidade, deve ser aplicado não apenas na orientação profissional, mas também na progressão na carreira. As carreiras profissionais devem ser abertas, mas a promoção através delas para cargos de comando deve ser determinada por condições reais de comando e apenas por essas condições. É comum ouvir falar, em regimes liberal-marxistas, sobre o famoso bastão de marechal napoleônico que supostamente todo mundo tem na mochila. Na prática, porém, todos sabemos que uma boa ligação partidária, uma boa relação de favoritismo, uma série de bons contactos, ou mesmo uma simples relação familiar, são elementos muito mais eficazes para garantir o progresso profissional do que a capacidade, a aptidão, a responsabilidade ou a dom da liderança.

Esta situação deve ser eliminada por dois motivos: primeiro, porque estabelece e perpetua a injustiça fundamental de permitir que, em muitos casos, os mais aptos sejam rebaixados e, segundo, porque com a chegada dos menos aptos aos cargos de comando é impossível otimizar a produção. Infelizmente, por mais extraordinariamente importante que seja a necessidade de preencher postos de comando na área econômico-social com pessoas verdadeiramente idôneas, este é mais um daqueles casos em que a mera legislação só consegue estabelecer diretrizes muito elementares. Para resolver completamente a questão, é necessário implantar o princípio do comando nacional-socialista em todas as ordens da vida comunitária e isso, mais uma vez, requer uma consciência social adequada formada no quadro de uma visão de mundo correta. A solução final para este problema é, portanto, uma solução politicamente e somente através do exemplo político de um Estado que está nas mãos dos politicamente mais aptos a comandar pode-se esperar progressos neste campo.

Capítulo 7 - Cuidando do Potencial de Trabalho

O desejo de lucro e a sede de poder dos economistas e políticos liberais-marxistas fizeram com que recursos naturais preciosos fossem destruídos em todo o mundo. O ambientalismo é certamente um tema que está muito na moda hoje. Alguns perceberam um pouco tarde que, se continuarmos com nossas atuais práticas de produção, muito em breve acabaremos transformando nosso planeta em um enorme depósito de lixo. Se as exortações dos diferentes nacional-socialistas de cinquenta anos atrás tivessem sido atendidas, não há dúvida de que a situação atual não teria ocorrido ou, pelo menos, seria muito mais fácil de lidar. Esses nacional-socialistas propunham e especificaram, já nas décadas de 20 e 30 do nosso século, objetivos como a estética do local de trabalho, o respeito à natureza, a construção de conjuntos urbanos e habitacionais com grandes espaços verdes e inúmeras outras iniciativas. grupos que de repente pensam que descobriram o guarda-chuva. No entanto, embora hoje se fale muito em poluição ambiental e ecologia, o principal fator que é o homem é muitas vezes relegado a segundo plano. A verdade é que não estamos apenas destruindo nosso meio ambiente, estamos também destruindo o próprio homem. Independentemente da questão ambiental, estamos nos destruindo. Não apenas certas espécies de baleias, veados ou pássaros estão em perigo de extinção. Muito mais grave do que isso é que a espécie humana que criou toda a nossa cultura também está seriamente ameaçada.

Nenhum povo é melhor do que os homens que o formam. O único verdadeiro fluxo de riqueza de um povo, do ponto de vista sociopolítico, é o potencial de trabalho constituído pela totalidade das capacidades inerentes ao povo de carne e osso que o constitui. Se permitirmos que essas capacidades sejam desperdiçadas, desperdiçadas ou perdidas, todas as riquezas naturais de nosso solo não poderão evitar a paralisia, a decadência e, finalmente, o desaparecimento.

O fenômeno ocorreu em todas as civilizações que nos precederam: onde desapareceu o tipo humano, a raça, capaz de criar e manter a cultura e a civilização, desapareceu para sempre esta e aquela. Não temos base para supor que a mesma coisa não tenha acontecido com nossa civilização. No dia em que, por mestiçagem, extermínio ou extinção, a raça humana que criou a civilização ocidental desaparecer, nesse dia toda a civilização ocidental atual desaparecerá para sempre. Há mais de dez mil anos verificamos esse fenômeno com todas as civilizações que a história conheceu e nada nos autoriza a assumir irresponsavelmente que constituímos a exceção à regra.

Por isso, a primeira preocupação de todas as obras do governo nacional-socialista sempre foi o homem. Não um homem hipotético e abstrato, nascido na mente de alguns pensadores e escritores; não um homem que viveu apenas na letra morta de alguns livros; mas o homem real, aquele homem de carne e osso que se caracteriza e se diferencia dos demais por sua habilidade, seu talento, sua idiossincrasia e sua raça. Na vertente laboral, a concretização deste objetivo encontrar, pelo menos, dois pontos de aplicação:

1) Segurança do trabalho.

2) Assistência social.

1. Segurança do Trabalho

A segurança do trabalho é geralmente entendida como um conjunto de medidas e regulamentações que visam evitar acidentes de trabalho. O critério nacional-socialista de segurança no emprego vai muito além disso. A eliminação dos acidentes de trabalho é perfeitamente possível e, felizmente, neste campo existem muitos estudos excelentes sobre o assunto, pelo que julgamos desnecessário entrar aqui em pormenores. O mundo liberal-marxista também se interessou em erradicar esses acidentes - ainda que por outros motivos - para que nesse campo as perspectivas não sejam tão sombrias. No entanto, também é bom destacar aqui o pioneirismo dos nacional-socialistas. A Alemanha teve, em 1929, o regime liberal-capitalista pleno - nada menos que 1.408.000 acidentes de trabalho, dos quais 8.537 foram fatais. Em apenas cinco anos, o regime nacional-socialista conseguiu reduzir esse número para 784.000 acidentes com 5.371 mortes (estatísticas de 1938)

A segurança do trabalho deve abranger toda a área de abrangência da medicina do trabalho, incluindo também os aspectos psicológicos e emocionais. Não só os empregos que se sabe serem insalubres ou arriscados devem ser, na medida do possível, eliminados através do uso de alternativas tecnológicas adequadas, mas também os efeitos nocivos de muitos empregos devem ser constantemente corrigidos e monitorados. Doenças típicas de certos ofícios devem ser tratadas e antecipadas. O desporto, neste sentido, apresenta-se como uma excelente ferramenta, mas só será um método eficaz se for devidamente promovido, apoiado e organizado. A experiência revela que, deixando a prática esportiva a critério ou julgamento do indivíduo, ainda não alcança resultados dignos de menção. Só o prestígio, a facilidade e os abundantes meios que são concedidos ao esporte conseguem fazer com que importantes setores da sociedade o pratiquem de forma natural, intensa e sobretudo diversificada.

Naturalmente, o esporte não é uma panaceia. Os efeitos psicológicos adversos causados por locais de trabalho sombrios ou mal iluminados, por rotinas excessivamente monótonas ou por um ambiente de trabalho insuportável em geral, podem ser evitados agindo diretamente nas condições de trabalho no próprio local de trabalho. Onde isso não for tecnicamente viável, é necessário dar ao trabalhador todos os meios para recuperar seu equilíbrio físico, mental e emocional.

Em suma, o que deve ser entendido é algo muito simples: o material humano é o elemento mais precioso é o único insubstituível em toda a produção. Seu cuidado integral é, portanto, prioridade absoluta para qualquer política de trabalho saudável.

2. Assistência social

Dentro da potencialidade do cuidado integral do trabalho, inclui-se também a assistência social para todas as pessoas que trabalham. Os cuidados de saúde comunitários, tal como organizados nos regimes liberal-capitalistas, são essencialmente injustos, pois fazem depender a qualidade dos cuidados dos meios financeiros de que o doente dispõe.

Embora seja verdade que diferentes mecanismos de financiamento foram estabelecidos para aliviar de alguma forma esse fato, não é menos verdade que o mundo capitalista lucra com a dor e a doença. O nacional-socialismo considera isso total e absolutamente inaceitável. Nem os cuidados médicos nem as drogas podem ser itens essencialmente lucrativos. Não se trata mais de uma questão socioeconômica, mas, fundamentalmente e quase exclusivamente, é uma questão ética do mais alto nível. Somente uma mentalidade patologicamente mercantil e materialista foi capaz de pensar que a profissão médica e a produção de medicamentos poderiam ser julgadas com os mesmos critérios que se aplicam, digamos, aos

mecânicos de automóveis e fabricantes de autopeças. Assim como a segurança do trabalho não deve se limitar aos acidentes, a assistência social também não se limita às questões de saúde. A assistência social nacional-socialista não é apenas assistência social, mas também defesa e promoção social. Cuidar do ser humano não significa apenas evitar que ele seja danificado e restaurá-lo quando, apesar de tudo, foi danificado. Implica também e sobretudo - fortalecê-lo em si mesmo e em sua posição e em suas reais possibilidades. Por isso, a atenção social integral do ser humano já escapa do campo estrito de trabalho para se aventurar em tudo relacionado à saúde pública, habitação, política demográfica, política alimentar, cultura, educação e todas as demais áreas do governo.

Capítulo 8 - Mulheres e Família

A atenção integral ao potencial de trabalho não pode, evidentemente, negligenciar a própria fonte desse potencial.

Em inúmeras ocasiões foi apontado que a família é a célula da sociedade e há um consenso geral em dar-lhe grande importância. O que não se explica é porque tem tanta importância. Além de argumentos vagos de natureza moral, sexual e religiosa, quase nunca há razões concretas para que essa instituição tipicamente humana deva ser atribuída ao alto nível que lhe é dado sem muito pensar, na maioria das vezes ao menos. Além disso, justamente diante dessa ausência de razões concretas, não poucos chegaram a propor sua inutilidade e eventual dissolução. No entanto, as razões estão aí, ao alcance: a família é o meio e pela qual a linhagem é perpetuada. Se a correta análise da História nos revela que existe uma relação muito próxima entre um certo tipo de ser humano e a civilização por ele criada; Se, em outras palavras, raça e civilização são conceitos intimamente relacionados, é evidente que a subsistência e o desenvolvimento de uma civilização dependem em grande parte da perpetuação e multiplicação do tipo de ser humano capaz de manter e aperfeiçoar essa civilização. As raças se perpetuam nas linhagens e linhagens, e daí surge de maneira natural e lógica a tremenda importância da família. Não apenas como célula social, o que sem dúvida é, mas diretamente como fundamento de toda cultura e civilização.

A confusão geral que prevalece sobre o assunto decorre, na maioria das vezes, de uma consideração meramente formal da família. Na verdade, a família se confunde com casamento. Assim, a questão essencial costuma ser desviada para questões essencialmente secundárias como, por exemplo, a melhor ou pior adaptação das formas mono ou poligâmicas, o maior ou menor inconveniente do divórcio, etc. Deve-se entender que o casamento é apenas o aspecto

formal, a estrutura da família. A essência dele é dada por sua função e sua dinâmica interna. Nesse sentido, é altamente recomendável reler o que Walter Darré escreveu sobre o assunto em seu ensaio Ordenando nosso pensamento (ver Política racial nacional-socialista, Editorial Occidente, Buenos Aires, 1976).

Em relação ao aspecto trabalhista, que é o que nos preocupa, o importante é estabelecer a posição nacional-socialista em relação ao trabalho das mulheres. Em todo o mundo, cada vez mais mulheres estão ingressando no aparato produtivo. Para os regimes liberal-marxistas, essas mulheres, por um lado, representam uma força de trabalho qualificada e barata; por outro lado, sua incorporação permite um aumento quantitativo da força de trabalho disponível. A primeira é uma injustiça manifesta, uma vez que não há razão válida para pagar menos ao trabalho das mulheres do que aos dos homens e ainda podem existir fortes argumentos para estabelecer uma relação inversa em alguns casos, por exemplo, para determinadas tarefas de montagem e montagem em que está estatisticamente comprovado que as mulheres são mais rápidas e mais habilidosas que os homens. A segunda é bastante discutível sob mais de um ponto de vista.

Por um lado, é bem verdade que as funções de mãe e dona de casa não são as únicas que as mulheres são capazes de cumprir. Mas, embora seja verdade que uma mulher inteligente pode realizar com sucesso várias tarefas e profissões, há duas coisas que são indiscutíveis:

1) O papel de mãe é o único para o qual a mulher é indispensável e insubstituível.

2) Nenhuma mulher se realiza plenamente se tiver que sacrificar suas funções naturais por razões socioeconômicas.

O nacional-socialismo nunca rejeitou o trabalho feminino. Ela sempre o apreciou e o aceitou pelo seu justo valor, equiparando-o de forma justa ao masculino (salário igual para trabalho igual), e até o preferiu em certos empregos, porque foi demonstrado que as mulheres têm melhor desempenho do que os homens em determinadas tarefas. O que deve ser categoricamente rejeitado é que as mulheres são obrigadas a trabalhar, seja para participar da manutenção do núcleo familiar, seja por uma pressão social patológica que considera toda mãe e dona de casa uma espécie de ser inferior . Um pai de família que não consegue sustentar sua esposa e filhos com um trabalho honesto e produtivo encontra-se em situação de injustiça e, além disso, sua honra e orgulho como homem são afetados. Mas uma mãe de família que se vê obrigada a participar do processo produtivo, a contribuir com a renda do núcleo familiar permitindo uma vida digna ou não ser considerada socialmente como simples serva, encontra-se na mesma injustiça e é igualmente afetada em sua honra e orgulho como mulher.

Não se trata, portanto, de proibir o trabalho das mulheres. Trata-se de não permitir que se torne indispensável do ponto de vista económico ou social. Devemos tentar evitar que as mulheres negligenciam suas funções naturais porque elas têm que trabalhar e devemos garantir que famílias biologicamente valiosas sejam tão prolíficas quanto possível. Somente as mulheres com vocação clara devem ingressar permanentemente no aparato produtivo ou nas profissões livres.

Por outro lado, é fundamental re-hierarquizar as funções naturais da mulher. Entender o papel materno como mera ocupação que consiste em lavar, passar e esfregar é deturpar a questão e difamar as mulheres. Dada a tremenda complexidade do sistema educacional moderno, é absolutamente essencial reinserir as mães no processo de formação integral de seus filhos. Delegar totalmente essa formação a professores e professoras é pedir ao sistema educacional algo que ele jamais poderá oferecer. Nenhuma

instituição de ensino pode suplantar a família e o que a família não faz pelas novas gerações, tampouco qualquer escola, colégio ou universidade. Além disso, do ponto de vista psicossocial, a família, para ser sólida, necessita de um centro de gravidade que garanta sua estabilidade social, mental e emocional. Este centro só pode ser constituído por mulheres, uma vez que os homens, pela sua responsabilidade como pais de família e pelas suas atividades, estão expostos à contínua pressão e agitação da vida contemporânea. Em grande medida, a atual crise na família é consequência dos abusos sociais e econômicos a que as mulheres foram submetidas, a pretexto de libertá-las. A única coisa que se conseguiu ao libertar as mulheres é deixá-las completamente desprotegidas ou, o que é pior, foram masculinizadas, criando sérios problemas psíquicos. A mulher foi informada de que ela é igual ao homem. Acrobacias não importam agora. Intelectuais que se valem de si mesmos para tentar fundamentar essa afirmação que é falsa de forma mais do que evidente. O que importa são as consequências desse igualitarismo sexual: as mulheres, embora tenham obtido a possibilidade de entrar no mundo masculino, perderam assim todos os seus privilégios ancestrais naturais. As feministas, que abertamente afirmam gozar de todos os privilégios femininos e masculinos ao mesmo tempo, só conseguiram masculinizar a mulher arrancando-a de sua atitude natural, levando-a a criticar agressivamente qualquer atitude viril e enérgica como manifestação de machismo retrógrado. Consequentemente, o processo não só leva a uma masculinização das mulheres, mas, paralelamente, a uma feminização dos homens: isso completa o quadro de uma verdadeira subversão sexual que produz os lamentáveis resultados que podem ser vistos todos os dias.

No entanto, abordar toda a questão de um ponto de vista exclusivamente moral é um erro. Pior ainda é enfrentar o problema com a hipocrisia e a hipocrisia da chamada moral sexual, que é a única forma de moral que certos setores burgueses parecem ser capazes de conceber. O problema da posição social das mulheres

não é uma questão moral, é uma questão biossocial e biopolítica, e enquanto a biossociologia e a biopolítica forem marcadas por sua ausência em nossas atuais ciências políticas liberal-marxistas, o problema dificilmente será superado porque A melhor maneira de nunca superar uma dificuldade é colocá-la errada de antemão.

As mulheres perderam seus privilégios ancestrais porque, impulsionadas pelas doutrinas liberal-marxistas, invadiram o mundo masculino como uma concorrente perigosa. Com toda a justiça sexual exigida de um homem, ele nunca pode ser solicitado a tratar um competidor como uma delicada flor de primavera. O conceito de mulheres e homens como concorrentes no mercado de trabalho é outra das muitas aberrações mercantilistas e materialistas do nosso tempo. Nasceu como consequência do já mencionado igualitarismo sexual intelectual.

Mulheres e homens não são iguais, nem equivalentes, nem semelhantes, mas sim complementares. Cada sexo tem, de forma natural e biopsíquica. suas funções específicas e essas funções estão dispostas de tal maneira que se atraem, se promovem, se aperfeiçoam, em uma palavra: se complementam. Um dos maiores flagelos do marxismo liberal é ter acrescentado um confronto sexual ao confronto de classes. Não apenas empregadores e empregados, mas também homens e mulheres, são colocados em trincheiras opostas para lutarem entre si em vez de se complementarem. O resultado é uma luta patológica, quase histérica, por privilégios. Mas assim como na ordem social a luta de classes leva ao caos, na ordem familiar a competição sexual leva à dissolução da família. Da mesma forma que do lado social a luta de classes fica atolada no capitalismo de Estado, do lado familiar a luta entre os sexos fica atolada na formação de casais estéreis. Desta forma, a ruptura da família leva à ruptura dos fundamentos biossociais e biopolíticos da comunidade, condenando toda a cultura e civilização à morte certa.

Capítulo 9 - Honra Social

As doutrinas políticas do século XIX não foram capazes de resolver a questão social que agitava o povo. Em algumas ocasiões, alguns pretensos cientistas chegaram mesmo a afirmar que, no fundo, a questão era afinal insolúvel. Este pessimismo peregrino é falso. Desde o surgimento dos nacional-socialistas sabemos que é possível resolver os fenômenos patológicos apresentados pela sociedade atual porque é absolutamente viável construir comunidades nacionais, baseadas no que é autêntico e verdadeiro, dentro das quais todas as tensões que se dissolvem foram completamente erradicadas.

Na realidade, a comunidade humana só pode exprimir-se plenamente e os seus bens só podem atuar plenamente onde os seres humanos colaboram livre e respeitosamente uns com os outros; ali onde a honra do indivíduo que trabalha é livre e intangível, garantida além do alcance de qualquer atentado e qualquer deslealdade; lá onde esta honra pode ser afirmada no meio de uma apreciação geral, justa e natural. Obediência e servilismo, arbitrariedade e despotismo, violam a honra de toda pessoa decente e, portanto, não devem ter lugar em nenhuma sociedade que se orgulhe da justiça. Assim como a honra da nação é intocável, da mesma forma a honra do ser humano é o fundamento inviolável da dignidade humana. Nos sistemas liberal-marxistas a aparência adquire uma importância maior que a essência; dinheiro e propriedade valem mais do que honra. A partir do momento em que a posição social desses sistemas é ordenada segundo diretrizes materiais e aparentes, a defesa de uma honra social é diretamente impossível, pois essa defesa não é um ato comercial, nem partidário, nem lucrativo, nem é necessário para nenhuma outra razão.

O maior obstáculo para restaurar a honra social é o materialismo dos regimes dominantes; aquele zelo mercantil excessivo que atualmente domina tanto nossa vida social quanto nossa ordem jurídica. Hoje, quando duas pessoas participam do mesmo trabalho, a sua relação é puramente material e os contratos de trabalho refletem claramente o mesmo espírito que se detecta nos contratos de compra e venda. Nenhuma confiança pode surgir dessas relações humanas, muito menos, consequentemente, pode surgir uma verdadeira comunidade.

A lei para a organização do trabalho nacional ditada pelo nacional-socialismo alemão mudou radicalmente a base do contrato de trabalho. A coparticipação laboral de pessoas economicamente ativas deixou de ser regulamentada segundo conceitos puramente materiais, mas obrigava ambas as partes envolvidas a manter uma relação de trabalho e lealdade pessoal, estabelecendo, ao mesmo tempo, a responsabilidade das duas partes para com a aldeia. Só nesta base se pode construir uma relação de equidade para todos.

Nessa relação de lealdade mútua, tanto o empregador quanto os empregados tornam-se membros, com direitos iguais, de uma comunidade produtiva. Tanto o empregador quanto o empregado estão subordinados aos mesmos conceitos de honra e lealdade. Ambos estão ligados entre si pelos mesmos laços, ambos pertencem à mesma comunidade de produtores e, com isso, a luta de classes irracional é definitivamente erradicada. A importância jurídica da referida lei, como precedente histórico de sã jurisprudência trabalhista, é algo que merece um estudo à parte, mas basta aqui destacar o seguinte: antes e depois da experiência nacional-socialista, centenas de leis e milhares de decretos tratados para regular a vida social e laboral das comunidades do planeta. E eles não conseguiram de forma satisfatória até hoje. O mundo marxista adia o sucesso final até que todos queiram se tornar comunistas: o mundo liberal declara, implícita ou explicitamente, que é sempre impossível satisfazer a todos. Na referida lei temos a

primeira tentativa séria de uma iniciativa jurídica que não só estabeleça as condições materiais do contrato de trabalho, mas também procure moldar a consciência social da comunidade e, ao mesmo tempo, defender a honra social do ser humano. A lei para a organização do trabalho nacional é única deste ponto de vista. Nem antes nem depois - nem mesmo entre as excelentes conquistas da legislação trabalhista fascista - encontraremos algo que possa se comparar a ela do ponto de vista de uma ética revolucionária do trabalho.

A. O tribunal da honra social em questões trabalhistas

O núcleo central da referida lei é constituído pelo estabelecimento revolucionário de uma instituição completamente nova para o trabalho: o tribunal de honra, que protege de maneira especial a honra e a dignidade de cada trabalhador.

De acordo com a cosmovisão nacional-socialista, uma pessoa honrada é aquela que cumpre o dever de trabalhar que lhe corresponde, de acordo com seu melhor conhecimento e disposição; aquela que, pelo seu comportamento, se revela digna do seu cargo e do respeito que merece e que, no exercício das responsabilidades que lhe são conferidas, se dedica permanentemente à promoção dos interesses da empresa em que trabalha, subordinando-se a ela pelo bem comum.

Os casos puníveis previstos na lei abrangem, por enquanto, apenas as violações mais graves. São assim considerados:

1) Exploração da força de trabalho dos membros da empresa ou ofensa dolosa à sua honra pelo empregador, chefe de empresa, supervisor ou outra pessoa com funções de comando (erradicação do empreendedorismo anti-social) ingerência sabidamente indevida na gestão da empresa ou ingerência maliciosa no espírito de

solidariedade da comunidade empresarial (eliminação dos métodos de luta de classes)

2) Protesto ou reclamação repetidos, caprichosos e infundados junto aos fiscais do trabalho ou persistência em atitudes contrárias às disposições expressamente estabelecidas (agitação irresponsável da paz social)

3) Divulgação não autorizada de segredos comerciais por membros do conselho consultivo, gerentes e outros consultores da empresa (proteção de segredos comerciais)

As disposições legais citadas são apenas um ponto de partida. À medida que o conceito de honra e lealdade se enraíza em toda a sociedade, os casos puníveis devem ser analisados com mais cuidado. No entanto, deve-se notar que as penalidades impostas foram extremamente rigorosas desde o início, além das sanções de repreensão e suspensão, foram estabelecidas multas severas por valores bastante elevados, desqualificação para ocupar cargos de comando ou expulsão definitiva do local de trabalho.

Os efeitos desta lei na Alemanha nacional-socialista se fizeram sentir muito cedo. A causa mais óbvia disso é que as leis nacional-socialistas não foram elaboradas de tal forma que a mera adesão formal à sua letra fosse suficiente para considerá-las respeitadas. O critério que prevaleceu na matéria foi que, em qualquer lei, o mais importante é o seu espírito e a intenção manifestada. Só assim se garante que atos manifestamente criminosos não podem ficar impunes por brechas na legislação que, sendo obra de seres humanos falíveis, não pode ser absolutamente perfeita, nem pode prever todos os casos possíveis.

B. Deficientes e Feridos

Mesmo no aparato produtivo mais bem arranjado do mundo, acidentes de trabalho acontecem. O imperfeito é, infelizmente, inerente à condição humana e mesmo com todas as provisões de segurança no trabalho mais sábias imagináveis, acidentes são esperados. E esses acidentes serão, seguramente, tanto mais intensos e extensos quanto mais intensa e extensa for a atividade produtiva da nação.

O dano físico e psicológico sofrido pela pessoa que trabalha é considerado pelo nacional-socialismo de um ponto de vista completamente revolucionário. Uma pessoa gravemente ferida no cumprimento de seu dever de trabalho tem a mesma categoria para o nacional-socialismo que um soldado ferido em combate. Naturalmente, não se trata de pequenas e inconsequentes feridas físicas ou psicológicas que ocorrem diariamente sem maiores consequências. Não é, aliás, exagerar a importância de um arranhão ou de uma simples dor de cabeça. Mas trata-se de reconhecer plena e adequadamente o mérito daqueles que, sem culpa própria, são privados de sua capacidade de continuar participando do processo produtivo por redução total ou parcial de sua capacidade produtiva.

Ao trabalhador gravemente ferido no cumprimento do dever, independentemente de sua especialidade ou categoria, deve ser garantido, não um pagamento ridículo por danos no estilo do seguro de acidentes atual, mas um serviço de assistência integral e consideração especial por sua condição. Isso inclui: assistência médica para que você se recupere o máximo possível, com os melhores serviços que a ciência pode oferecer; a possibilidade de formação em qualquer outra especialidade de acordo com o seu talento e as restantes possibilidades; assistência financeira para custear todas as suas despesas normais e extraordinárias, uma renda garantida para garantir uma vida digna ao núcleo familiar que sustentava antes de sofrer o acidente, etc. O lesado no

cumprimento do seu dever recebe total apoio do Estado Nacional Socialista, sem condições.

Na mesma categoria dos acidentes, logicamente, também se enquadram as doenças graves contraídas, sem conhecimento prévio dos riscos, no exercício de uma profissão.

No entanto, uma ressalva deve ser feita; tudo o que está expresso é válido somente quando o acidentado ou doente não infringiu nenhuma norma expressa de segurança do trabalho. O Estado não deve ter a intenção de recompensar a irresponsabilidade. É claro que, em todos os casos, por uma questão básica de solidariedade, a pessoa lesada deve receber a assistência necessária. Mas a categoria especial de feridos no cumprimento do dever só pode pegar aqueles que realmente não têm culpa de sua parte. Ademais, quando a responsabilidade do fato recair sobre a empresa, será a empresa e não o Estado que deverá arcar com todas as despesas que a assistência exigir, sem prejuízo das ações judiciais correspondentes contra o dirigente da empresa e os membros do conselho consultivo.

Os aleijados merecem um capítulo à parte. Não só aqueles que atingiram esta condição por acidente de trabalho, mas também aqueles que, por diversas causas acidentais, sofrem de deficiência física. Não há razão válida para negar o acesso ao aparelho produtivo a uma pessoa cujo único problema é a incapacidade de andar, usar uma mão ou mover a cabeça. Existem centenas de trabalhos que podem ser executados perfeitamente por uma pessoa cega, surda ou muda que tem perfeito controle de suas faculdades mentais. É possível até citar trades onde essas pessoas demonstram desempenho superior. Um afinador de piano cego dificilmente pode ser superado por uma pessoa com visão e, em
locais com alto nível de ruído, uma pessoa surda pode se tornar a pessoa ideal.

C. Idosos e Aposentados

Todos aqueles que dedicam uma vida inteira ao trabalho honesto e produtivo têm o desejo mais do que justificado de alcançar uma velhice digna e tranquila. O mínimo que uma pessoa que passou a vida trabalhando pode esperar é chegar ao fim de seus dias de forma serena e tranquila, para desfrutar em paz o fruto de uma existência honesta.

No entanto, no mundo de hoje, o destino dos idosos é geralmente muito triste. Existem vários fatores que concorrem para criar essa situação infeliz, mas, fundamentalmente, dois se destacam. A primeira é de natureza social e a segunda de natureza mais estritamente trabalhista.

Por um lado, é claro que a família foi restringida. O núcleo familiar atualmente quase não inclui pais e filhos. A grande família de não muito tempo atrás se perdeu; desapareceu mesmo em países com uma longa tradição de fortes laços familiares. A estrutura construtiva da moradia conspira contra a grande família: as unidades habitacionais são dimensionadas para casais e, no máximo, os quartos disponíveis permitem acomodar uma ou duas crianças. Grandes casas com muitos cômodos foram demolidas ou são uma impossibilidade econômica para a grande maioria da população. Isso, entre muitas outras coisas, fez com que os avós não tivessem até mesmo o espaço essencial para ficar com a família. A coabitação familiar se restringiu a, no máximo, duas gerações. A terceira, a dos avós, já não tem lugar nos conjuntos habitacionais modernos.

Por outro lado, os critérios friamente eficientes e impessoais que imperam na produção dos países liberal-marxistas consideram o idoso uma espécie de inválido irritante. É um comentário generalizado - e não porque seja sarcástico, é verdade - que para conseguir um emprego no sistema liberal-marxista é preciso nascer com experiência e parar de completar anos aos trinta anos. É que a mentalidade materialista vê nos idosos apenas uma força de trabalho obsoleta; é considerado como uma espécie de sucata cuja manutenção constitui um fardo social. Os graves problemas socioeconômicos que a situação apresenta tentaram ser resolvidos com duas instituições, uma das quais é monstruosa e a outra ineficaz. O problema da habitação quis ser resolvido por meio daquelas monstruosidades chamadas asilos para idosos (em alguns países são chamados mais cruéis, mas também mais precisamente cemitérios de elefantes), onde os velhos estão superlotados, condenando-os a vegetar até o dia em que morra. morra. O problema econômico pretende ser resolvido com mecanismos de aposentadoria que se mostraram incapazes de garantir uma existência digna aos idosos. Esta última é especialmente válida em países com alta taxa de inflação, nos quais os valores das pensões diminuem automaticamente com a taxa de escassez e, naturalmente, são atualizados apenas com relutância. Basicamente, nada mais se poderia esperar: se os salários dos trabalhadores ativos, cuja participação o sistema realmente necessita - devem ser constantemente discutidos e disputados. o que se pode esperar das pensões pagas a pessoas que o sistema considera pouco menos que lixo humano? Evidentemente, razões eleitorais e demagógicas intervêm - felizmente - para mitigar um pouco a situação. Mas, fundamentalmente, o homem que chega a uma certa idade não pode deixar de perceber que, do ponto de vista oficial, é considerado um incômodo e um incômodo.

Perante estes factos, o Nacional-Socialismo encontra-se numa situação muito singular. A doutrina nacional-socialista é a mais jovem de todas as doutrinas políticas e, como movimento político, é

a corrente mais jovem e moderna. Tanto o liberalismo quanto o marxismo são iniciativas do século passado, no caso do liberalismo, a iniciativa remonta ainda ao século XVIII e o grau de justificação que possam ter tido em seu tempo já foi amplamente superado pelos fatos. O nacional-socialismo foi e é, em todos os países, um movimento marcadamente jovem; uma proposta que se encarna preferencialmente na juventude, e por isso não precisa bajular ou bajular os jovens da maneira repugnante que fazem outras correntes políticas. Mas mesmo assim, desde as suas origens - talvez precisamente pela força e serenidade que lhe confere a sua genuína juventude - o nacional-socialismo tem demonstrado um elevado respeito e consideração pela experiência, sabedoria e maturidade que só podem ser conferidas por longos anos de intensa vida vivida.

Ao exaltar o valor da herança e da tradição, o Nacional-Socialismo desenvolveu uma profunda compreensão do valor para os jovens de tudo o que a geração que os precedeu, gerou, nutriu e educou pode oferecer. É por isso que o Nacional-Socialismo pôde, na época, embalar como regra de conduta para seus militantes mais jovens aquela frase tão bela e tão cheia de sentido: homenagear os mais velhos.

Temos que nos conscientizar novamente de que só podemos viver porque os velhos viveram antes de nós. Nossa existência e nosso conhecimento estão intrinsecamente ligados ao trabalho e à vida daqueles que nos antecederam. Uma nação que não honra seus mais velhos insulta a si mesma. Por isso, além de resolver o aspecto material da questão, deve-se dar especial ênfase à solução moral e ética do problema. O aspecto material, mesmo com dificuldades não insignificantes como as da habitação, é perfeitamente solucionável. Mas, antes das soluções em si, deve haver a vontade de encontrá-las e isso só será efetivo se for impulsionado pela valorização, respeito e carinho que todos os idosos merecem.

Capítulo 10 - O Salário

"Numa vida social ordenada, todo trabalhador, mesmo o mais modesto, com a única condição de desempenhar uma atividade honesta e útil para a comunidade, deve ter garantida uma existência honrosa e digna, tanto como cidadão quanto como ser humano." (Adolf Hitler)

Não se pode admitir que alguns vivam em abundância enquanto, ao mesmo tempo, pessoas honestas e trabalhadoras lutam na miséria.

O desejo do homem, em termos de alcançar um campo vital material não muito estreito, tanto para sua família quanto para si mesmo, é um dos motivos mais essenciais da economia. Um primitivismo sem ambição não cria nenhuma cultura. Mas, por outro lado, devemos também rejeitar a ostentação, a falta de sobriedade, o lucro excessivo, a posse imerecida, o desperdício e a idolatria monetária. Para satisfazer as necessidades materiais de um povo, a economia disponibiliza todos os bens duráveis e de consumo produzidos pela atividade laboral. Uma distribuição justa desses bens não é, porém, uma distribuição igualitária que resulta da divisão do que é produzido pelo número de habitantes ou consumidores. Essa teoria, oriunda da ideologia marxista, é antinatural e, portanto, injusta, pois parte do pressuposto da igualdade dos seres humanos quando todos os fatos naturais contrariam abertamente os postulados igualitários. A comprovada e grande diferença que os seres humanos reais apresentam em termos do físico, do emocional, do mental e do espiritual, condiciona a participação do indivíduo no produto geral da atividade comunitária. Uma distribuição justa dos bens da comunidade, então, só pode ser considerada levando-se em conta a extensão da

participação que cada um teve na produção nacional. Disto se conclui que o valor material do trabalho individual, ou seja: o salário, que disponibiliza uma parte da produção total ao indivíduo, deve ser determinado pela magnitude da utilidade que o trabalho realizado tem, direta ou indiretamente, para a comunidade.

Ao lado desse valor material do trabalho está o valor ideal que não reside mais na utilidade individual ou comunitária, mas no modo e na maneira como o trabalho é realizado. Essas duas formas de avaliar o trabalho, segundo sua importância material e ideal, devem ser claramente diferenciadas. Da primeira surge o nível do salário, da segunda, a honra e o prestígio do trabalhador.

Do ponto de vista material, a produção de trabalho do indivíduo é um meio de devolver à comunidade os bens e serviços recebidos. O salário é apenas a expressão visível e prática dessa forma de equalizar os equilíbrios entre os bens recebidos e o trabalho realizado. E é desse trabalho realizado que, segundo critérios nacional-socialistas, deve depender a quantidade e a qualidade dos bens recebidos.

O nível de salário deve ser determinado - por um lado - pelo valor que o trabalho manual ou mental tem para a comunidade e por outro - pelo nível de produção que o indivíduo atinge em comparação com seus colegas de ofício ou profissão.

A determinação do grau de utilidade que uma determinada mercadoria ou atividade tem para o povo é produzida por meio de uma troca livre de fatores de distorção. A rentabilidade da empresa depende de diferentes fatores econômicos, como a situação da empresa, as condições de consumo, o estado da concorrência, a organização empresarial, os custos gerais de produção, etc. Mas fundamentalmente, a rentabilidade de uma empresa em regime nacional-socialista depende da capacidade de liderança do chefe da empresa. No entanto, o trabalhador e o empregado não estão

subordinados incondicionalmente a este patrão da empresa porque a legislação nacional-socialista estabelece que cada um deve co-participar do bom funcionamento da empresa e ainda dispõe de mecanismos adequados para controlar a eficácia do comando empresarial. Por outro lado, o chefe da empresa não pode mais ser ameaçado com sabotagens, boicotes, greves e outras atitudes negativas nascidas de uma luta de classes patológica.

A tarefa de encontrar uma forma de determinar os preços das mercadorias que seja mais justa do que os métodos praticados pelo liberal-marxismo é uma missão que cabe à política econômica nacional-socialista. Devido à complexidade e especificidade do assunto, é óbvio que não podemos tratá-lo em sua totalidade aqui. No entanto, com tudo o que vimos, fica claro que a política econômica e a política social são atividades indissociáveis. Do ponto de vista sócio-político, deve-se ainda destacar que a influência exercida pelos preços sobre os salários afeta todos os participantes da produção, ou seja: tanto o chefe da empresa quanto os trabalhadores e empregados, e essa influência nem sempre depende apenas das condições da empresa.

O segundo ponto de partida, mais óbvio, mas também mais essencial para o estabelecimento de salários justos, é a produção individual. O nacional-socialismo é fortemente a favor do salário de produção, segundo o qual o nível salarial deve refletir a eficácia e eficiência da produção individual. Isso não exclui a fixação de níveis mínimos, mas esses salários mínimos devem realmente garantir apenas as condições absolutamente mínimas para uma avaliação digna de cada tipo de trabalho. O Nacional-Socialismo não admite que a preguiça, a ineficiência ou a ineficiência sejam subsidiadas, em qualquer ordem e em qualquer atividade.

Na medida em que se estabelece e se garante uma correta orientação vocacional, uma formação profissional tão intensa e efetiva quanto possível, e a possibilidade de progresso individual

livre de obstáculos, o salário e a renda de cada indivíduo passam a depender de sua capacidade produção e da vontade de produzir que põe em jogo. Esta é a única maneira de estruturar de forma justa uma política salarial saudável.

Agora é necessário estabelecer o caminho pelo qual é possível determinar de forma justa e objetiva a forma de dar valor a essa produção individual. A legislação nacional-socialista estabelece que devem servir a esse objetivo:

a) As diretrizes salariais estabelecidas no âmbito dos conselhos consultivos das empresas.

b) Directivas e disposições relativas ao salário mínimo para os inspectores do trabalho.

c) O direito de recurso do conselho consultivo contra as disposições dos dirigentes da sociedade.

d) A verificabilidade de todos os procedimentos através dos tribunais de honra em matéria laboral.

Esses instrumentos estabelecidos pela legislação nacional-socialista estabelecem a base sobre a qual a política salarial é levantada. Não há dúvida de que esse mecanismo é muito superior aos procedimentos liberal-marxistas e isso é algo que não só pode ser inferido de uma cuidadosa análise teórica, mas - e isso é o decisivo - foi verificado por vários anos de prática.

Nos regimes marxistas, o salário obedece a uma decisão autoritária exclusiva, de modo que sua justiça ou injustiça depende apenas da boa ou má disposição, ou critérios, dos tecnoburocratas intervenientes. No mundo demo-liberal, o salário é resultado da luta de classes. Depende, portanto, da relação de poder que existe entre as facções que politicamente encarnam essa luta, e nenhum

argumento elaborado é necessário para demonstrar que o resultado desse confronto civil perpétuo é altamente inseguro e variável.

Nos casos em que a decisão salarial é retirada dos lados opostos, ela recai ou em um Estado sem autoridade real, ou na resolução casual de uma votação parlamentar. Assim, a médio e longo prazo, a política salarial capitalista torna-se completamente errática e caprichosa, um fenômeno que nada mais é do que um reflexo da luta de classes subjacente. É por isso que quando, depois de disputas acirradas, um salário é finalmente estabelecido, ele acaba sendo: ou muito baixo, o que aumenta o descontentamento, o poder de compra cai, surge o perigo de recessão e conseqüente desemprego; ou fica muito alto, o que distorce os preços, aumenta a inflação e a mesa final acaba sendo extremamente parecida com a anterior. A terceira variante, a mais comum e ao mesmo tempo a mais característica de todo o sistema, consiste simplesmente em não respeitar as regras oficiais de salários, de modo que todo o problema remonta a uma luta constante entre o empregador e o empregado. Em linhas gerais, o processo de fixação de salários em um regime nacional-socialista é o seguinte:

O salário justo é, por enquanto, proposto pelo chefe da empresa com a participação do conselho consultivo. Se for constatada a conveniência de regular simultaneamente a situação de várias empresas congêneres, o fiscal do trabalho emite as diretrizes pertinentes, após consulta com uma comissão de especialistas à sua disposição. Todas essas regulamentações são disposições mínimas que devem deixar amplo espaço para o reconhecimento da produção individual. Se surgirem divergências de opinião dentro da empresa em relação a salários ou condições de trabalho, é obrigação do conselho consultivo encontrar uma alternativa satisfatória e justa para todas as partes. Se isso não for alcançado, a maioria do conselho consultivo pode convocar o inspetor do trabalho para solicitar uma decisão justa. Esta última decisão depende, então, de uma instância extra empresarial que não é outra que o delegado

oficial do governo nacional em questões sócio-políticas. Estas disposições impedem o dirigente da empresa de utilizar os direitos que lhe foram conferidos de forma arbitrária, impossibilitando a criação de uma comunidade produtiva baseada na confiança mútua. Soma-se a isso a possibilidade de verificar o comportamento social de todos os participantes por meio do tribunal de honra.

A polêmica desencadeada pela lei trabalhista nacional-socialista não cessou até hoje. Muitos criticaram que o chefe da empresa, em virtude do princípio do comando, recebe direitos e poderes considerados excessivos pela ideologia marxista. Há vários fatos que refutam completamente essas críticas. Por enquanto, ficam os fatos concretos: a política social nacional-socialista funcionou. O nacional-socialismo não é uma construção teórica nunca testada na prática. O nacional-socialismo estava no poder e levantou uma nação econômica e politicamente prostrada; e o fez a tal ponto que levou seis longos anos de uma guerra desencadeada pela aliança liberal-marxista para afogar a revolução em sangue e fogo. Um fato que muitas vezes é esquecido é que, durante esses seis anos de guerra impiedosa, os trabalhadores nacional-socialistas nunca abandonaram seus líderes. Decididamente, centenas de milhares de soldados, incluindo a nata da juventude europeia, não teriam lutado até o último homem por seis anos; não teriam suportado a fome, o frio, as agruras e os massacres como os de Dresden, devido a um sistema social injusto que não funcionou. Obviamente, os fatos concretos desmentem todas as críticas.

Mas, mesmo no plano teórico-jurídico, essas críticas são infundadas. Os direitos e o poder que a revolução nacional-socialista concede ao patrão da empresa são infinitamente mais lógicos, são infinitamente mais bem controlados e têm uma garantia de justiça infinitamente maior e mais sólida do que as prerrogativas que o Estado marxista lhe outorgou. Além disso, a execução concreta da política social não está, como no regime soviético, nas mãos de uma casta tecnoburocrática, mas,

principalmente, nas mãos dos diretamente afetados. O Estado só se reserva o direito de dar garantias e ter a última palavra no caso de falha das instâncias lógicas e naturais.

Acima de tudo, porém, as críticas que incidiram sobre o aspecto formal da legislação revolucionária nacional-socialista são infundadas justamente por algo que temos apontado ao longo deste estudo: o aspecto formal das medidas discutidas é o menos importante. pergunta inteira. O que é realmente importante é o conteúdo da orientação social do nacional-socialismo e a consciência social despertada pela revolução no povo. Porque, em qualquer país e em qualquer regime. o salário, em última análise, depende de tantos imponderáveis e de tantas possibilidades de erro humano, é influenciado por tantos fatores extra-empresariais (e até extra-econômicos também) que a melhor garantia de se alcançar um salário justo está, não na legislação, mas no nível da consciência social predominante. Somente quando as pessoas envolvidas na questão salarial estão intimamente identificadas com suas obrigações sociais e comunitárias, só então se pode esperar que bases jurídicas essencialmente corretas levem também a soluções corretas da questão salarial. Se a disposição essencial do povo falhar, mesmo a melhor das leis será ignorada, transgredida ou ignorada.

De resto, as estruturas jurídicas indicadas são apenas um ponto de partida. A partir desta base, o caminho que conduz a uma melhoria progressiva da justiça social está completamente aberto. Percorrê-la é a missão dos nacional-socialistas com visão de futuro.

Considerações Finais

As tendências de uma determinada época estabelecem em grande parte a estrutura das sociedades humanas. Por sua vez, essas tendências são determinadas pela capacidade do ser humano de expressar seus desejos mais íntimos e por sua capacidade de enfrentar o destino que deve cumprir.

As tendências da época cujos últimos espasmos ainda vivemos não nasceram de autênticos expoentes da cultura ocidental. As visões de mundo e as ideologias que os pioneiros do nacional-socialismo feriram mortalmente durante as primeiras décadas deste século, o mundo que abalou homens como Gobineau, Chamberlain, Rosenberg, Hitler, Mussolini, Yockey e tantos outros, todo esse tempo, em suma, repousava sobre a ideologia internacionalista de uma burguesia desenraizada. Esse mundo certamente vacilou, mas seus pilares materialistas e plutocráticos conseguiram sustentá-lo temporariamente e assim chegamos até hoje. O espírito de decomposição, de negação do ser humano real, tem sido o requisito para o estabelecimento do materialismo em todos os níveis. A sinarquia nada mais é do que uma expressão da mesma atitude essencial - agora à parte de seus concomitantes de outra ordem e essa atitude se manifesta em uma idolatria do material. Coisas e instituições prevalecem sobre todos os outros fatores; não é mais a produção que conta, mas a posse dos bens; não é mais a justiça social que se busca, mas a vingança de uma classe; não é mais a norma moral que governa, mas a lei escrita; Não é mais a religiosidade do ser humano que se cultiva, más o dogma.

Quase dois séculos de política social imbuída desse espírito não conseguiram resolver as graves desordens que as visões de mundo universalistas e materialistas causaram no corpo social dos povos. Não poderia ser de outra forma, pois os meios utilizados para essa política social estavam contaminados pelo mesmo espírito da época

e, consequentemente, inadequados para encontrar soluções substantivas.

A lei escrita, a lei, a norma estabelecida, sempre será o que de modo visível determinará o quadro externo em que se desenvolve a vida comunitária. Mas esta era que hoje já vemos em manifesto declínio conheceu apenas o aspecto formal da justiça e, portanto, tentou dominar os problemas vitais através da aplicação legal de uma lei frequentemente divorciada da realidade.

O que a revolução nacional-socialista europeia fez foi eliminar radicalmente as causas e consequências desse materialismo econômico e conceitual. Eliminou a supremacia do dinheiro e do meramente formal para mais uma vez elevar o homem real e concreto acima de todas as teorias utilitárias, universalistas, anti-naturais, igualitárias e caprichosas. O nacionalismo, como expressão do chauvinismo xenófobo, foi amplamente superado e tornou-se o orgulho legítimo de pertencer a uma unidade histórica diferenciada no universal e situada em bases neurobiológicas sólidas. A partir de então, não eram mais as cores dos mapas políticos que importavam; Não havia mais fronteiras caprichosas ou casuais, traçadas mesquinhamente em muitos casos, que decidiam as grandes questões nacionais. O que acabou decidindo toda questão de nacionalidade foi o homem, o tipo de homem, o tipo de ser humano, e não a classe social ou a cidadania acidental.

Ao mesmo tempo, o socialismo – aquela grande corrente popular e massiva que nasceu muito antes de Marx como resposta espontânea às injustiças do materialismo capitalista – foi encobrecido pela ideia de justiça social. Hitler, Mussolini e todos os líderes nacional-socialistas expuseram os princípios dessa justiça social já durante a década de 1920. Tudo o que foi feito desde então não passou de uma continuação dessa iniciativa revolucionária que buscava suprimir o confronto das classes para substituí-la pela cooperação e com participação de todos os níveis, grupos e setores

da comunidade. Não é nenhum milagre, então, que diante do visível declínio de uma era que já está morrendo, em várias partes do planeta esteja começando um processo lento, mas imparável, de progresso em direção às concepções nacional-socialistas. Todos os esforços para estruturar uma terceira posição que rejeita tanto o capitalismo-mammonista quanto o comunismo marxista apontam nessa direção porque é a única direção que eles podem apontar. Naturalmente, ainda estamos muito longe de poder dizer que os países da terceira posição são países nacional-socialistas, mas o futuro está planejado nesses termos. Porque, na medida em que os países se conscientizem das características biopsíquicas do elemento humano que constitui sua população; na medida em que as economias nacionais rejeitam a dependência dos centros financeiros capitalistas e plutocráticos; na medida em que os povos se livram do monopólio soviético e marxista do socialismo; na medida em que as jovens gerações, cansadas e enojadas com a decadência geral, redescobrem os fundamentos autênticos e sólidos de sua civilização e cultura; exatamente nessa medida o mundo inteiro está avançando em direção às estruturas nacional-socialistas. E ele faz isso porque não há outra alternativa; não há outra terceira posição viável e coerente; Não há outra proposta que tenha demonstrado sua eficácia sócio-política de forma tão conclusiva na prática e nos fatos, assim como na teoria e nos estudos.

A difamação do nacional-socialismo não conseguirá mudar de forma alguma este processo. Os estadistas de todo o mundo sabem perfeitamente que a História dos últimos oitenta anos é uma fábula inventada pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial para tentar justificar suas atitudes. Não há um só estadista de certa magnitude que não saiba, ou que não suspeite com fundamentos, que os verdadeiros culpados da Segunda Guerra Mundial foram as plutocracias e o marxismo, manipulados a partir do mesmo centro de poder. Todo estadista sabe disso porque, toda vez que tenta defender os interesses legítimos de seu povo, colide exatamente

com as mesmas forças que causaram aquela Segunda Guerra Mundial. E se ele não esbarrar com eles, é porque ele está a serviço deles, então ele não pode deixar de descobrir de qualquer maneira. Os estadistas sabem que a História obsequiosamente repetida pelos canais de massa de difusão gerido por um jornalismo mentiroso ou assalariado - dependendo do caso - nada mais é do que uma cortina de fumaça atrás da qual se escondem os verdadeiros responsáveis pela falência atual. Quem ainda não conhece a verdade - embora também comece a suspeitar - são os povos. As massas ainda prestam olhos e ouvidos à fábula hollywoodiana de um Hitler enlouquecido, com as mãos manchadas com o sangue de milhões de vítimas. Mas mesmo nas massas a dúvida começa a crescer. As supostas vítimas do nazismo se mostraram melhores? Talvez os massacres de Deir Yassin, Sabra e Chatila não revelam que os inimigos biológicos do nacional-socialismo têm pelo menos a mesma capacidade de cometer atrocidades que foi atribuída aos nacional-socialistas para executá-los posteriormente por supostos crimes contra a humanidade? Existia na Alemanha nacional-socialista ou na Itália fascista a pornografia, a drogadição, a criminalidade, a subversão, o desespero mental e emocional ou a resignação apática que abundam hoje no mundo? grandes países capitalistas? As perguntas poderiam ser multiplicadas por milhares. Decididamente, o futuro do Ocidente não será fácil. Mas o fato é que nunca foi. Os homens que criaram e fundaram nossa civilização e nossa cultura não o fizeram de um mar de rosas. A luta contra a adversidade é a grande constante da nossa história. É exatamente por isso que nos orgulhamos de nossos ancestrais e valorizamos tanto nossa tradição. As gerações que nos antecederam passaram suas vidas e derramaram seu sangue em busca do ideal de um mundo mais justo, mais belo e cheio de possibilidades. Nosso dever não é decepcionar nossos ancestrais. Porque, se o fizéssemos, estaríamos nos decepcionando e inevitavelmente chegaremos à triste situação de não podermos suportar as reprovações de nossos filhos.

Um mundo infinitamente melhor que o atual é perfeitamente possível desde que haja uma vontade sincera de construí-lo. E também com a condição, é claro, de que a tarefa seja assumida por pessoas que absolutamente não têm capacidade para realizá-la. O desafio está lançado. O Ocidente ainda não travou sua batalha final.